

Turismo e Patrimônio





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Volume 1 - Módulo 1
Helena Cunha de Uzeda

Turismo e Patrimônio



**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



**Ministério
da Educação**



Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente

Masako Oya Masuda

Vice-presidente

Mirian Crapez

Coordenação do Curso de Turismo

UFRRJ - Teresa Catramby

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Helena Cunha de Uzeda

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Ana Cristina Andrade

Ana Maria Pereira da Silva

Carlos Augusto Santana Pereira

Gustavo de Figueiredo Tarcsay

Mariana Pereira de Souza

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Daniela de Souza

Cristina Freixinho

Patrícia Paula

Elaine Bayma

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Katy Araújo

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Bianca Lima

David Daniel de Macêdo

ILUSTRAÇÃO

Fernando Romeiro

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Oséias Ferraz

Patricia Seabra

Copyright © 2009, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

U99

Uzeda, Helena Cunha de.

Turismo e patrimônio. v. 1 / Helena Cunha de Uzeda. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

258 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-592-6

1. Turismo. 2. Patrimônio cultural. I. Título.

CDD: 338.4791

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Vieiralves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Aloísio Teixeira

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Motta Miranda

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Malvina Tania Tuttman

SUMÁRIO

Aula 1 – O que é Patrimônio Histórico, Patrimônio Artístico, Patrimônio Cultural? _____	7
<i>Helena Cunha de Uzeda</i>	
Aula 2 – Patrimônio Material _____	23
<i>Helena Cunha de Uzeda</i>	
Aula 3 – As cidades históricas brasileiras _____	41
<i>Helena Cunha de Uzeda</i>	
Aula 4 – Patrimônio cultural imaterial: os saberes e os fazeres ____	67
<i>Helena Cunha de Uzeda</i>	
Aula 5 – Patrimônio natural: jardins históricos, parques e paisagens _____	87
<i>Helena Cunha de Uzeda</i>	
Aula 6 – Conscientização sobre o valor dos bens culturais: os riscos ao patrimônio _____	111
<i>Helena Cunha de Uzeda</i>	
Aula 7 – O patrimônio cultural e artístico da região Sul do Brasil: Rio Grande do Sul _____	135
<i>Helena Cunha de Uzeda</i>	
Aula 8 – O patrimônio cultural e artístico da região Sul do Brasil: Santa Catarina e Paraná _____	155
<i>Helena Cunha de Uzeda</i>	
Aula 9 – O patrimônio cultural e artístico brasileiro – região Centro-Oeste: estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal _____	183
<i>Helena Cunha de Uzeda</i>	
Aula 10 – O Patrimônio Cultural e Artístico brasileiro: região Norte _____	209
<i>Helena Cunha de Uzeda</i>	
Referências _____	247

1

O que é Patrimônio Histórico, Patrimônio Artístico, Patrimônio Cultural?

Meta da aula

Apresentar as diferentes conceituações de Patrimônio, definindo sua abrangência e sua importância para a sociedade.

Objetivos

Esperamos que com o conteúdo desta aula você seja capaz de:

- 1 definir o significado de Patrimônio Histórico e Artístico;
- 2 identificar o conceito mais ampliado de Patrimônio Cultural e sua importância para a sociedade.

tural passou a incluir imóveis particulares e objetos populares, acrescentando-se, posteriormente, os próprios espaços urbanos e ambientes naturais relevantes do ponto de vista paisagístico, histórico, arqueológico ou cultural. Finalmente, as tendências contemporâneas passaram a acrescentar a essa herança a ser preservada a noção de patrimônio imaterial, ou seja, o imaginário, os saberes e os fazeres – técnicas e práticas – dos quais o homem se utiliza para estruturar o espaço mental e material de sua sociedade.

Dessa forma, podemos identificar campos específicos de patrimônio, que correspondem a testemunhos materiais, imateriais, naturais e culturais, considerados como expressões importantes de um saber ou de um fazer, local, regional ou nacional.

O que significa Patrimônio Histórico e Artístico

Compreende-se como *história* a narração de fatos relevantes que se sucedem na vida dos povos. Conhecer a história de uma sociedade é o primeiro passo para que possamos entender o desenvolvimento de sua trajetória através dos tempos. Todos os grupamentos humanos deixam marcas de sua passagem. São vestígios que, se bem interpretados, podem revelar a maneira pela qual os indivíduos relacionam-se com o mundo à sua volta. E isso envolve as produções material, intelectual e artística. A identificação e interpretação desses testemunhos deixados pelo homem, propositalmente ou não, e das transformações pelas quais passam as sociedades constituem a essência do estudo da história.

É fácil perceber o incessante processo de mudança que afeta a tudo e a todos através dos tempos. Como lembra a letra de Lulu Santos, “nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia, tudo passa, tudo sempre passará”, mas as evidências dessa passagem e das transformações permanecem materializadas no cenário das cidades, nas praças, nos prédios e nos monumentos históricos e artísticos.

O senso comum entende *arte* como artes plásticas (tradicionalmente conhecidas como “belas-artes”, incluindo arquitetura, pintura, escultura e gravura) e artes cênicas (teatro, dança ou qualquer atividade que se realiza em um palco). Entretanto, de forma mais abrangente, arte vincula-se à capacidade que possui o ser humano de colocar em prática suas idéias, por meio de seu domínio sobre a matéria e com o objetivo de criar sensações com suas produções.

A visão tradicional entende como Patrimônio Histórico e Artístico o conjunto de bens móveis ou imóveis – e este continua a ser, ainda hoje, o objeto preferencial de **tombamento** pelas instituições oficiais, regionais e federais. Esse patrimônio material é composto pela arquitetura, por objetos e monumentos de inegável valor histórico ou artístico, que devam ser conservados como testemunhos de nossa história passada ou presente.

Segundo o Decreto-Lei nº 25 de 1937, Patrimônio Histórico é:

o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (...).

■ **Tombamento**

O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o define como “um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados” (Revista eletrônica do IPHAN).

História e memória: preservar para não esquecer

A materialidade que constitui esses bens não pode significar uma ausência de sensibilidade. A frieza aparente de um objeto quase sempre oculta memórias capazes de desencadear sentimentos e sensações, que afloram a partir de referências individuais ou coletivas. Quem não se emociona ao visitar o prédio da antiga escola onde estudou na infância? Ou quando encontra em seus guardados o brinquedo ou a revista predileta dos tempos de criança? A memória afetiva é ativada pela presença de objetos de valor sentimental, cuja perda compromete o processo de recuperação da memória e de reafirmação da identidade.

Do mesmo modo, a memória histórica ampara-se na materialidade dos objetos, que servem como testemunho tangível da narrativa relativa a fatos e personagens. O patrimônio artístico, por sua vez, representa o capital criativo, deixando explícitas a ideologia e a inclinação estética de grupos e sociedades.

Proteger os testemunhos materiais da passagem do homem pela vida não só ajuda à compreensão de sua história, de sua cultura e de seus valores, mas, principalmente, colabora para a percepção da sociedade como um todo e das possibilidades de suas futuras trajetórias.

Tomemos como exemplo de patrimônio artístico e histórico o Palácio do Catete, localizado no bairro do Catete, na cidade do Rio de Janeiro, onde hoje funciona o Museu da República. Construído em 1866 para servir como residência na cidade para um rico latifundiário da região serrana fluminense, o barão de Nova Friburgo, a construção destaca-se por seu valor arquitetônico. Projetado pelo alemão Gustav Waehneltdt, o palacete de três andares inspirou-se nos palácios urbanos da Renascença italiana do final do século XV. A opulência e beleza de sua decoração interna fizeram com que fosse considerada a mais luxuosa residência da América do Sul.



Figura 1.1: Palácio do Catete, no bairro do Catete, cidade do Rio de Janeiro, que foi sede do Poder Executivo entre 1897 e 1960 e que hoje funciona como Museu da República. À esquerda, fachada, e à direita, aspecto do Salão Nobre do Palácio, no segundo andar.

Fonte: http://www.republicaonline.org.br/html/pa/is_pa_2_05.asp

A esse inquestionável valor artístico, alia-se o fato de ter sido adaptado, em 1897, às funções de sede do Poder Executivo da República. Como Palácio presidencial, o prédio foi perso-



**Victor Brecheret
(1894-1955)**

Era filho de pais italianos, tendo iniciado seus estudos artísticos no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Com 19 anos, viaja a estudos para a Itália, onde permanece por seis anos, dirigindo-se depois a Paris, onde permanece por quatorze anos. Sua formação clássica e sua convivência com a *art déco* e a *art nouveau* na França colaboraram para o desenvolvimento de uma estética própria e arrojada. Ao retornar ao Brasil, vence o concurso para a construção do Monumento às Bandeiras em 1920 e dois anos depois participa da Semana de Arte Moderna de 1922, que ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo. Seus trabalhos finais tentavam unir as estéticas internacionais com as referências indígenas brasileiras. Quatro anos antes de sua morte, em 1951, foi premiado como o melhor escultor da 1ª Bienal de São Paulo.

Fonte: <http://www.victor.brecheret.nom.br/biobr1.htm>

nagem privilegiado de nossa história política e social até 1960, quando a capital da República transferiu-se para Brasília e o Palácio passou a abrigar o Museu da República. Nele residiram 18 presidentes e fatos importantes da história do país ali ocorreram, entre os quais, o trágico suicídio do presidente em exercício Getúlio Vargas em 1954.

Outro exemplo de patrimônio histórico e artístico é o Monumento às Bandeiras, em São Paulo. Essa escultura em granito de cinquenta metros de comprimento foi projetada pelo escultor italiano **Victor Brecheret** em 1936, mas só concluída em 1953, quando foi inaugurada no Parque do Ibirapuera.

A obra de estética modernista, com suas linhas simples e geometrizadas, inovou o padrão dos monumentos públicos que até então se mantinha fiel à tradição de representações realistas. Além da grande importância artística, o Monumento às Bandeiras – que se tornou um dos símbolos da cidade de São Paulo – reveste-se de grande simbolismo histórico. Inaugurado junto com o Parque do Ibirapuera, marcando as comemorações do 399º aniversário da cidade, o conjunto escultórico representa a aventura das expedições dos bandeirantes pelo interior do Brasil, reunindo índios, negros e portugueses, sintetizando o espírito miscigenado do povo brasileiro.



Figura 1.2: Monumento às Bandeiras (1936-1953), no Parque do Ibirapuera, São Paulo. Obra do escultor ítalo-brasileiro Victor Brecheret, introdutor do Modernismo na escultura brasileira.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo

Objetos e obras que contribuem para narrativa histórica, ajudando a interpretar a identidade de uma sociedade, constituem-se testemunhos imprescindíveis. Observe bem o desenho do pintor francês **Jean-Baptiste Debret**, que faz parte da publicação *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (Figura 1.3). A obra, que mostra uma cena do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX, nos permite uma visão da Praça XV, no centro da cidade, ao lado do Palácio Real – como comprova a presença do chafariz da construção, ao fundo à esquerda, que permanece no mesmo lugar até hoje. A obra, além de mostrar a qualidade artística de Debret – pintor que trabalhou para a Corte francesa de Napoleão –, possui o caráter de registro documental, sem o qual alguns detalhes e costumes ficariam perdidos no tempo.



Figura 1.3: A imagem *Refresco após o jantar na Praça do Palácio*, reproduzida acima, é uma litografia (gravura feita a partir de matriz em pedra), colorida à mão, de autoria do pintor Jean-Baptiste Debret, que faz parte da publicação *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*.

Fonte: <http://digitalgallery.nypl.org/nypldigital/dgkeysearchresult.cfm?num=&s=¬word=&d=&c=&f=&sScope=&sLevel=&slabel=&imgs=12&pNum=>



Jean-Baptiste Debret
(1768-1848)

O pintor e desenhista francês veio para o Brasil em 1816 como um dos integrantes da Missão Artística Francesa, que reunia arquitetos, pintores, escultores, gravadores e artesãos, que haviam trabalhado para a Corte de Napoleão em Paris. Com a queda do imperador francês, em 1815, esses artistas foram contratados pelo governo português no Brasil. A idéia era criar uma Escola de Belas-Artes e de Ofícios para desenvolver as belas-artes, seguindo o estilo neoclássico francês, e modernizar a aparência acanhada da antiga colônia. Debret foi o pintor predileto da corte portuguesa no Brasil e, a partir de 1826, tornou-se professor da Academia de Belas-Artes do Rio de Janeiro, que ajudou a criar.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Debret>

Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Sobre o que estamos falando quando nos referimos a patrimônio histórico e artístico?

Resposta Comentada

Patrimônio histórico e artístico compreende bens móveis ou imóveis. Deles fazem parte arquitetura, objetos e monumentos de inegável valor histórico ou artístico, que mereçam ser conservados como testemunhos de nossa história passada ou presente. O patrimônio histórico ampara-se na materialidade dos objetos, que servem como testemunho tangível da narrativa relativa a fatos e a personagens. O patrimônio artístico, por sua vez, representa o capital criativo, deixando explícito nas obras e criações a ideologia e a inclinação estética de grupos e sociedades. Proteger os testemunhos materiais da passagem do homem pela vida não só ajuda a compreensão de sua história, de sua cultura e de seus valores, mas, principalmente, colabora para a percepção da sociedade como um todo e das possibilidades de suas futuras trajetórias.



Giulio Carlo Argan (1909-1992)

O historiador italiano é considerado um dos maiores críticos de arte do século XX. Seus textos compõem uma bibliografia fundamental para estudos sobre história da arte e do papel da arte na cidade. Destacam-se em sua obra livros como: *Arte moderna; Clássico e anti-clássico e História da arte como história da cidade.*

Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/Giulio_Carlo_Argan

O objeto de valor e o valor do objeto

As análises de um “bem patrimonial”, em sua condição de objeto, dificilmente conseguem limitar-se à matéria, à técnica empregada na sua produção ou a seu estado de preservação. O historiador **Giulio Carlo Argan** lembra que a pesquisa histórica não consegue se restringir à obra em si:

De fato, cada obra não apenas resulta de um conjunto de relações, mas determina por sua vez todo um campo de relações que se estendem até o nosso tempo [...] considerados como pontos de referência num futuro próximo ou distante (ARGAN, 1993, p. 15).

Essa concepção mais abrangente considera elementos que extrapolam o âmbito da simples materialidade, não se reduzindo aos valores artístico ou histórico. Os objetos ultrapassam seus limites físicos, aderindo-se a eles antecedentes históricos e

sociais que lhe conferem significações culturais. De um lado está o “bem”, o objeto que possui um determinado valor material, e de outro, está o valor que atribuímos a esse objeto, que para nós, muitas vezes, “não tem preço”.

Compreendendo e interpretando culturas

Antes de tudo, é preciso entender quais as significações que estão embutidas no termo **cultura**. Quando ouvimos expressões como: “aquele é um homem sem cultura”, o senso comum pode levar a imaginar um indivíduo que não teve acesso ao ensino convencional. A cultura, entretanto, não se limita a esse aspecto da vida, mas a todo um conjunto de características humanas que não são inatas, isto é, que não nascem com o homem, e sim são aprendidas, conservadas e aprimoradas por meio da interação e cooperação entre indivíduos de uma sociedade. As novas visões definem cultura a partir de um domínio abrangente, que envolve toda a produção material, os fazeres, os saberes e todo o imaginário simbólico de um grupo ou comunidade. A partir dessa conceituação, fica mais fácil compreender por que não é possível existir alguém que seja “desprovido de cultura”.

Do vasto campo cultural fazem parte: a linguagem, a produção artística e científica, a música, o sistema de crenças, a culinária, as festas, o vestuário, as normas sociais e de comportamento. Assim, quando falamos em **cultura**, estamos nos referindo a todo um conjunto de informações, habilidades e costumes, aprendidos e aprimorados por indivíduos de um mesmo grupo, que funciona como um elo de identidade entre eles.

O antropólogo americano **Clifford Geertz** interpreta grupos sociais a partir do que ele chama de “leitura”, que pode ser realizada a partir das informações legadas e compartilhadas por todos os seus membros. As sociedades, segundo Geertz, podem ser “lidas” como se fossem “textos” cheios de significados, que revelam a realidade cultural daquele grupo de indivíduos.

Cultura

Do latim *cultura*, referindo-se ao cultivo e cuidado do solo, o termo pode ter diversos significados: para a agricultura significa o cultivo de espécies vegetais; para as ciências sociais, cultura leva em conta a produção do saber por uma sociedade; para a sociologia, representa tudo o que é aprendido e compartilhado, conferindo identidade a determinado grupo de pessoas; para a antropologia, cultura é o conjunto de padrões absorvidos, desenvolvidos e compartilhados pelo ser humano.



Clifford James Geertz
(1926-2006)

O antropólogo americano tornou-se conhecido por conferir atenção especial ao papel desempenhado pelo pensamento simbólico nas sociedades. Em seu famoso livro *A interpretação das culturas* (1989), Geertz conceitua a cultura como um sistema de conceitos herdados, que são expressados em formas simbólicas, por meio dos quais os indivíduos se comunicam e desenvolvem uma mesma visão de mundo.

Fonte: <http://www.ias.edu/about/publications/07winter/>

Como definir, então, o significado de Patrimônio Cultural

A visão sobre o que deve ser considerado como patrimônio tem sido alterada gradativamente, estendendo-se a setores que se localizam fora dos campos tradicionais da preservação. Atualmente, a noção de patrimônio abre-se a novas abordagens e significados, buscando refletir a experiência de vida de forma integral e não se limitando a cristalizar imagens do passado. O conceito contemporâneo de preservação do patrimônio considera importante que sejam protegidos todos os elementos do sistema cultural, o que auxilia uma compreensão menos superficial da atuação do imaginário humano.

Essa nova percepção influenciou a conscientização sobre o que deve ser deixado como patrimônio para as futuras gerações. Será que preservar alguns exemplares de arquitetura e de objetos artísticos e históricos seria suficiente para transmitir o caráter e o modo de um grupo ou sociedade entender o mundo e a si mesmos? A resposta é: dificilmente! Os museus já perceberam que exibir objetos descontextualizados, isto é, afastados da cultura e do povo que os produziu, reduz sua expressão, diminuindo seu poder de comunicação e a força de sua narrativa. Objetos exibidos em vitrines de museus como peças perdidas de um quebra-cabeça, ainda que tenham seu valor material ressaltado, esvaziam-se do significado que lhes era culturalmente atribuído pela sociedade em que foram produzidos.

O entendimento de que apenas a materialidade dos objetos não é suficiente para que se preserve a memória de uma cultura expandiu o esforço de preservação para todo o processo cultural e para a diversidade de aspectos que participaram direta ou indiretamente em sua produção. Com isso, a preservação do patrimônio extrapolou o sentido material dos objetos e passou a incorporar o ambiente natural, no qual o homem habita e sobre o qual atua.

O historiador Hugues de Varine-Boham, assessor da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, dedi-

cado ao estudo de desenvolvimento da cultura em diversos países, considera a divisão do *Patrimônio Cultural* em três categorias:

1. A primeira compreende elementos do meio natural que desempenham papel fundamental no desenvolvimento de determinadas características culturais de uma sociedade. É interessante notar, como um ambiente, como uma praia ou um rio, determina a existência de comunidades de pescadores, a partir das quais uma série de artefatos específicos é produzida. Por exemplo: as redes de pesca e o artesanato das rendas – técnica desenvolvida a partir da produção das redes e, tradicionalmente, exercida pelas mulheres dos pescadores. Fora do ambiente do mar ou do rio não poderiam ser criados, também, canoas, jangadas e barcos que, tampouco, receberiam pinturas criativas ou esculturas em forma de carrancas, colocadas na proa da embarcação para afugentar os maus espíritos das águas.



Figura 1.4: À esquerda, rendeira do Nordeste mostrando uma peça feita com bilros (renda de bilros) e, à direita, jangada do Ceará saindo para pescar.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Renda_de_bilros

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jangada>

Não poderia ser criado, também, todo um aparato simbólico, com crenças, cantos e superstições, com o objetivo de conseguir boa pescaria e de retornar a salvo para casa. Da mesma forma, o tipo da arquitetura, de vestimenta, de culinária, de ferramentas e utensílios são também uma decorrência direta dessa realidade. Deu para perceber como o ambiente natural interfere no processo de criação e de desenvolvimento cultural dos grupos humanos?

2. A segunda categoria reúne os elementos ligados ao conhecimento humano: aos saberes e aos fazeres. Essa parte não-tangível do patrimônio diz respeito a técnicas e estratégias desenvolvidas pelo homem, que vão desde as mais primitivas aplicações dos meios disponíveis visando à sua sobrevivência, até as mais avançadas pesquisas tecnológicas. O processo criativo é uma característica específica do ser humano e parece não haver dúvida de que representa nosso principal patrimônio cultural. A criação de artistas, ligados à música, à literatura, à dança, às artes plásticas, as descobertas no campo da física, da biologia, o desenvolvimento da tecnologia, as criações anônimas de cunho popular: tudo isso faz parte do panorama plural da cultura humana.

3. O terceiro conjunto de elementos, citado por Hugues de Varine, diz respeito aos bens tangíveis, que reúnem todo o patrimônio material: os artefatos. Esses compreendem todo e qualquer objeto produzido pelo homem ou por um grupo, indo desde produções ingênuas de comunidades primitivas até a mais alta tecnologia das sociedades contemporâneas. Objetos de arte, artesanato, arquitetura, cerâmica, instrumentos musicais, máquinas, barcos, aviões, jóias, vestimentas, utensílios, enfim, qualquer objeto que materialize a idéia e a criatividade de uma sociedade.

Orientando e definindo políticas culturais

Algumas instituições oficiais dedicam-se a orientar políticas que estimulem a preservação e a proteção do patrimônio cultural. A Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, um encontro promovido pelo **ICOMOS**, que ocorreu no México em 1985, definiu *cultura* como “o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos, que caracterizam uma sociedade e um grupo social”. Esse amplo campo cultural inclui, “além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”. Esse documento, que ficou conhecido



ICOMOS

Organização não governamental de profissionais, que se dedica à conservação e preservação de sítios e monumentos históricos em todo o mundo.

Fonte: www.icomos.org.br

como “Declaração do México”, concluiu que a cultura é que confere ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo e, acima de tudo, é a responsável por fazer de todos nós seres humanos racionais, críticos e comprometidos eticamente.

Outra instituição internacional importante é a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, que ajuda no processo de definição do que nos é direito herdar e sobre o que é nosso dever proteger e legar para as futuras gerações.

Políticas culturais no Brasil

No plano nacional, a Constituição brasileira estabelece ser de responsabilidade do poder público, com o apoio da comunidade, proteger, preservar e gerir de forma adequada o patrimônio histórico e artístico do país. No final da década de 1930, foi criado um órgão federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com o objetivo de proteger o patrimônio brasileiro. A instituição dedica-se à proteção e conservação do patrimônio cultural, seguindo a noção expandida que inclui: as diversas formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; e espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O IPHAN mantém para isso superintendências regionais, a quem compete identificar, inventariar, proteger, conservar e promover o patrimônio cultural, no âmbito de jurisdições específicas. Também é tarefa das superintendências a análise e aprovação de projetos que pretendem alterar áreas ou modificar bens protegidos, exercendo fiscalização, impedindo ações que contrariem a legislação em vigor e aplicando sanções legais. Cabe a elas, ainda, elaborar critérios e padrões técnicos que orientem a conservação e as possíveis intervenções no patrimônio cultural, propor tombamento de novos bens patrimoniais e registrar bens culturais de natureza imaterial.

Conclusão

Patrimônio consiste na herança que nos foi legada por nossos antepassados e que são consideradas importantes preservar e transmitir às futuras gerações. Esse patrimônio é composto pela arquitetura, por objetos e por monumentos de inegável valor histórico ou artístico, que devam ser conservados como testemunhos de nossa história passada ou presente. O *patrimônio histórico*, referindo-se aos bens que possuam grande importância para a história de seu povo, da região ou do país; e o *patrimônio artístico*, correspondendo aos bens cuja presença seja de fundamental representatividade dentro da produção artística local, regional ou nacional.

As novas abordagens conceituais consideram importante uma visão mais abrangente, que envolve todos os domínios culturais. Assim, o *patrimônio cultural*, além da produção material – *patrimônio histórico e artístico* –, passou a incorporar a linguagem, a produção científica, a música, o sistema de crenças, a culinária, as festas, o vestuário, as normas sociais e de comportamento, enfim, os fazeres, os saberes e todo o imaginário simbólico.



Atividade Final

1. A que estamos nos referindo quando falamos de *patrimônio cultural*?

Atende ao Objetivo 2

Resposta Comentada

Patrimônio cultural é toda a herança que nos foi legada pelas gerações passadas e que devemos preservar para que possa ser transmitida às

gerações futuras. Esse patrimônio envolve três grupos de elementos: o ambiente natural, que influencia e participa do desenvolvimento de determinada cultura; a produção material – que inclui todo e qualquer objeto produzido pelo homem ou por um grupo: objetos de arte, artesanato, arquitetura, cerâmica, instrumentos musicais, máquinas, barcos, aviões, jóias, vestimentas, utensílios, enfim, qualquer objeto que materialize a idéia e a criatividade de uma sociedade; e os saberes, os fazeres – que reúnem o desenvolvimento intelectual, as técnicas e o imaginário de um grupo ou uma sociedade.

Assim, devemos considerar como patrimônio cultural: o ambiente que o homem habita, que lhe dá sustento e que determina sua atuação e seus recursos; a linguagem, a produção artística e científica, o sistema de crenças, os costumes e as normas sociais. Enfim, todo um conjunto de informações e expressões, compartilhadas por indivíduos de um mesmo grupo, e que funciona como um elo de identidade entre eles.

Resumo

Nesta aula, vimos que o conceito de *patrimônio* refere-se a tudo que é herdado dos antepassados e que se considera importante ser preservado e transmitido às futuras gerações. Aprendemos, também, que a visão tradicional de patrimônio privilegia a preservação de bens móveis ou imóveis, reunidos sob a classificação de “Histórico e Artístico”. Esse patrimônio material representa, ainda hoje, o objeto preferencial de tombamento pelas instituições oficiais, regionais ou federais.

A cada sociedade corresponde um conjunto de valores próprios e insubstituíveis, que delimitam sua identidade cultural. E essa identidade, passível de descartes e incorporações, comporta-se como um organismo vivo, que se transforma e se desenvolve a partir do diálogo e do intercâmbio com culturas diferentes: todas elas partes integrantes de um imenso patrimônio, comum a toda a humanidade.

2

Patrimônio Material

Meta da aula

Apresentar o significado de *Patrimônio Material* e suas subdivisões.

Objetivos

Ao término desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1 identificar quando teve início o esforço de proteção e preservação do *Patrimônio Material* brasileiro;
- 2 deverá ser capaz de identificar o que é considerado *Patrimônio Material* e conhecer suas classificações.

Pré-requisito

Para esta aula, é interessante rever os conceitos que definem patrimônio trabalhados na Aula 1.

Introdução

Os objetos que formam o *patrimônio material* deixam de ser sentidos apenas em sua materialidade utilitária ou estética para assumirem o papel de testemunhos históricos da produção material, incorporando a visão do homem e o próprio sentido de sua identidade. As construções material e simbólica de um espaço refletem o que é característico da sensibilidade e do comportamento dos indivíduos e dos grupos que habitam, ou habitaram, determinado local. É comum, entretanto, que regiões próximas possuam **etos** distintos, que dependem do povo que para ali migrou e das influências que esse recebeu durante seu desenvolvimento. São aspectos que definem a identidade de grupos e de nações. E é justamente por essa capacidade de representação de uma cultura que o *patrimônio material* exerce forte apelo turístico. Cada região apresenta um conjunto de bens culturais específicos que manifesta o espírito que anima sua coletividade. A admiração dos visitantes por esse patrimônio regional acaba servindo para reafirmar a auto-estima e a identidade do local, servindo como fator de coesão entre os habitantes e o espaço no qual desenvolveram sua cultura.

Etos

O termo tem origem na palavra grega *ethos*, que significa *costume, característica*. O *etos* diz respeito ao temperamento e ao modo de ser, emocional, moral, enfim, ao espírito que anima uma coletividade. Esse caráter particular predominante se manifesta nas produções materiais e manifestações culturais de um grupo, de uma região e de um país.

Os bens materiais que são escolhidos para compor o acervo patrimonial brasileiro representam um poderoso capital simbólico que é fruto do legado de etnias diversas: indígena, européia, africana. Dentro dessa pluralidade, cada grupo reconhece bens específicos pertencentes a seu espaço de significação. Essa multiplicidade de memórias e de identidades faz com que o patrimônio dificilmente se mostre homogêneo, tampouco imobilizado, estando sujeito a um processo contínuo de formação e transformação.

Testemunhos materiais de nossa identidade

A memória coletiva de uma sociedade manifesta-se por intermédio de um conjunto de bens que a caracterizam e que por ela é legado. Esse conjunto de bens representa nosso *patrimônio cultural*, que é formado por bens móveis e imóveis. Mas ainda

que toda essa herança material possa ser caracterizada como patrimônio, apenas parte dela sobrevive para contar uma história. Os bens que são preservados, o são a partir de uma escolha orientada por valores e forças dominantes que decidem qual história deve ser contada e quais *monumentos* devem ser preservados.

Na história do Brasil, por exemplo, a República proclamada apressou-se em demonstrar as evidências materiais do regime imperial destronado. A residência de Pedro II e sua família, o Palácio da Quinta da Boa Vista no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, foi transformada em Museu Nacional para expor um acervo de ciências naturais. Os móveis e outros objetos de propriedade da família imperial foram confiscados e leiloados. A crítica irônica que persiste até os dias atuais em relação à monarquia brasileira faz parte dos resquícios da militância anti-imperial fomentada pelo governo republicano.

Os hábitos “pouco higiênicos” atribuídos a D. João VI faziam parte, na verdade, dos costumes comuns a todos os europeus daquela época. A “fuga” da Corte portuguesa para o Brasil, tão ridicularizada por seus aspectos inusitados, começa a ser reavaliada por historiadores contemporâneos, que passaram a vê-la como uma estratégia inteligente, capaz de proteger a colônia brasileira, a mais rentável da Coroa portuguesa, de invasores estrangeiros, evitando simultaneamente que Portugal visse seu soberano destronado por Napoleão. O mesmo ocorreu com o imperador D. Pedro II, cuja memória ficou reduzida à sua incapacidade de evitar a decadência econômica do final do Império, não obstante sua atuação no desenvolvimento da ciência e da educação do país – o Imperador participava pessoalmente da abertura do ano letivo em diversas escolas públicas e destinava parte de suas verbas pessoais para custear estudos de estudantes no exterior.

Assim, fica claro que a noção do que vem a ser patrimônio pode variar com o tempo e com ideologias, seguindo diferentes orientações, que seguem a visão dos responsáveis pela decisão sobre o que merece ser preservado. A história do início do processo de preservação do patrimônio brasileiro é um bom exemplo disso.

Monumento

O termo refere-se a toda obra que tem como função transmitir às gerações futuras a memória sobre um fato ou um personagem. É tudo aquilo que evoca o passado, perpetuando uma recordação. Desde a Antiguidade, os monumentos assumiram formas esculturais ou arquitetônicas, como arcos de triunfo, obeliscos, estátuas de personagens importantes, esculturas funerárias etc.

No Brasil da década de 1930, o discurso do Estado Novo de Getúlio Vargas tentava estruturar uma idéia de Nação e de identidade nacional. Dentro desse espírito altamente cívico, foi criado em 13 de janeiro de 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a primeira instituição da América Latina a ter como objetivo primordial proteger os *bens* considerados como patrimônio nacional.

■ **Mário de Andrade**

Nascido em São Paulo, Mário Raul de Moraes Andrade (1893-1945) dedicou-se à poesia, ao estudo da música, da arte e manifestações populares, buscando valorizar o caráter específico de nossa brasilidade por meio do registro de produções artísticas regionais. Um dos fundadores do modernismo brasileiro, Mário de Andrade exerceu grande influência no processo de desenvolvimento da arte brasileira no século XX. Participou da Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, organizada no Teatro Municipal da cidade, e que representou o desejo de ruptura com as estéticas do passado, apresentando pinturas, esculturas, projetos de arquitetura, música e declamação de poesia, buscando uma renovação da linguagem artística.



Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

O IPHAN é uma autarquia que está, atualmente, ligada ao Ministério da Cultura – MinC, contando com 21 superintendências e seis representações estaduais, 27 escritórios técnicos, nove museus nacionais, 19 museus regionais e dois centros culturais. O IPHAN tem sob sua guarda cerca de 21 mil edifícios tombados, 79 centros e conjuntos urbanos, 9.930 mil sítios arqueológicos e mais de um milhão de objetos, entre os quais os acervos museológicos, em torno de 834.567 mil volumes bibliográficos, documentação arquivística e registros fotográficos, cinematográficos e de outras mídias. A instituição opera nacionalmente com um corpo funcional de 2.537 pessoas.

Fonte: <http://www.revistamuseu.com.br>

O IPHAN, que completou 70 anos em 2007, foi criado com a legitimidade que lhe era conferida pelos mais destacados intelectuais da época, de clara inclinação modernista. Indicado por Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde de Getúlio Vargas, coube ao poeta **Mário de Andrade** estruturar o antigo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mário de Andrade fora uma das figuras centrais da Semana de Arte Moderna de 1922, movimento paulista que defendia a renovação das manifestações artísticas brasileiras. Em seu decreto de criação, o SPHAN definiu as diretrizes fundamentais que deveriam nortear a proteção dos bens culturais, determinando o que era importante ser preservado como *patrimônio histórico e artístico nacional*:

Do Patrimônio Histórico e Artístico nacional:

Art. 1º Constitui o patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do Patrimônio Histórico e Artístico brasileiro, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei (BRASIL, 1937, Cap. I).



Figura 2.1: Da esquerda para a direita: Cândido Portinari, Antônio Bento, Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, reunidos no Rio de Janeiro em 1936 quando da exposição de pinturas de Portinari no Palace Hotel.

Fonte: http://www.portinari.org.br/ppsite/ppacervo/vejamais.asp?no_tacao=AFRH;87;1&ind=1&NomeRS=rsPSCComDoc_AFRH&Modo=C

Nos trinta anos que estive à frente do SPHAN, **Rodrigo Melo Franco** orientou a política de proteção de bens culturais, enfatizando fatos ligados a heróis e personagens de nosso passado histórico com o objetivo de conferir contornos mais claros à identidade nacional brasileira. Durante todo esse período, a política de preservação de bens materiais elegeu preferencialmente o patrimônio artístico e arquitetônico vinculado ao estilo barroco e rococó, que prosperara no século XVIII nas cidades auríferas de Minas Gerais.

A escolha do patrimônio barroco colonial como objeto de preservação por sua identificação como o mais representativo de nossa identidade cultural resultou da leitura de viés modernista. Essa visão fundamentava-se na rejeição às estéticas consideradas

**Rodrigo Melo
Franco
(1898-1969)**

Nascido em Belo Horizonte, Minas Gerais, o advogado, jornalista e escritor dirigiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde sua criação em 1937 até 1968.

■ **Neoclassicismo**

O estilo neoclássico foi um retorno aos modelos estéticos adotados na Antiguidade clássica greco-romana, acrescidos de sua interpretação pelo Renascimento italiano. Caracterizada por simetria e equilíbrio, a arquitetura neoclássica utilizava colunas com capitéis decorados, arcos plenos, frontão triangular, tendo sido introduzida no Rio de Janeiro pelos mestres da Missão Artística Francesa, formada por artistas e artesãos que haviam trabalhado para a corte de Napoleão Bonaparte, entre os quais destacaram-se o pintor Jean Baptiste Debret e o arquiteto Grandjean de Montigny. A Missão Francesa criou na capital do Império brasileiro, em 1816, uma Escola com objetivo de formar pintores, escultores, gravadores e arquitetos dentro do modelo neoclássico adotados pelas *academias de arte* européias.

ultrapassadas, mais diretamente aquelas influenciadas pelo *neoclassicismo* e pelo *ecletismo*. Com isso, bens culturais importantes ligados àqueles estilos acabaram sendo relegados à sua própria sorte, o que contribuiu para sua destruição, deixando assim incompleto o diversificado mosaico de nosso patrimônio cultural.

■ **Ecletismo**

O estilo conhecido como *ecletico* utilizava-se de diferentes influências estéticas, reunindo por vezes numa mesma construção elementos de fontes diversas – neoclássica, barroca, rococó, gótica, mourisca, *art nouveau*. O ecletismo foi a tendência dominante do final do século XIX e início do XX na Europa, tendo predominado nos conjuntos arquitetônicos erguidos na reforma realizada na cidade de Paris em finais do século XIX e que foi reeditada na reforma da capital do Rio de Janeiro, empreendida pelo prefeito Pereira Passos no centro da cidade no início do século XX, que teve como destaque a abertura da Avenida Central – atual Avenida Rio Branco.

No tocante à arquitetura, por sua dimensão e materialidade na paisagem, é inquestionável a importância de sua presença na formação da identidade de uma região. Nos núcleos históricos, a conexão e interdependência entre prédios que os formam faz com que a memória unívoca do conjunto arquitetônico seja prejudicada pela perda de alguns exemplares.



Atividades

Atendem ao Objetivo 1

1. Identifique quando teve início o esforço de proteção e preservação do *Patrimônio Material* brasileiro.
2. Como explicar o fato de o SPHAN ter autorizado a demolição, sem motivo claro – o terreno continua vazio até hoje – do prédio histórico em estilo neoclássico, projetado por Grandjean de Montigny para a Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro na década de 1920?

Respostas Comentadas

1. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN foi criado em 1937, durante o governo do presidente Getúlio Vargas e do ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. Dois personagens destacam-se na criação da instituição: o escritor modernista Mário de Andrade e o jornalista Rodrigo Melo Franco, que a dirigiu durante 30 anos.

2. A política do SPHAN de preservação dos bens materiais brasileiros do IPHAN elegeu o patrimônio artístico e arquitetônico de raiz barroca portuguesa – obras do século XVIII, desenvolvidas durante o período colonial – como estética mais representativa de nossa identidade cultural. Essa percepção modernista se fundamentava na rejeição aos estilos de influência francesa, notadamente o neoclassicismo e o ecletismo, que dominaram a estética do final do século XIX e início do XX. Dessa forma, essas edificações consideradas não representativas da arte brasileira ficaram de fora das primeiras ações oficiais de preservação.



Foto: Marc Ferrez / Museu da Escola de Belas Artes - UFRJ

Figura 2.2: Foto do prédio em estilo neoclássico da antiga Academia de Belas Artes na década de 1820 durante as obras de reforma e construção de seu segundo pavimento em 1882. O prédio foi demolido em 1938, com a concordância do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.



Figura 2.3: Foto do prédio em estilo eclético da Escola Nacional de Belas Artes, atual Museu Nacional de Belas Artes, no centro do Rio de Janeiro. Construído em 1910 a partir do projeto do arquiteto espanhol Morales de los Rios, o prédio cuja fachada principal inspirava-se na construção que atualmente abriga o Museu do Louvre fazia parte da recém-inaugurada Avenida Central – atual Avenida Rio Branco 199.

Identidade: igualdade na diferença

Considerando que podem existir grupos com diferentes etos dentro de um mesmo país, como se poderia eleger uma *identidade nacional*? Identidade de quem? Sendo de *todos* não acabaria sendo de *ninguém*?

A escolha de alguns bens, entendidos como essenciais à memória regional e nacional, segue um posicionamento ideológico que elege referências materiais para que sirvam como uma reafirmação de conceitos e valores do passado que sejam interessantes ao presente. Na história da proteção de nosso patrimônio, por exemplo, quando os intelectuais do SPHAN elegeram, na década de 1930, a arquitetura barroca portuguesa do período colonial como bem prioritário a ser preservado, estavam legitimando a matriz portuguesa como base para a elaboração de uma cultura própria nacional. Naquele momento, buscava-se a criação de uma arquitetura moderna que fosse baseada em nossas próprias referências, em substituição às construções arquitetônicas ecléticas de inspiração francesa. A revalorização das construções do tempo do Brasil colônia pareciam ser, na década de 1920, a melhor resposta, ainda que fossem elas, também, fruto de influência européia.

O fundador do movimento moderno, Mário de Andrade, colocou naquela época a questão: “Quem primeiro manifestou a idéia moderna e brasileira na arquitetura? São Paulo, com o estilo colonial” (AMARAL, 1970, p. 140). Mesmo que, logo depois, o movimento moderno tenha decidido optar pela arquitetura funcionalista e sem referências históricas – preconizada pelo francês Le Corbusier –, Mário de Andrade, ao cogitar o uso de referências do passado na composição de uma estética moderna, demonstra o grande valor simbólico que o *patrimônio material* detém como elemento não apenas constituinte de um passado, mas também referencial para o futuro.

A identificação de bens que materializam nossa própria história cultural permite-nos interagir de forma mais afetuosa com o espaço. A presença de antigos prédios, de monumentos e objetos ligados à nossa história – remota ou simplesmente da infância – funcionaria como uma espécie de álbum de fotografias que, mantendo viva a imagem de nossos antepassados, contribui para a reafirmação de nossa própria identidade.



Figura 2.4: Projeto em estilo neocolonial para uma Escola do Estado de Santa Catarina. Arquiteto: Elisário Bahiana (Foto do projeto da autora a partir da revista *Arquitetura no Brasil*, ano II, v. 4, n. 7 e 8, p. 50, abr./maio 1922).

Todas as políticas que têm como objetivo a preservação do patrimônio de um país estão envolvidas, na realidade, na proteção da própria identidade cultural de uma região ou da cultura nacional como um todo. Como *patrimônio material* são enten-

didados objetos, arquitetura, locais e paisagens que se mostrem capazes de acumular em sua materialidade a memória e a percepção da vida da comunidade e de suas significações através do tempo.

A afirmação do historiador Jacques Le Goff (1994, p. 477) – “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” – coloca a importância do passado não apenas quando esse está a serviço de uma lembrança emotiva, mas também como elemento formativo da própria contemporaneidade.

A administração central do IPHAN divide seu funcionamento em Brasília – DF e no prédio do Palácio Capanema – Rua da Imprensa 16, centro do Rio de Janeiro – RJ, onde fica o Arquivo Central da instituição, responsável pelos processos de tombamento. Estão entre suas atribuições: a abertura dos processos de tombamento, a guarda destes bens, sua disponibilização à consulta, a autorização da saída de obras artísticas do país, assim como a emissão das certidões que atestam a inscrição dos bens nos Livros de Tombo e nos Livros de Registro do Patrimônio Imaterial.

O patrimônio material, segundo definição do IPHAN, compõe-se de um conjunto de bens culturais, divididos em bens *imóveis* – núcleos urbanos, sítios arqueológicos, paisagísticos, monumentos arquitetônicos; e bens *móveis*, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos e de imagens. O projeto de Mário de Andrade, elaborado em 1936, a pedido do Ministro Gustavo Capanema, determinava que o SPHAN teria quatro livros de tombamento, nos quais seriam registrados os nomes dos artistas, as coleções públicas e particulares, assim como as obras de arte que passariam a ficar oficialmente sob a guarda da instituição. O patrimônio material organizou-se em quatro Livros de Tombo, que são mantidos no Arquivo Noronha Santos – localizados à Rua da Imprensa, 16, sala 810 / Rio de Janeiro –, com os registros de todos os bens protegidos pela União:

1. Livro de Tombo Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico (artes arqueológica, ameríndia e popular).
2. Livro de Tombo Histórico (arte histórica).
3. Livro de Tombo das Belas Artes (arte erudita nacional e estrangeira).
4. Livro de Tombo das Artes Aplicadas (artes aplicadas nacionais e estrangeiras).



As expressões *tombamento* e *Livro de Tombo* derivam do campo do Direito português, no qual *tombar* significa *registrar*. O inventário de bens era inscrito em livros que eram guardados nos arquivos reais, localizados na Torre do Tombo do Castelo de São Jorge, em Lisboa. Nos livros de tomo ficavam registrados as demarcações de terras, documentos da Fazenda, testamentos, sentenças dos juizes, bulas papais, tratados internacionais e diversos documentos oficiais portugueses, muitos deles dizendo respeito à história do Brasil.

Livro de Tombo Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico

Esse livro é relativo ao registro de bens que pertencem às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular. Definidos e protegidos pela Lei nº 3.924/61 – conferir o conteúdo da lei na parte voltada à *legislação* no portal do IPHAN (ver box multimídia a seguir) –, estes bens são considerados como patrimônio da União, reunindo atualmente 119 bens tombados.

A *arqueologia* é uma ciência que se dedica à busca e ao estudo dos vestígios materiais deixados pelos povos que nos precederam. Esses objetos auxiliam o processo de conhecimento e compreensão dessas sociedades, sua visão de mundo e seu modo de vida – as técnicas que usavam, sua estrutura social, suas crenças. Por *sítios arqueológicos* entendem-se os locais que apresentam vestígios que se manifestem como testemunhos das culturas dos antigos povos ameríndios (indígenas habitantes das Américas). Nesses

locais, junto a assentamentos, sepulturas ou aldeamentos, podem ser encontrados restos de utensílios, inscrições rupestres em superfícies de rochas ou outros vestígios de atividade humana.



Cerca de 10 mil *sítios arqueológicos* já foram identificados pelo IPHAN, tendo sido tombados oito deles até agora. Confira no portal do IPHAN, nos *links* relativos a *patrimônio material / arqueológico*: <http://portal.iphan.gov.br>



Figura 2.5: Vaso de cerâmica (cerâmica de Santarém ou tapajônica), do estado do Pará, decorado com figuras e incisões, datado aproximadamente de 1.000 a 1.500 a.C. Acervo arqueológico do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – USP.

Fonte: Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM – Piauí
Fonte da imagem: <http://www.fumdam.org.br/pinturas.asp>

Além dos registros dos sítios arqueológicos, esse Livro de Tombo inclui ainda conjuntos urbanísticos, paisagens e outros bens naturais modificados pela intervenção humana, como parques e jardins, com o objetivo de conservar e proteger as características que os colocam como patrimônios de grande importância cultural. Para citar apenas dois exemplos no estado do Rio de Janeiro, temos a cidade de Paraty, tombada em 1958 por seu conjunto arquitetônico e paisagístico; e o conjunto paisagístico e urbanístico da cidade de Vassouras, cujo tombamento, também

datado de 1958, compreende as construções públicas, as particulares, assim como toda a arborização da cidade.



Figura 2.6: Aspecto da Praça Barão de Campo Belo, no centro da cidade de Vassouras. Construída entre 1835 e 1857, nela se localiza a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, cercada por palmeiras imperiais.

Fonte: <http://members.virtualtourist.com/vt/s/?m=6&l.q=16d713>

Também nesse Livro de Tombo estão registrados os bens pertencentes ao *Patrimônio Etnográfico*. A etnografia – cujo termo significa “descrição dos povos” – consiste num método investigativo, utilizado pela antropologia cultural, que coleta dados de uma comunidade, a partir dos quais realiza uma descrição detalhada de sua história, costumes, mitos e crenças. O primeiro tombamento etnográfico no Brasil ocorreu em 1938, com o registro da Coleção *Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro* – objetos de culto africano, apreendidos pela ação policial, que a partir da década de 1920 combateu o que era considerado “baixo espiritismo” –, acervo que pertence ao Museu da Polícia Militar, localizado à rua Frei Caneca, 162, no centro do Rio de Janeiro.

Livro de Tombo Histórico

Esse livro relaciona os bens cujo interesse seja notadamente histórico, por seu vínculo a acontecimentos ou a personagens importantes da história nacional ou internacional. Atualmente, nele estão catalogados 557 bens, entre os quais destacamos construções que, muito mais que suas características arquitetônicas, valorizam-se por seu alto *valor histórico*, resultado de sua liga-

ção direta a fatos ou personagens de interesse fundamental para a história do país. Um exemplo é Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, tombada em 1939, cuja impressionante arquitetura de modelo militar está ligada à aventura do francês Nicolau Durand de Villegaignon e sua tentativa de estabelecer em 1555, no Rio de Janeiro, uma colônia francesa: a *França Antártica*; outro exemplo é a Casa de Santos Dumont, na cidade de Petrópolis – tombada em 1952 e transformada em Museu Santos Dumont em 1956.

Livro de Tombo das Belas Artes

Os tombamentos feitos nesse livro dizem respeito a obras consideradas como pertencentes à *arte erudita*, nacional ou estrangeira, reconhecidas por seu grande *valor artístico*, seja no campo da arquitetura, pintura ou escultura. Estão registrados 682 bens nesse livro, entre eles obras como uma imagem em terracota do século XVI de Nossa Senhora do Rosário, localizada em Angra dos Reis – RJ, tombada em 1969; e o Aqueduto da Carioca, conhecido como Arcos da Lapa, inaugurado em 1750 para abastecer com as águas do rio Carioca a cidade do Rio de Janeiro – tombado em 1938, representante colonial da técnica portuguesa de construção de aquedutos.



Figura 2.7: Aqueduto da Lapa, no centro do Rio de Janeiro, atribuído ao brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, inaugurado em 1750.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Arcos_da_lapa



Ainda que possa parecer estranha a presença de bens semelhantes em tombos diferentes, devemos lembrar que um prédio, por exemplo, dependendo do motivo pelo qual foi tombado – como parte de um conjunto paisagístico, por sua importância artística ou relevância histórica – deve ser registrado no Livro de Tombo que melhor responda a sua categorização.

Livro de Tombo das Artes Aplicadas

Esse livro é dedicado aos registros das artes aplicadas nacionais e estrangeiras, constando dele poucos tombamentos: algumas jarras de louça da cidade de Cachoeira, Bahia, confeccionadas pela fábrica de Santo Antônio do Porto, tombados em 1939; e 24 imagens de santos e de Nossas Senhoras, esculpidas em madeira, datadas da segunda metade do século XVII, do Rio Grande do Norte, que formam dois conjuntos tombados em 1964.



O portal do arquivo Noronha Santos do IPHAN disponibiliza a listagem dos bens pertencentes aos quatro livros de tomo. Confira no portal do arquivo. <http://portal.IPHAN.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12944&retorno=paginalPHAN> .

A interpretação e a comunicação do patrimônio material

A simples guarda dos objetos, entretanto, não garante a preservação de sua memória, sendo necessário para isso que sejam realizadas pesquisas, que desvendem a história dessas peças e sua importância para a sociedade. Imprescindível, também,

é que esse patrimônio seja interpretado, divulgado e exposto. Esta é uma atribuição específica da museologia, que é a ciência que se ocupa da preservação, pesquisa e comunicação – que envolve exposições dos acervos – das evidências materiais, naturais e imateriais do homem e de seu meio ambiente. A missão educativa dos museus é muito importante, sendo essas instituições responsáveis pela salvaguarda do patrimônio material e pelos estudos necessários para que esses bens sejam identificados e interpretados para que possam ser compreendidos em seus significados.

Segundo a definição estabelecida pelo ICOM (International Council of Museums), *museu* é “uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe para fins de estudo, educação e deleite, testemunhos materiais do homem e do seu ambiente” (ICOM, 1987, p. 3). Dessa forma, os museus tornam-se instituições indispensáveis dentro do conceito de turismo cultural, reunindo, interpretando e disponibilizando ao público parte de coleções desse patrimônio material.

Conclusão

O *patrimônio material* pode ser visto a partir de valores histórico, estético, científico e/ou social, compreendendo desde os mais simples objetos do cotidiano, artefatos, maquinaria até raras peças arqueológicas, espécies botânicas e fósseis, valiosos objetos de arte, assim como documentos importantes e únicos. Esses objetos, representantes de uma rica reserva de memória cultural, podem ficar tanto sob a guarda de instituições públicas – museus, galerias, arquivos e bibliotecas –, como pertencer a instituições particulares ou mesmo a um único colecionador. O projeto de 1936 determinava a criação de quatro livros de tombamento, nos quais obras de arte e coleções públicas e particulares de objetos deveriam ser registradas, ficando sob a guarda

patrimônio material pelo IPHAN. Caso exista, faça o resumo de sua ficha, que está disponibilizada no portal, justificando sua inclusão em determinado livro de tomo. Se nenhum bem for tombado pelo IPHAN, escolha um bem que você acha que mereceria ser tombado como patrimônio material de sua cidade, apontando em que livro de tomo ele deveria ser registrado e por que motivo.

Resumo

O *patrimônio material*, como vimos, consiste em bens naturais ou produzidos pelo homem, que conseguem manifestar a memória histórica e o ethos de uma sociedade, servindo, simultaneamente, como referência documental e emocional. Os bens materiais podem ser formados por *bens móveis* – objetos que podem ser transferidos de local – e *imóveis*, como arquitetura e monumentos. Grande parte dessa herança material não sobrevive para contar uma história, que pode ser a história de grupos específicos ou a história de todos nós.

Ainda que seja quase impossível evitar que inclinações ideológicas decidam o que pode ser destruído e o que precisa ser preservado, as instituições responsáveis pela proteção e guarda desse patrimônio devem estar atentas para que exemplares fundamentais para a compreensão da completude histórica não sejam descartados, deixando vazios culturais impossíveis de serem preenchidos.

Os bens que são preservados para servir como testemunho material de nossa identidade assumem uma grande importância simbólica por se constituir em uma seleção do que não será esquecido das diversas etnias que compõem nosso legado cultural. É essencial que os diferentes grupos participem dessa eleição sobre o que representa para eles o patrimônio que define seu espaço de significação. Esses estratos de memórias e identidades compõem um patrimônio heterogêneo, sempre sujeito a incorporações, descartes e múltiplas transformações.

3

As cidades históricas brasileiras

Meta da aula

Apresentar o conceito de *cidade histórica* e a importância dela como evidência viva de nosso passado histórico e depositária da memória cultural do país.

Objetivos

Ao término desta aula, esperamos que você seja capaz de:

- 1 identificar quais as características que qualificam determinados sítios urbanos como *cidades históricas*;
- 2 identificar e reconhecer a importância da preservação e integração sustentável do núcleo antigo de uma cidade de seu estado.

Pré-requisito

Rever os conceitos de *Patrimônio Histórico*, *Patrimônio Artístico* e *Patrimônio Cultural*, abordados na Aula 1.



Figura 3.1: Vista geral da cidade de Ouro Preto em Minas Gerais, eleita pela Unesco como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:OuroPretoView.jpg>

Introdução

Na época da criação do SPHAN, a visão que norteava o tombamento de um núcleo histórico apoiava-se fundamentalmente no conceito estético, que selecionava os conjuntos arquitetônicos e monumentos por suas qualidades artísticas, aliadas de forma indissociável à narrativa histórica. Foi seguindo essa lógica que a cidade de Ouro Preto foi escolhida como ícone do processo de preservação do patrimônio brasileiro no final da década de 1930. O tombamento dos núcleos históricos das cidades mineiras valorizava simultaneamente o barroco português, que fora adaptado na colônia brasileira, ao movimento frustrado pela independência do país. A vinculação do barroco mineiro – visto como estética mais autêntica que os modelos ecléticos afrancesados usados no início do século XX – à Inconfidência Mineira serviu como legitimação ao sentimento nacionalista alimentado pela intelectualidade da época, entre os quais se destacavam os responsáveis pela decisão sobre que patrimônio deveria ser preservado.

A atribuição de valor histórico e artístico não apenas aos monumentos, mas também às partes remanescentes de tecidos urbanos antigos, ainda depende certamente de um juízo acerca da historicidade destes. Contudo, esse juízo aplica-se a um campo muito dilatado pelas tendências atuais da historiografia artística com a adoção de metodologias sociológicas ou antropológicas (ARGAN, 1993, p. 77).

Atualmente, o conceito expandido de patrimônio inclui ao lado dos bens materiais, da arquitetura, dos monumentos e dos núcleos históricos, a paisagem e os bens considerados como imateriais que fizeram, ou fazem, parte da própria vida cultural desses espaços.

Núcleos históricos: importância e conceituação

As recomendações da Unesco feitas em 1976 destacam as áreas históricas como elemento integrante do ambiente cotidiano dos indivíduos em diversos locais do mundo. Elas representam uma presença viva dos fatos e dos personagens que ali viveram e para os quais serviu como cenário. Sua preservação como testemunho tangível nos coloca em contato direto com evidências da riqueza e da diversidade cultural de um núcleo histórico. Dessa forma, torna-se fundamental em qualquer projeto moderno de planejamento de cidades que possuam núcleos históricos considerar sua proteção e preservação, a partir de uma integração de modo sustentável à vida contemporânea.

O ideal é conseguir que o desenvolvimento progressivo e inevitável de uma cidade não faça desaparecer o antigo tecido urbano, permitindo que se estabeleça um diálogo entre antigo e moderno de forma enriquecedora e integrada. Essa interação estimula a preservação não apenas de prédios e monumentos isolados, mas de todo um conjunto coerente, o que inclui a preservação do imaginário local: festas, comemorações, produção intelectual e cultural.

Contudo, se a maioria dos núcleos urbanos representa a expressão material da ampla gama de diversidade cultural das sociedades, enquadrando-se no conceito de *históricos*, quando uma cidade merece ser tombada como *Patrimônio Histórico e Cultural*? Que critérios são usados na decisão de salvaguardar determinados núcleos urbanos?

Em 1987, foi elaborada a *Carta de Washington*, como complementação da *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios*, que havia sido lançada em Veneza em 1964. O texto, conhecido como *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*, organizado pelo ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*) estabelece princípios, objetivos e métodos para a salvaguarda de cidades pequenas ou grandes, centros ou bairros históricos, incluindo seu ambiente natural ou edificado.

Os critérios para a escolha de núcleos urbanos a serem preservados levam em consideração, além de sua qualidade como documento histórico, a importância que representam como expressão de valores específicos às sociedades urbanas tradicionais. O objetivo é tentar harmonizar a vida cotidiana e social dos seus habitantes com a proteção do conjunto de bens da cidade que servem como testemunho de uma etapa cultural que precisa ser preservada como parte da memória da humanidade.

Critérios para tombamento de uma cidade histórica

Como identificar quando uma cidade antiga preenche os requisitos para ser considerada como um sítio a ser preservado? Alguns critérios são importantes na hora de indicar o tombamento de um centro histórico, entre eles estão: a notável qualidade estética de sua arquitetura; o conjunto arquitetônico representativo de determinada época ou estilo; monumentos e locais vinculados a personagens notáveis ou fatos importantes de nossa história;

características específicas culturais, que se mostrem importantes para a identidade regional ou nacional.

O historiador italiano Giulio Carlo Argan chamava a atenção para a utilidade do conceito de *centro histórico*, já que ele permite preservar fisicamente determinado espaço, obstando sua invasão por novas construções ou funções, que acabem contribuindo para a destruição do caráter específico desses núcleos antigos. Para Argan,

o mesmo conceito, porém, é teoricamente absurdo porque, se se quer conservar a cidade como instituição, não se pode admitir que ela conste de uma parte histórica, com um valor qualitativo, e de uma parte não-histórica, com caráter puramente quantitativo (ARGAN, 1993, p. 79).

Mas se as cidades em sua totalidade pertencem ao domínio da história – considerando que nelas atuam forças econômicas, políticas e culturais que servem como urdidura para o tecido histórico –, como se deve delimitar o espaço a ser conservado? Prefeito da cidade de Roma, na Itália, na década de 1970, o arquiteto Argan lembrava que “uma vez que nem tudo pode ser conservado, é preciso estabelecer o que deve ser preservado custe o que custar” (ARGAN, 1993, p. 77). Essa decisão nunca é isenta ou neutra, vinculando-se a determinações ideológicas, estéticas, políticas ou econômicas, que optam pela preservação ou destruição de bens ou conjuntos patrimoniais.

Anos atrás, o prefeito da cidade de São João Del Rei teve uma resolução polêmica: decidiu asfaltar as antigas ruas coloniais de calçamento de pedras, conhecido como “pé-de-moleque”, com a justificativa de “modernizar” a cidade. Tanto a imobilização por meio de uma conservação intransigente quanto a desconsideração da importância de núcleos antigos, que se manifestam em descaracterizações “modernizadoras”, passam ao largo do equilíbrio ideal entre preservação e revitalização desses espaços.



Figura 3.2: Vista da cidade de Paraty, que se tornou importante no século XVIII como rota de escoamento do ouro das cidades mineiras para Portugal.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Parati>

Já sabemos que o tombamento é a primeira iniciativa a ser tomada quando o objetivo é preservar bens culturais, o que incluiu as cidades históricas. Com esse instrumento se pode, com amparo legal, impedir que bens importantes sejam destruídos ou descaracterizados. A experiência demonstra que a preservação do patrimônio urbano está intimamente relacionada com a melhoria da qualidade de vida da população local. A valorização da memória da cidade e a restauração de seus imóveis fortalecem o compromisso emocional dos habitantes com o espaço que habitam e, conseqüentemente, com sua própria história. Mas você sabe como é feito um tombamento?

Qualquer pessoa, física ou jurídica, pode encaminhar aos órgãos responsáveis pela preservação patrimonial um pedido para que determinado bem material seja tombado. A partir dessa solicitação, um processo é aberto para avaliar a relevância do pedido e, caso este seja aceito, o *bem* passa a ser inscrito no Livro Tombo, que registra os tombamentos. Caso o bem seja um imóvel, será encaminhada a seu proprietário uma notificação sobre o tombamento. A partir desse momento, esse patrimônio passa a estar protegido legalmente contra quaisquer iniciativas que envolvam destruição ou descaracterização.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Identifique as características fundamentais que fazem com que alguns sítios urbanos antigos sejam considerados não apenas como um conjunto de ruas e prédios antigos, mas como *idades históricas*.

Resposta Comentada

A preservação de núcleos urbanos e de paisagens reflete a nova visão abrangente de patrimônio material, que inclui arquitetura, monumentos, história e vida cultural num contexto amplo, envolvendo todo o espaço material e o imaginário do tecido urbano. As cidades históricas merecem ser preservadas quando seu conjunto arquitetônico apresentar uma notável qualidade estética; for representativo de determinada época ou estilo; quando seus prédios, monumentos ou locais vincularem-se a personagens ou fatos importantes da história regional ou nacional; ou quando possuírem características culturais específicas, que se mostrem importantes para a identidade regional ou nacional.

A vida dupla de uma cidade histórica

As políticas para o desenvolvimento das cidades devem levar em consideração, antes de tudo, o patrimônio urbano. A acumulação dessa herança ao longo do tempo – que inclui a história do local, das construções, das ruas, da atividade comercial, social e cultural – deve ser usada como a base para o **desenvolvimento sustentável** de cidades históricas.

A história e o passado que estão depositados na aparência das cidades históricas costumam aceitar bem os elementos funcionais, indispensáveis à vida contemporânea. Entretanto, essas incorporações modernas precisam ser feitas de forma harmônica, respeitando o espírito característico de cada referência cultural.

Desenvolvimento sustentável

Compreende o respeito que se deve ter em relação à capacidade de o meio ambiente e urbano absorver atividades e intervenções do homem. A ocupação humana deve, portanto, respeitar esses limites, que são determinados pelo ambiente natural e urbano, por meio de um planejamento cuidadoso que permita o desenvolvimento do local sem comprometer a qualidade de vida, o equilíbrio ecológico, a preservação física dos bens materiais, salvaguardando-os no presente e para o futuro.

As temporalidades simultâneas dessa interação entre “passado” e “presente” contribuem para valorizar e atualizar o “antigo” por sua incorporação à contemporaneidade. Por outro lado, os elementos modernos, como os recursos tecnológicos que passam a interagir com o sítio histórico, reafirmam-se pela confrontação com o estilo de vida do passado. Esse diálogo equilibrado entre antigo e moderno contribui para revelar não apenas o passado histórico da cidade, mas acima de tudo para reafirmar sua atualidade. Negando sua aparente obsolescência, a atualização desses centros históricos contribui para destacar sua plena capacidade de inserção no presente e suas potencialidades futuras.



Figura 3.3: A Pousada do Sandi está instalada numa antiga construção colonial da cidade de Paraty, datada de 1778, que foi restaurada em 2006 para funcionar como um hotel cinco estrelas. À esquerda, a fachada preservada, e à direita, área inteira do hotel.

Fonte: <http://www.hotelreservations.com>

Tombar uma cidade histórica não implica, portanto, impedir sua modernização, aprisionando-a no tempo. A Constituição Federal estabelece que o tombamento não tem como objetivo imobilizar edifícios ou regiões, impossibilitando que os habitantes do local desfrutem das melhorias trazidas pela modernidade contemporânea. A ação de preservação de uma cidade histórica deve fazer-se acompanhar por um esforço de revitalização de seus espaços e não por uma imobilidade restritiva.

No exemplo da pousada do núcleo histórico de Paraty, o antigo prédio colonial, apesar de sua imponência arquitetônica, não se vinculava diretamente a nenhum fato histórico ou personagem importante. Isso permitiu adaptações estruturais para que a construção assumisse sua nova função de hotel, com todas as comodidades e recursos tecnológicos exigidos nessa sua “segunda vida”.

O Ministério da Cultura criou recentemente o programa **Monumenta** que, reunindo recursos federais, estaduais e municipais, dedica-se à restauração de obras, vinculando essas reformas a medidas que colaborem com a sustentabilidade desses sítios históricos, criando competências que estimulem a utilização econômica, social e cultural do espaço.

O programa *Monumenta* tem como fim a preservação de áreas do patrimônio histórico, arquitetônico e artístico que fazem parte dos sítios urbanos sob proteção federal, buscando estimular uma maior conscientização dos habitantes dessas regiões, visitantes e turistas, a respeito do valor desse acervo e da importância de sua preservação. O programa busca também auxiliar no aperfeiçoamento da gestão desse patrimônio e estabelecer prioridades no que diz respeito à conservação e fomentar os usos econômico, social e cultural desses locais, denominados *Áreas de Projeto*. O objetivo do *Monumenta* se concretiza quando essas áreas conseguem, sem ajuda de recursos federais, preservar suas características por meio da participação espontânea das autoridades e da sociedade local. Um núcleo urbano recuperado pode transformar-se em pólo de atração para atividades voltadas ao lazer, à cultura e ao turismo, favorecendo a economia da região e a inclusão social e econômica da sociedade local.

Monumenta

O programa conta com a parceria do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com o apoio da Unesco e com financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

O programa destina recursos financeiros para organização de cursos de restauro e também para eventos culturais e atividades econômicas, que possam servir para fortalecer centros históricos e desenvolver as estruturas turísticas locais. O programa incentiva municípios e estados a participarem da captação de recursos e do esforço de cultivar junto à população uma atitude positiva de valorização e cuidado para com os bens históricos e culturais da região.

Só se protege o que se ama e só se ama o que se conhece

O valor de uma cidade é o que lhe é atribuído por toda a comunidade e se, em alguns casos, este é atribuído apenas por uma elite de estudiosos, é claro que estes agem no interesse de toda a comunidade, porquanto sabem que o que hoje é ciência de poucos, será amanhã cultura de todos (ARGAN, 1993, p. 228).

É comum que o restauro de antigas construções degradadas colabore para uma significativa valorização dos espaços que ocupavam. Há que se ter cuidado, entretanto, para que o desenvolvimento resultante da reativação desse local não contribua para a descaracterização do antigo espaço. A atividade turística também necessita ser normatizada e adequada às características específicas da região para que não comprometa o equilíbrio harmônico do cotidiano dos núcleos históricos. O grande desafio é exatamente conseguir harmonizar as novas demandas econômicas e sociais da população local com o modelo urbanístico original do antigo tecido urbano sem comprometer sua identidade e autenticidade.



Figura 3.4: Convento de São Francisco, conjunto arquitetônico que inclui a Igreja de Nossa Senhora das Neves e a Capela de São Roque.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:OlindaConventoNSNeves2.jpg>

Um grande instrumento para a preservação desses núcleos históricos são os inventários, que se constituem em instrumento fundamental nas ações de preservação patrimonial. Um inventário reúne registros e descrições minuciosas sobre os bens imóveis dos sítios urbanos tombados, servindo como orientação

e apoio aos projetos de planejamento e participando no estabelecimento de critérios para as ações de prevenção e restauração. Essa documentação serve como base ao desenvolvimento de projetos que desejem atuar na preservação do aspecto físico e da memória cultural de um sítio histórico. O *Inventário Nacional de Bens Imóveis* (INBI) é disponibilizado pelo IPHAN e pode ser consultado em sua página na internet.

Cada um dos bens tombados conta com uma ficha técnica com todas as informações fundamentais sobre eles. No **Quadro 3.1**, temos o exemplo da ficha técnica de tombamento da cidade de Diamantina, na forma pela qual foi disponibilizada pelo portal do IPHAN.

Quadro 3.1: Ficha técnica de um tombamento

Diamantina
Ficha Técnica
Nome: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina
Município: Diamantina
Estado: Minas Gerais
SR Iphan: 13ª
Características do Tombamento Federal
Data: 16/05/1938
Livro de Tombo: LBA vol.1 insc. 66 fl. 12
Área (em ha): 66 ha
Histórico
Diamantina foi formada com a descoberta de ouro no Vale do Córrego do Tijucu, em 1713. A população começou a aumentar em 1729, com a descoberta de diamante. A cidade conservou significativas referências culturais, mantém um acervo arquitetônico e urbanístico.
O centro urbano de Diamantina apresenta uma configuração característica de cidades do período colonial, com padrão irregular e arruamentos transversais à encosta, marcados principalmente pelas ruas paralelas com pequenas variações de abertura ou desvio de alguns becos e ruas estreitas.
A cidade conta com monumentos significativos para a História da Arte e da Arquitetura no Brasil, como as igrejas das Mercês, do Amparo, do Carmo, do Rosário, de São Francisco de Assis e do Senhor do Bonfim.

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13188&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>



A página oficial do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) é uma ferramenta útil na divulgação dos bens tombados, incluindo as cidades históricas. Essas podem ser encontradas na parte referente ao Patrimônio Material / Sítios Históricos, listados por região. Ainda que o *síte* disponibilize fichas de tombamento de algumas poucas cidades tombadas, ele ajuda à compreensão do processo e critérios que fazem com que esses locais sejam classificados como sítios especiais dentro do restante do território. Na parte inferior das páginas que apresentam a ficha de tombamento de um núcleo histórico, podemos ter acesso às fichas dos bens que fazem parte do conjunto tombado dessas cidades.

A necessidade de proteger patrimônios de valor histórico, artístico e cultural, monumentos e paisagens, evitando que esses bens venham a ser descaracterizados ou mesmo destruídos, levou à criação pelo IPHAN do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano (PPSH) em julho de 2004. Esse plano busca conseguir estabelecer um equilíbrio entre o valor econômico e o valor cultural dos sítios históricos tombados e, entre outras determinações, estabelece como objetivos:

Art.5º – O PPSH tem por objetivo:

- a) preservar o patrimônio cultural da cidade para a sua população e para a coletividade;
- b) propiciar o estabelecimento de diretrizes e regulamentos para orientação, planejamento e fomento das ações de preservação de sítios históricos urbanos;
- c) promover uma atuação pública concertada;
- d) integrar ações propostas com vistas a alcançar um processo de preservação urbana;
- e) focalizar e territorializar políticas setoriais nos sítios históricos urbanos;
- f) promover o compartilhamento de responsabilidades entre os diversos agentes públicos envolvidos e a sua aplicação comum.

(Fonte: BRASIL. MEC/IPHAN, 2004.)

Atualmente, são sessenta as cidades históricas brasileiras tombadas pelo IPHAN, conforme a relação da primeira etapa do Inventário Nacional de Bens Imóveis (INBI), que apresenta os conjuntos de bens imóveis tombados em sítios urbanos.

Quadro 3.2: Cidades históricas do Brasil

Região Norte	
Pará	Belém
Tocantins	Natividade
Região Nordeste	
Alagoas	Penedo, Piranhas
Bahia	Andaraí, Cachoeira, Ilha de Itaparica, Lençóis, Monte Santo, Mucugê, Porto Seguro, Rio de Contas, Salvador, Santa Cruz de Cabrália
Ceará	Aracati, Iço, Sobral, Viçosa
Maranhão	Alcântara, São Luís
Pernambuco	Igarassu, Olinda, Recife
Sergipe	Laranjeiras, São Cristóvão
Região Centro-Oeste	
Distrito Federal	Brasília
Mato Grosso	Cuiabá
Mato Grosso do Sul	Corumbá
Goiás	Goiânia, Goiás, Pilar de Goiás
Região Sudeste	
Rio de Janeiro	Angra dos Reis, Cabo Frio, Nova Friburgo, Niterói, Paraty, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vassouras
São Paulo	Carapicuíba, Jundiaí, São Paulo
Minas Gerais	Belo Horizonte, Caeté, Cataguases, Itaverava, Mariana, Nova Era, Piranga, São João del Rey, Congonhas, Diamantina, Ouro Preto, Serro, Tiradentes
Região Sul	
Paraná	Lapa
Rio Grande do Sul	Antônio Prado, Porto Alegre
Santa Catarina	Laguna, São Francisco do Sul

Cidades históricas brasileiras reconhecidas como patrimônio da humanidade

A lista dos bens reconhecidos como Patrimônio Mundial (World Heritage) pela Unesco inclui 851 itens considerados pelo World Heritage Committee como patrimônio cultural e natural por seu valor universal. Esse comitê reúne-se uma vez por ano e tem a palavra final sobre a inscrição, ou descredenciamento, de bens na lista de patrimônio mundial da humanidade. Cabe ao comitê também verificar o estado de conservação desses bens, cobrando a administração adequada desse patrimônio.

Alguns dos sítios urbanos históricos brasileiros fazem parte do *Patrimônio da Humanidade* reconhecido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – Unesco. Esses bens foram identificados – por suas características históricas, culturais ou naturais – como referências importantes a serem preservadas para toda a humanidade.



A página oficial da Unesco disponibiliza a lista dos 851 bens patrimoniados: 660 como patrimônio cultural, 166 como natural e 25 como cultural e natural. No Brasil, temos 17 bens reconhecidos como patrimônio da humanidade: 10 como patrimônio cultural e 7 como natural. O *síte* da Unesco, bastante completo, disponibiliza fichas de tombamento deste patrimônio brasileiro, que inclui as cidades históricas. Confira: <http://whc.unesco.org/en/list/> ou <http://www.thesalmons.org/lynn/world.heritage.html>

Abaixo seguem as cidades históricas brasileiras reconhecidas pela Unesco:

1. *Cidade histórica de Ouro Preto, Minas Gerais* (reconhecida em 1980): fundada no final do século XVII, a cidade mineira mantém seu casario colonial, suas muitas igrejas, pontes e fontes

que refletem toda a prosperidade trazida pelo ouro. Destaca-se o gênio nativo do escultor mestiço Antônio Francisco Lisboa – o Aleijadinho, admirado internacionalmente –, que conferiu um sabor nacional ao barroco brasileiro.



Figura 3.5: Estação ferroviária de Ouro Preto. O prédio data de 1889, tendo sido inaugurado pelo imperador D. Pedro II. Nela, atualmente, funciona a Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Fonte: http://www.ouropretoturismo.com.br/pcidopreto_pgs/popreto00.htm

2. *Centro histórico da Cidade de Olinda, Pernambuco* (reconhecido em 1982): fundada no século XVI, a cidade foi saqueada pelos holandeses no século XVII, sendo retomada pelos portugueses em 1654 e reconstruída. Toda sua história se apóia no cultivo da cana e na produção do açúcar e o nome da cidade deriva da exclamação que teria sido feita por seu fundador Duarte Coelho a respeito da topografia privilegiada do local: “Oh linda situação para se fundar uma vila!” Olinda possui um extraordinário conjunto arquitetônico colonial com diversas igrejas barrocas, destacando-se entre elas a Igreja de Nossa Senhora das Neves do Convento de São Francisco, o mais antigo Convento Franciscano instalado no Brasil. A cidade também é conhecida por suas manifestações populares, como o carnaval, que mescla ritmos como o frevo e o maracatu, resultado da miscigenação das culturas européia, indígena e africana.



Figura 3.6: Vista da cidade de Olinda.
Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Olinda>

3. *Centro histórico de Salvador, Bahia* (reconhecido em 1985): fundado em 1549 no alto de uma colina próxima a uma baía, como era comum à tradição portuguesa, a cidade de Salvador foi a primeira capital do Brasil e importante porto de exportação de açúcar. A capital do país foi transferida em 1763 para o Rio de Janeiro, mas o magnífico conjunto arquitetônico da cidade manteve a aparência daqueles dias de esplendor. Entre os inúmeros exemplares de arquitetura religiosa de Salvador destaca-se a Igreja de São Francisco, localizada no núcleo antigo da Cidade Alta, considerada a mais rica do país, com seu interior completamente decorado com talhas barrocas cobertas por ouro.

A grande população de descendência africana marcou profundamente a cultura de Salvador, constituindo-se no grande capital cultural da cidade. O sincretismo religioso que uniu o catolicismo ao culto dos orixás, trazido pelos escravos africanos, influenciou música e rituais festivos, que passaram a fazer parte indissociável da cultura baiana.



Figura 3.7: Vista do conjunto arquitetônico do Pelourinho.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Salvador_de_Bah%C3%ADa

4. *Plano Piloto de Brasília, Distrito Federal* (reconhecido em 1987): a nova capital foi criada em 1956 no planalto central do país, como parte do esforço do então presidente Juscelino Kubitschek de valorizar e integrar todo o espaço geográfico brasileiro. O projeto vencedor do concurso para o plano urbanístico da nova capital foi o do arquiteto Lúcio Costa, idealizando um traçado para a cidade que se assemelha a um gigantesco pássaro direcionado de sul para leste. Os prédios de Brasília, internacionalmente conhecidos e admirados, saíram da prancheta do arquiteto carioca Oscar Niemeyer. Sua inclusão como Patrimônio da Humanidade por seu valor histórico, natural e cultural levou em consideração seu traçado, no qual podem ser encontrados os princípios urbanísticos postulados no século XX e destacados pela *Carta de Atenas* de 1943.



Figura 3.8: Esplanada dos Ministérios, no Eixo Monumental, Brasília, Distrito Federal.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Bras%C3%ADlia>



Carta de Atenas

Carta de Atenas é como ficou conhecido o manifesto urbanístico elaborado pelo *IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM)*, que se realizou em 1933 na capital da Grécia, Atenas. O documento refere-se à *Cidade Funcional*, defendendo a separação de diferentes áreas da cidade, de acordo com sua função: área residencial, de lazer, de trabalho etc. A Carta propunha que fosse alterada a organização tradicional das cidades, substituindo a grande densidade de prédios contíguos pelo conceito de *cidade-jardim*, dentro do qual as construções passariam a ocupar imensas áreas verdes. Essas orientações influenciaram algumas cidades européias no pós-guerra e também o projeto do Plano Piloto de Brasília de Lúcio Costa.



Lúcio Costa e Oscar Niemeyer

Lúcio Costa (1902-1998) formou-se em arquitetura em 1924 na Escola Nacional de Belas Artes dentro do ensino tradicional acadêmico que mesclava estilos históricos de fundamentos clássicos. Posteriormente, o arquiteto foi influenciado pelas teorias do arquiteto franco-suíço Le Corbusier, que preconizavam uma arquitetura mais funcional e menos ornamental. Lúcio Costa dirigiu a equipe responsável pelo projeto do novo prédio para o Ministério da Educação e Saúde (atual Palácio Gustavo Capanema), construído entre 1937 e 1941, no centro da cidade do Rio de Janeiro, que materializava os preceitos funcionalistas de Le Corbusier. Entre os arquitetos que participaram desse projeto, considerado pela crítica mundial como um marco da arquitetura moderna, estava o jovem arquiteto carioca Oscar Niemeyer. Nascido em 1907, Niemeyer é celebrado internacionalmente como um dos mais importantes arquitetos do modernismo internacional. Seus 100 anos de idade, recentemente completados, não o afastaram do exercício da profissão. Lúcio Costa e Oscar Niemeyer iriam vincular para sempre seus nomes à história brasileira como os arquitetos que ergueram Brasília, a capital moderna do país.



Foto: W. Otaviano / Arquivo Público do Distrito Federal

Figura 3.9: Os arquitetos Lúcio Costa, à esquerda, e Oscar Niemeyer, à direita, à época da construção de Brasília.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Oscar_Niemeyer

5. *Centro Histórico de São Luís, Maranhão* (reconhecido em 1997): a cidade de São Luís pertenceu à França, à Holanda e a Portugal, absorvendo um pouco de cada uma dessas culturas. A essas influências foram acrescentadas as referências do povo indígena tupinambá e as dos escravos africanos. Seus casarios coloniais inovaram ao revestir as fachadas com azulejos, usados em Portugal apenas no interior das construções, criando uma “moda” que logo seria adotada na metrópole. Entre seus monumentos coloniais destacam-se o *Convento das Mercês*, o *Palácio dos Leões*, as *Fontes das Pedras* e o *Teatro Artur Azevedo*.



Figura 3.10: Fachada de azulejos no centro histórico de São Luís, Maranhão.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Lu%C3%ADs,_Maranh%C3%A3o

6. *Centro Histórico da Cidade de Diamantina, Minas Gerais* (reconhecido em 1999): o antigo Arraial do Tijuco ganhou o nome de Diamantina em referência à grande quantidade de diamantes que passou a ser extraída da região e enviada a Portugal durante os séculos XVIII e XIX. Lá nasceu e viveu a escrava Francisca da Silva, filha de escrava africana e pai português, Chica da Silva. Ela se casou com o riquíssimo contratador de diamantes português João Fernandes de Oliveira, tornando-se um mito popular da história local.



Figura 3.11: Vista de parte do núcleo antigo da cidade de Diamantina, Minas Gerais.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Diamantina,_Minas_Gerais

7. *Centro Histórico da Cidade de Goiás, Goiás* (reconhecido em 2001): os bandeirantes paulistas encontraram ouro na região habitada pelos índios goiases, dando origem ao que viria ser a Vila Boa de Goyaz. Conhecida como *Goiás Velho*, Goiás é uma cidade do estado de Goiás que representa a aventura da colonização das regiões centrais do Brasil no século XVIII. A cada ano a cidade recebe o *Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental* (FICA), tendo ainda a *procissão do Fogaréu*, que atrai à cidade cerca de dez mil visitantes.



Figura 3.12: Núcleo histórico da cidade de Goiás (Goiás Velho) no estado de Goiás.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_de_Goi%C3%A1s

8. *Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo* (reconhecido em 1983): representa um dos principais testemunhos do período das missões jesuíticas dos guaranis, localizado no município de São Miguel das Missões, ao noroeste do Rio Grande do Sul. A igreja, construída no século XVIII segue o estilo maneirista, de influência italiana, inspirada na Igreja de Gesù, em Roma. O sítio, conhecido como ruínas de São Miguel das Missões, abrigou aldeamentos administrados pelos padres jesuítas europeus, com o objetivo de evangelizar as gentes do Novo Mundo. Foi reconhecido pela Unesco – juntamente com as ruínas missioneiras do lado argentino – como Patrimônio Mundial em 1983.



Figura 3.13: Ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo, no município de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, remanescentes das missões dos padres jesuítas que tinham a intenção de evangelizar os índios guaranis da região.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Missoes.jpg>

A proteção da memória histórica e cultural como preservação da identidade

Uma pesquisa realizada pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no ano de 2003 constatou que 40% das edificações da cidade de Ouro Preto, cidade reconhecida pela Unesco como patrimônio da humanidade, apresentavam falhas em sua conservação, com infiltrações e rachaduras. O fato mostrou que aquele importante acervo estava sob risco estrutural. O estudo, que analisou 1.104 imóveis do antigo núcleo histórico mineiro, demonstrou a fragilidade do sistema de preservação e de fiscalização das construções da cidade.

Tombada pelo SPHAN em 1938, escolhida por seu conjunto representativo do barroco mineiro como símbolo de nossa identidade, Ouro Preto assumiu a posição de modelo de patrimônio nacional. Isso demonstra que o esforço de preservação vai muito além de simples atos administrativos. O tombamento deve significar uma proteção oficial – municipal, estadual e federal – ao patrimônio, garantindo um controle direto sobre o estado de conservação, sobre as intervenções, as reformas e as novas construções que se desejem realizar no núcleo histórico a ser

preservado. Um estudo a respeito da prevenção de acidentes e a organização de equipes voltadas para situações de emergência são fundamentais para que desastres naturais e incêndios não venham a destruir rapidamente e de modo irreparável patrimônios importantes. O IPHAN destaca que sinistros como a enchente que atingiu a cidade de Goiás Velho, em Goiás, em 2001 – no ano em que foi reconhecida como *patrimônio da humanidade* –, assim como o incêndio que destruiu em 2002 a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Pirenópolis, Goiás, construída entre 1728 e 1738, poderiam ter sido evitados.

Conclusão

A reativação de cidades históricas não pode pretender recuperar o estilo de vida da antiga cidade que, romanticamente, costumamos idealizar como tendo sido melhor do que realmente era. O objetivo deve ser integrar esses antigos espaços às práticas diárias da contemporaneidade, conferindo-lhes novas funções. É perfeitamente possível instalar uma moderna lanchonete em um prédio de um conjunto histórico, desde que não se coloquem letreiros luminosos ou logotipos que interfiram, ou mesmo escondam sua fachada, descaracterizando o conjunto preservado e impedindo que possamos ter uma idéia de como era a imagem da cidade no passado.

A restauração das construções deterioradas desses antigos núcleos urbanos costuma contribuir para a valorização não apenas do imóvel em si, mas do ambiente no qual este se insere. É interessante notar como a recuperação de um imóvel abandonado consegue contagiar de modo positivo outros que o avizinham. Não é raro que a restauração de um prédio histórico acabe estimulando a renovação de outros espaços, extrapolando os limites anteriormente pensados para revitalização.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

1. Você pode agora identificar o núcleo mais antigo de sua cidade: quais foram os primeiros prédios construídos ou quais os que restaram dos tempos iniciais de ocupação do espaço que agora forma sua cidade. Mesmo que sua cidade não seja tão antiga, conhecer o patrimônio material que sobreviveu do início de sua história é fundamental. Através de imagens antigas, que podem ser encontradas nos arquivos da prefeitura ou mesmo na internet, observe se ocorreram muitas descaracterizações nos antigos prédios. Vá vê-los de perto, se possível, e analise seu estado de conservação e se sua utilização nos dias atuais está de acordo com sua importância e necessidade de preservação. Coloque o que você poderia fazer para que esse espaço e seus bens integridade fossem mais bem aproveitados e protegidos.

Resposta Comentada

Esse exercício visa a uma observação crítica de um espaço que você talvez não costume ver como de importância cultural e histórica. Normalmente, nos acostumamos tanto com o cenário de nossa cidade que não nos detemos para percebê-lo de outro prisma. Repare como alguns imóveis antigos costumam ser descaracterizados por enormes letreiros iluminados, que por vezes escondem completamente sua fachada, ou pela substituição de janelas e portas por esquadrias de alumínio. Cidades tombadas precisam de lojas comerciais, instituições bancárias, supermercados, clínicas, mas devem conseguir harmonizar estas novas demandas modernas ao modelo urbanístico e às características originais do antigo centro histórico, mantendo sua identidade e autenticidade.

Resumo

As áreas históricas fazem parte do ambiente cotidiano dos indivíduos em diversos locais do mundo. Elas representam uma presença viva dos fatos e dos personagens que ali viveram e para os quais serviu como cenário. A recuperação de antigos núcleos históricos passou a fazer parte das preocupações administrativas de governos contemporâneos. Preservar cidades históricas é resguardar a memória social e cultural de um espaço, funcionando como meio de reafirmação da identidade regional e estreitando os vínculos da comunidade com sua própria história.

O tombamento de uma cidade histórica deve ter como objetivo fundamental estabelecer um equilíbrio entre os interesses econômicos, o aspecto físico e o valor cultural desses núcleos antigos. Conseguir conciliar o dinamismo urbano dos dias de hoje com a antiga estrutura dos locais a serem preservados não é tarefa das mais simples. Muitas vezes, o desejo de preservar sítios urbanos tem origem na inquietação diante do crescimento rápido da cidade e da ameaça que ele oferece à integridade desses espaços.

A consciência de que só se protege o que se ama e só se ama o que se conhece mostra a importância de se trabalhar junto aos habitantes dessas regiões de forma positiva em relação a esses núcleos históricos. A sociedade deve ser convocada, em seus diversos estratos – administradores, comerciantes, professores, estudantes etc. – para que todos se vejam envolvidos num esforço preservacionista, garantindo ao espaço um cuidado vigilante e duradouro.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, você aprofundará seus conhecimentos em macroeconomia, estudando globalização e seus impactos no setor de turismo.

Até lá!

4

Patrimônio cultural imaterial: os saberes e os fazeres

Meta da aula

Apresentar o conceito de *patrimônio cultural imaterial*, definindo seu papel na estruturação do espaço mental e material de uma sociedade.

Objetivos

Esta aula tem como objetivo capacitar o aluno a:

- 1 definir o significado de *patrimônio cultural imaterial*;
- 2 reconhecer o caráter específico que deve nortear as ações de preservação em relação a esses bens, considerando sua característica de constante recriação pelas comunidades;
- 3 identificar em sua própria comunidade alguma atividade ou expressão que poderia ser reconhecida como *patrimônio imaterial* e apontar salvaguardas que poderiam dar suporte à sua permanência sustentável.

Introdução

Desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, o esforço de preservação foi direcionado aos *bens materiais móveis* (objetos históricos e artísticos) e *imóveis* (arquitetura e monumentos). Essa abordagem era compreensível naquele primeiro momento, considerando a indigência em que se encontrava a maior parte do patrimônio material brasileiro. Entretanto, as tendências contemporâneas passaram a conferir grande atenção a um tipo de herança cultural que vinha sendo desconsiderada e que é de fundamental importância para a estruturação da identidade cultural de uma sociedade.

Esse tipo de patrimônio não é tão *palpável* quanto os *bens materiais* – sejam naturais ou produzidos pela mão do homem –, mas sua influência direta transparece em toda a materialidade gerada pela mente humana. O *patrimônio imaterial* envolve o imaginário, os saberes e os fazeres, que têm origem no modo de ver o mundo no processo histórico de cada sociedade. São manifestações *imateriais* que, não raro, revelam muito mais a história de um grupo social do que os próprios testemunhos materiais, que normalmente decorrem de iniciativas ligadas somente às camadas dominantes da população.

A relevância do papel do imaginário, das técnicas e das práticas culturais revela-se em sua capacidade de resistir diante de mudanças drásticas: queda de regime político, abalos econômicos, catástrofes naturais, transformações geradas pela própria comunidade ou importadas de outras regiões. A força contagiante demonstrada por esses *bens imateriais* atesta seu papel dinâmico dentro do tecido social e sua importância para as culturas local, regional e nacional.

O imaginário e a criatividade do povo

Na virada do século XVIII para o XIX, o estudo sobre o “povo” (*folk*, em alemão) se converteu num dos principais interesses de alguns intelectuais europeus. O poeta e filósofo alemão **Herder** foi



Herder

Johann Gottfried von Herder (1744-1803) nasceu na antiga Prússia, Alemanha, sendo considerado um dos mais importantes escritores dentro da literatura alemã. Destacou-se pelo incentivo à criação de uma literatura nacional autêntica, atacando o domínio da estética clássica copiada dos textos da Antiguidade. Herder teve grande influência no desenvolvimento do *romantismo alemão*. Entre suas diversas obras destacam-se *Ensaio sobre a origem da linguagem* (1772) e *Idéias sobre a filosofia da história da humanidade* (1791). Preocupou-se não apenas com as leis do desenvolvimento da história da humanidade, como também com o estudo de outros povos.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Johann_Gottfried_von_Herder

premiado em 1778 por um ensaio no qual defendia a superioridade das *canções populares* sobre a poesia das classes intelectualizadas. O escritor alemão Goethe, amigo de Herder, afirmou: “Herder nos ensinou a pensar na poesia como patrimônio comum de toda a humanidade, não como propriedade particular de alguns indivíduos refinados e cultos” (apud BURKE, 1989, p. 32).

Esse reconhecimento da produção popular como patrimônio da humanidade ainda no século XVIII reafirma a importância destas manifestações espontâneas da coletividade. Os **irmãos Grimm**, nascidos na Alemanha no final do século XVIII – que se notabilizaram pelo trabalho de levantamento e registro de antigas narrativas e da memória dos povos germânicos, preservadas pela tradição oral –, também valorizavam essa “autoria coletiva”. Defendendo a idéia de que o povo é um grande criador de narrativas, os Grimm costumavam dizer que histórias e contos “não eram feitos: como árvores, eles simplesmente cresciam” (BURKE, 1989, p. 32).

O que significa *patrimônio cultural imaterial*

O *patrimônio cultural imaterial* refere-se a um conjunto de tradições mantidas por algumas comunidades que foram repassadas por seus ancestrais e que serão, por sua vez, transmitidas aos descendentes. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) define *patrimônio cultural imaterial* como:

“As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginalphan>).

Esse reconhecimento pela comunidade incorpora o sentido de identidade que freqüentemente funciona como uma marca cultural para toda uma região.



Irmãos Grimm

Os irmãos Jacob e Wilhelm Grimm nasceram na Alemanha, respectivamente, em 1785 e 1786, e se dedicaram ao estudo de História e Linguística, sendo entretanto imortalizados pelo registro de narrativas, lendas e fábulas infantis da região da Alemanha. Essas histórias haviam sido preservadas graças à memória popular, que legou esse patrimônio por meio da tradição oral.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Irm%C3%A3os_Grimm

Você deve estar se perguntando, entretanto, por que na definição de bens *imateriais* estão incluídos objetos materiais? Vamos pegar como exemplo o primeiro reconhecimento de um bem como patrimônio material feito pelo IPHAN no *Livro de Registro dos Saberes*, em dezembro de 2002: *Ofício das Panelas de Goiabeiras*. O pedido desse registro, feito pela Associação das Panelas da localidade de Goiabeiras Velha e pela Secretaria Municipal de Cultura de Vitória, Espírito Santo, considerou a importância da atividade para a identidade cultural das mulheres daquela comunidade e dentro do contexto da tradição local.



Figura 4.1: As panelas produzidas pelas *Panelas de Goiabeiras* usadas na preparação da *moqueca capixaba*.

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=724>

A técnica, reconhecida como tendo origem nas tradições indígenas tupi-guarani e una, vem sendo mantida por gerações, utilizando argila local que é modelada com as mãos, queimada a céu aberto e pintada com tintura de tanino. Essas panelas constituem-se em utensílio indispensável para a preparação da moqueca capixaba, prato característico da culinária do Espírito Santo.



A tintura de tanino é obtida das cascas das árvores dos manguezais, como a *Rhizophora mangle*, conhecida popularmente como mangue-vermelho. A utili-

zação do tanino, além de dar uma interessante coloração escura às panelas, também ajuda sua impermeabilização. O tanino é usado ainda para proteger redes de pesca e velas de embarcações, ajudando a evitar decomposição.

Como você deve ter percebido, não foi o objeto *panela* – uma em especial ou um conjunto delas – que foi alvo de tombamento, e sim o *Ofício das Panelas de Goiabeiras* que foi reconhecido como patrimônio do *saber* local. O que do ponto de vista cultural se deseja preservar, portanto, é o conjunto de processos, técnicas e de habilidades especiais que atuam na produção dessas panelas.

Os registros dos bens imateriais

Um grande desafio para a institucionalização do reconhecimento e da preservação desse tipo de patrimônio foi a definição da terminologia. Como se deveria chamar um *bem* que não pertencesse à esfera material: intangível, tradicional, imaterial, popular? A preferência pelo *imaterial* – ainda que *intangível* também seja usado – foi acompanhada pela decisão de usar o termo *registro* no lugar de *tombamento*, considerando que práticas sociais e processos culturais, por seu caráter vivo e dinâmico, necessitavam de uma abordagem diferenciada das usadas tradicionalmente.

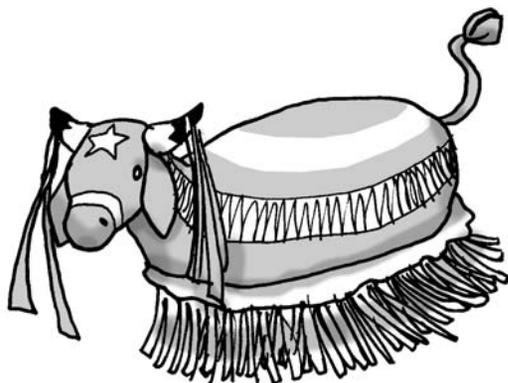


Figura 4.2: O protocolo de intenções do pedido de Registro do Complexo Cultural do Bumba-meuboi do Maranhão como patrimônio cultural imaterial brasileiro será assinado em 2008.

As tradições culturais costumam ser transmitidas de forma espontânea por gerações seguidas, sofrendo durante esse processo transformações, interpretações e recriações constantes, o que foge ao padrão rígido de preservação, comum aos bens materiais. Dessa forma, a idéia de se preservar bens de natureza imaterial envolve, inicialmente, a realização de um levantamento de sua história, seu surgimento e desenvolvimento, visando à compreensão dessas manifestações – tanto para os grupos nelas envolvidos quanto para a região onde ocorrem.

Os bens para os quais é solicitado o registro como patrimônio imaterial são separados por sua natureza específica para que possam ser inscritos em um dos quatro *Livros de Registro*, segundo as categorizações que seguem:

1) *Livro de Registro dos Saberes* – para conhecimentos e modos de fazer que se desenvolveram e se enraizaram no cotidiano das comunidades (exemplo: *Ofício das Paneleiras de Goia-beiras*, Espírito Santo; *Modo de Fazer Viola-de-Cocho*, Região Centro-Oeste; *Ofício das Baianas de Acarajé*, Bahia).

2) *Livro de Registro de Celebrações* – para festas e rituais que marcam as relações coletivas de trabalho, da religiosidade, do entretenimento e práticas diversas da vida social (exemplo: *Círio de Nossa Senhora de Nazaré*, Pará).

3) *Livro de Registros das Formas de Expressão* – para as manifestações artísticas de forma geral: literárias, cênicas, lúdicas, musicais e plásticas (exemplos: *Kusiwa – Linguagem e Arte Gráfica Wajãpi*, Amapá; *Samba-de-Roda do Recôncavo Baiano*, Bahia; *Jongo do Sudeste*; *Frevo*, Pernambuco; *Tambor de Crioula do Maranhão*; *Samba*, Rio de Janeiro).

4) *Livro de Registro dos Lugares* – para locais que, independentemente de valores arquitetônico, urbanístico, estético ou paisagístico, sirvam como suporte fundamental a atividades culturais importantes: mercados, feiras, santuários, praças, locais onde ocorrem essas práticas culturais coletivas (exemplo: *Cachoeira do Iauaretê*, Amazonas; *Feira de Caruaru*, Pernambuco).



O IPHAN, buscando localizar segmentos da vida social cujos valores constituam marcos de referência de identidade para determinados grupos sociais, criou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). O INRC realiza pesquisas e produz informação sobre *bens imateriais*, classificando-os nas categorias estabelecidas nos livros de Registro. Há 25 inventários em andamento e outros que foram realizados em parcerias: confira no portal do IPHAN, na janela destinada ao *patrimônio imaterial*.

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginalphan>



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. A compreensão de que a memória cultural de uma comunidade não pode limitar-se apenas a seus testemunhos materiais levantou a questão sobre a preservação de bens considerados não-tangíveis.

a. Explique o conceito de *patrimônio cultural imaterial*.

b. Considerando o processo que está em andamento para reconhecimento como patrimônio imaterial da *Linguagem dos Sinos nas Cidades Históricas Mineiras*, responda em qual dos livros de tomo esse tipo de manifestação deveria ser inscrito e justifique.

Respostas Comentadas

a. O patrimônio cultural imaterial diz respeito às práticas, às representações, às expressões, aos conhecimentos e técnicas, juntamente com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que estão associados a essas práticas e técnicas e que são reconhecidos por suas comunidades como importantes dentro de seu contexto cultural.

b. A comunicação feita por meio do badalar de sinos, tradicional nas cidades mineiras, lança mão de um código específico que usa notas musicais para informar à população. Portanto, deve ser inscrita entre as manifestações artísticas de forma geral no Livro de Registros das Formas de Expressão.

Até o final de 2007, o IPHAN já realizou o registro de 12 manifestações culturais imateriais, sendo que há mais de 25 inventários em andamento. A seguir, os bens já registrados:

- *Arte Kusiwa dos Índios Wajãpi* – técnica de pintura e arte gráfica da população indígena Wajãpi, do Amapá (registrada no *Livro das Formas de Expressão* em 20/12/2002).



Confira a certidão da inscrição no Livro de Registro da Arte dos Índios Wajãpino portal do IPHAN.

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12554&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>



- *Ofício das Panelas de Goiabeiras* – fabricação artesanal de panelas de barro da cidade de Goiabeiras Velha, no Espírito Santo (registrado no *Livro dos Saberes* em 20/12/2002).

- *Samba-de-Roda no Recôncavo Baiano* – expressão musical, coreográfica, poética e festiva que exerceu influência sobre o samba carioca (registrado no *Livro das Formas de Expressão* em 5/10/2004).





• *Círio de Nossa Senhora de Nazaré* – celebração religiosa de Belém do Pará, que reúne devotos e turistas do Brasil e exterior (registrado no *Livro das Celebrações* em 5/10/2005).

• *Ofício das Baianas de Acarajé* – prática tradicional de produção e venda de comidas baianas em tabuleiro (registrado no *Livro dos Saberes* em 14/1/2005).



• *Viola-de-Cocho* – instrumento musical, produzido de forma artesanal com matérias-primas existentes na Região Centro-Oeste do Brasil (registrado no *Livro dos Saberes* em 14/1/2005).

• *Jongo do Sudeste* – canto, dança e percussão de tambores, conhecidos como *tambu*, *tambor* e *caxambu*: cultura herdada dos negros de língua banto do Reino do Congo (registrado no *Livro das Formas de Expressão* em 15/12/2005). Confira o dossiê do *Jongo do Sudeste* no portal do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=722>.



do?id=722.

• *Feira de Caruaru* – conjunto de equipamentos e feiras: Feira do Gado; Feira do Artesanato, incluindo o Museu do Cordel; Mercados da Carne e da Farinha; Feira Livre e do Troca-Troca. O local é ponto de produção e reprodução de expressões artísticas populares (registrada no *Livro de Registro dos Lugares* em 7/12/2007).

• *Frevo* – forma de expressão musical, coreográfica e poética: típicas das cidades de Recife e Olinda (registrado no *Livro das Formas de Expressão* em 9/2/2007).



• *Tambor de Crioula* – forma de manifestação cultural popular, ligada à criatividade e resistência dos descendentes dos escravos do estado do Maranhão (registrado no *Livro das Formas de Expressão* em 18/6/2007).

• *Cachoeira do Iauaretê*, Amazonas – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papurí. A salvaguarda da cachoeira conta com as parcerias institucionais e apoio de entidades indígenas do contexto multicultural de Iauaretê (incluído no *Livro de Registro dos Lugares* em 18/10/2006).



• *Samba do Rio de Janeiro* – samba de terreiro, partido-alto e samba-enredo (registrado no *Livro das Formas de Expressão* em 9/10/2007). Confira o dossiê das Matrizes do Samba do Rio de Janeiro no portal do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=771>

O *Samba do Rio de Janeiro* constitui-se no mais recente patrimônio cultural imaterial a ser registrado. Acompanhar o processo de reconhecimento do samba como *bem imaterial* auxilia a compreensão das etapas que envolvem o registro das manifestações de natureza intangível. O Centro Cultural Cartola, com apoio de Nilcemar Nogueira – presidente desse Centro e neta do compositor Cartola – e das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, encaminhou ao Ministério da Cultura (MinC) o pedido de registro dessa expressão

popular pelo temor do enfraquecimento de suas matrizes. Seguiu-se uma pesquisa, realizada pelo Centro Cultural Cartola sob a orientação do IPHAN, que realizou um inventário reunindo dados e referências sobre o tema: livros, vídeos, reportagens, discos antigos, assim como depoimentos de sambistas da velha-guarda do samba. A partir desse material, produziu-se um dossiê que foi entregue ao Departamento de Patrimônio Imaterial para que fosse dado um parecer. Após a emissão do parecer favorável pelo IPHAN, foi feito finalmente o registro no *Livro das Formas de Expressão*.

Proteger sem imobilizar: os planos de salvaguarda

Com o reconhecimento oficial e a inscrição em um dos *Livros de Registro*, o patrimônio imaterial passa a ter acompanhamento periódico, suporte e apoio, sem que, entretanto, venha sofrer algum tipo de intervenção que comprometa seu caráter espontâneo e autêntico.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) foi instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Sendo, portanto, ainda bem recente, o programa deverá apresentar alguns desdobramentos e novas determinações. Seu objetivo concentra-se em viabilizar projetos de identificação, reconhecimento e salvaguarda de patrimônios culturais imateriais. O PNPI pretende também estabelecer iniciativas de fomento, buscando parcerias com governos federal, estadual e municipal, com universidades e com organizações privadas vinculadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento (<http://portal.iphan.gov.br/portal/pesquisa.do>).

Com o objetivo de preservar os patrimônios de caráter imaterial de forma sustentável, considerando sua condição dinâmica, o IPHAN trabalha para que haja uma melhoria das condições materiais e sociais dos grupos envolvidos nessas atividades, contribuindo para que a permanência e a transmissão desse patrimônio imaterial seja garantida.

O conhecimento gerado durante os processos de inventário e Registro é o que permite identificar de modo bastante preciso as formas mais adequadas de salvaguarda. Essas formas podem ir desde a ajuda financeira a detentores de saberes específicos com vistas à sua transmissão, até, por exemplo, a organização comunitária ou a facilitação de acesso a matérias-primas. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12553&retorno=paginalphan>).

O PNPI já realizou os Planos de Salvaguarda da *Arte Kusiwa*; do *Samba-de-Roda do Recôncavo Baiano*; do modo de fazer *Viola-de-Cocho*; e do *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*, aos quais nos referimos antes. No caso das Paneleiras, o plano de salvaguarda envolve a organização e a capacitação das pessoas ligadas à produção tradicional das panelas de Goiabeiras, desenvolvendo, ainda, ações que venham promover a sustentabilidade ambiental desse ofício, tão dependente do barro extraído do Vale do Mulembá e da tintura do tanino, obtido no manguezal.

A idéia de preservar determinado patrimônio – que advém do vínculo de origem com o universo dos bens materiais – remete-nos a iniciativas de proteção física que, de certa forma, imobilizam o objeto no tempo. Isso fica claro na Legislação Federal que normatizou os tombamentos do patrimônio material, por meio do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937:

As cousas tombadas não poderão, em nenhum caso, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado (Decreto-Lei nº 25, 30/11/1937, cap. III, art. 17º).

Esse texto demonstra o sentido de imobilidade que revestiu o termo *tombamento* desde a criação do SPHAN em 1937. Enquanto no processo de tombamento de um bem material o objetivo é mantê-lo o mais próximo possível de sua forma original, evitando quaisquer descaracterizações, no caso do patrimônio imaterial as

diretrizes de preservação são menos imobilizadoras. A escolha do termo *registro*, em substituição a *tombamento*, reflete o caráter específico desse tipo de patrimônio que se alimenta de um contexto social vivo e, portanto, passível de constante transformação e reinterpretação. O *registro* assinala o reconhecimento oficial da importância desse bem para a constituição e o desenvolvimento de nossa identidade cultural, merecendo dessa forma ser *registrado*, recebendo o devido acompanhamento e apoio por meio das *salvaguardas* específicas necessárias à sua sustentabilidade.

Para alguns, pode parecer estranha a idéia de “tombar” manifestações como o *frevo* e o *samba*, sendo difícil imaginar que expressões artísticas como essas possam ficar “congeladas” pelos próximos séculos. Enquanto são destinadas salvaguardas para manter as matrizes do samba carioca, as Escolas de Samba representam um fenômeno de vitalidade, com desfiles que reelaboram e transformam sua própria tradição, inserindo-se no lucrativo circuito turístico e comercial da cidade do Rio de Janeiro. Nada pode impedir que uma manifestação cultural seja reinterpretada por seus próprios integrantes, já que são eles que a elaboram e a executam. Entretanto, quando um bem é prestigiado e valorizado por suas características e quando a comunidade percebe que a importância de sua existência encontra-se exatamente em ser como é, fica mais fácil compreender seu sentido de continuidade como tradição.



Figura 4.3: À esquerda, mestre-sala e porta-bandeira de uma escola de samba carioca no ano de 1971; à direita, um casal ocupando as mesmas funções num desfile do Rio de Janeiro em 2006. A riqueza cultural mantém viva a tradição por meio de uma constante reinterpretação.

Fontes: revista *Manchete*, fevereiro de 1971; à direita, <http://outdoors.webshots.com/album/548147745ExklVu?start=72>

A salvaguarda de um patrimônio imaterial consiste na utilização de instrumentos cujo objetivo é proteger essas manifestações, garantindo sua continuidade sustentável e a melhoria das condições materiais e sociais, visando assegurar a existência, desenvolvimento e transmissão desse patrimônio. As salvaguardas podem ser instituídas de diversos modos, e a escolha do tipo que melhor funcionaria dentro do contexto de uma ação preservacionista depende diretamente do conhecimento profundo sobre os fatores que alimentam essas manifestações. As salvaguardas representam um auxílio que pode assumir a forma de orientações dadas à comunidade, que é depositária dos saberes em questão; de medidas que facilitem a obtenção das matérias-primas necessárias à sua execução; ou mesmo de uma ajuda financeira para o fortalecimento ou a ampliação da atividade na região.

A política federal para salvaguardar bens considerados como patrimônio cultural imaterial leva em consideração o fato de esses resultarem de uma construção coletiva e, portanto, que os processos de identificação, reconhecimento e salvaguarda precisam contar com a participação ativa de membros da sociedade ligados diretamente à produção, manutenção e transmissão desse patrimônio. O ato de envolver a comunidade na coleta de informações e de documentações sobre esses bens acaba por se constituir, ele próprio, numa ação de salvaguarda, na medida em que conscientiza os personagens envolvidos sobre a dimensão da importância dessas manifestações.

O *Departamento do Patrimônio Imaterial* do IPHAN procura desenvolver a autonomia dos envolvidos na produção desses *fazeres e saberes* para que se tornem capazes de preservá-los de forma consciente e atuante. É importante que o processo de salvaguarda esteja articulado com outros campos que lhe são afins, como as áreas de educação, de meio ambiente e de desenvolvimento econômico e social.

Seguindo essa visão de dimensões *material e imaterial* desses bens, que integram a diversidade cultural da identidade brasileira, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial vem realizando *Planos de Salvaguarda* para os bens já registrados. Como exemplo, podemos citar as salvaguardas para o *Samba-de-Roda no Recôncavo Baiano* – cuja atuação perpassa as atividades econômicas, religiosas e lúdicas da região –, que visa atuar no apoio à transmissão dos conhecimentos tradicionais que são vinculados diretamente à manifestação, tais como:

[...] técnicas de fabricação e execução do Machete [espécie de viola de origem portuguesa]; ações de apoio à organização formal de uma entidade que os represente juridicamente para facilitar a auto-gestão dos seus projetos; além das ações de promoção propriamente ditas, como realização de gravações, lançamento de CDs e promoção de apresentações dos grupos de samba de roda, entre outras. (Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12553&retorno=paginalphan>).

Presente em todo o estado da Bahia, o *Samba de Roda* foi registrado como patrimônio cultural imaterial pelo IPHAN no ano de 2004, sendo reconhecido pela Unesco no ano seguinte como *Patrimônio da Humanidade*. Essa organização internacional vem se dedicando há duas décadas à criação e à consolidação de mecanismos que auxiliem no reconhecimento e na defesa dos bens da cultura imaterial. Desde 1989, quando lançou a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, a Unesco vem orientando sobre como identificar, preservar e disseminar os bens culturais imateriais:

Considerando que a cultura tradicional e popular faz parte do patrimônio universal da humanidade e que é um meio poderoso de aproximação entre os povos e grupos sociais existentes e de afirmação de suas identidades culturais. Fonte:http://www.unesco.org/culture/laws/paris/html_sp/page1.shtml



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. O patrimônio imaterial, sendo transmitido e reinterpretado de geração em geração, passa constantemente por recriações em função da variação de fatores constantes no desenvolvimento histórico e cultural. Diante disso, como preservar, por exemplo, uma forma de expressão musical, coreográfica e poética como o frevo ou como o samba?

Resposta Comentada

O patrimônio cultural imaterial diz respeito às práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, o que determina um tipo de ação preservativa que não interfira na criatividade e no espírito dessas manifestações. Alguns aspectos materiais, diretamente ligados à existência do patrimônio imaterial precisam também ser assistidos para que se permita a continuidade de sua expressão. Entre eles estão os locais culturais e naturais associados às atividades imateriais, assim como objetos que são confeccionados especificamente para elas. Diante disso, a preservação dos bens materiais deve utilizar como instrumento a salvaguarda, que consiste num conjunto de ações que dão suporte à continuidade sustentável do patrimônio imaterial, não significando que esse fique privado de se modificar por meio de novas incorporações ou descartes. As salvaguardas têm o intuito de auxiliar a manutenção das condições de reprodução e de transmissão dessas manifestações para que seja garantida sua permanência.

Conclusão

O desejo de preservar para as próximas gerações esteve durante muito tempo restrito às obras de importância histórica ou artística – um sentido de “histórico” que se voltava aos gran-

des feitos políticos e um conceito de “artístico” que se subordinava à visão erudita das belas artes. As novas tendências contemporâneas passaram a ultrapassar os limites de preservação que se circunscriviam à arquitetura e aos monumentos públicos feitos em *pedra e cal*, assim como aos valiosos objetos artísticos ou de relevância histórica, ligados à cultura erudita. Contemplando uma nova visão de *patrimônio integrado*, que considera redutor preservar *histórias parciais* muito pouco elucidativas, os esforços de preservação voltam-se agora ao campo do imaterial, do imaginário, das práticas e técnicas que representam grande relevância cultural para determinadas comunidades e regiões. Essa herança intangível envolve os saberes, os fazeres, as tradições, as línguas, as lendas, a memória oral etc.

Ainda que o *patrimônio cultural imaterial* mantenha um sentido forte de identidade e de continuidade, devemos considerar sempre seu caráter, por vezes vulnerável, que resulta do fato de se constituir em atividades realizadas por indivíduos e em locais que nem sempre usufruem de condições favoráveis para sua continuidade. Some-se a isso o constante processo de reinterpretação, resultado da participação ativa e contemporânea da comunidade, que vê essas manifestações não como “obras” a serem preservadas, e sim expressões a serem vividas como um corpo inserido e participante, passível de inclusões e descartes conjunturais.

Por esse motivo, a política federal de salvaguardas atua na promoção e proteção dessas manifestações, tarefa que conta com a participação ativa de membros da comunidade diretamente vinculados à produção, manutenção e transmissão dessas expressões culturais. Articulando-se com as áreas de educação, de meio ambiente e de desenvolvimento econômico e social, a salvaguarda dos *bens imateriais* busca desenvolver a autonomia dos responsáveis pela produção desses *fazeres e saberes*, tentando capacitá-los a preservar esse patrimônio cultural de forma consciente e atuante.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

1. Analisando os bens imateriais mencionados nesta aula e que já fazem parte dos Livros de Registro, procure identificar alguma manifestação cultural de sua cidade ou de seu estado que ainda não é, mas que poderia enquadrar-se no conceito de *patrimônio cultural imaterial*. Justifique sua escolha; aponte em quais dos quatro Livros de Registro esse patrimônio seria mais adequadamente registrado e sugira salvaguardas que poderiam auxiliar sua preservação sustentável.

Comentário

Considerando a conceituação de patrimônio cultural imaterial, a idéia é que você busque em sua cidade ou estado alguma manifestação (pode ser dança típica, festa religiosa ou laica, feira, festival, técnica artesanal ou culinária etc.) que possa ser considerada como uma tradição importante para a região e que marque de forma diferencial a comunidade. Analise na parte da aula que aborda os Registros dos Bens Imateriais em qual dos livros a manifestação escolhida deveria ser incluída e aponte quais as iniciativas que poderiam garantir que essa não se tornasse inviável devido a escassez de matéria-prima, descaracterização do ambiente em que atua, falta de novos adeptos, falta de difusão das técnicas na confecção de objetos, falta de recursos, desvalorização social da atividade etc.

Resumo

O *patrimônio imaterial*, ainda que não seja tangível, assume uma importância concreta dentro do cenário cultural. São manifestações do imaginário, dos saberes e dos fazeres, que resultam da visão de mundo desenvolvida a partir do processo histórico de cada sociedade e que determinam, de forma muito própria, sua identidade. As manifestações chamadas de *imate-*

riais podem revelar a índole de um grupo social de forma mais acurada que os próprios testemunhos materiais, que estão quase sempre vinculados às camadas dominantes da população. Esses bens referem-se a um conjunto de tradições que são mantidas por uma comunidade e transmitidas pelos ancestrais a seus descendentes. Não são objetos, e sim práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, que são característicos a certos grupos e sociedades e que são passíveis de interpretações e recriações com o passar do tempo.

O caráter vivo e dinâmico desse tipo de patrimônio exige um modo de preservação específico, o que é feito por meio de salvaguardas, que são ações direcionadas à preservação dos bens imateriais de forma sustentável. Esse auxílio pode assumir a forma de ajuda financeira, garantindo que saberes específicos sejam transmitidos às próximas gerações; de estímulo à organização comunitária, que atue conscientizando a respeito do valor que o bem representa e da importância de sua manutenção; da facilitação de acesso ao material necessário, permitindo à subsistência de matérias-primas indispensáveis à manifestação cultural; enfim, ações ou orientações que capacitem a comunidade a manter viva e atuante determinada tradição cultural que se mostre representativa de sua identidade e motivo de orgulho para o grupo.

5

Patrimônio natural: jardins históricos, parques e paisagens

Meta da aula

Apresentar o conceito de *patrimônio natural* que transforma jardins, parques e paisagens em monumentos naturais a serem preservados.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar a relação entre homem e natureza antes do século XX e a mudança de percepção que fez com que determinados espaços naturais como jardins, parques ou paisagens passassem a ser considerados como *patrimônio natural*.
- 2 identificar as duas categorias em que são divididas as áreas de proteção.
- 3 identificar um bem de sua região que preenche os requisitos de *patrimônio natural* e que tipo de salvaguardas poderia contribuir para a preservação desse bem.

Introdução

Desde a década de 1930, quando foi criado o Parque de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro, o conceito de área natural protegida, com o objetivo de preservação do patrimônio ambiental, vem se afirmando. Em 1937, o patrimônio natural foi equiparado ao patrimônio histórico e artístico nacional, fazendo com que os monumentos naturais – como jardins, paisagens e parques – ficassem sujeitos a legislação específica, como modo de preservar o caráter especial – histórico, cultural ou natural – desses sítios. O poder público passou a desenvolver medidas legais que ajudassem a garantir a integridade desses locais, disciplinando as atividades econômicas e as obras, evitando interferências negativas no meio natural. A Lei 9.985, de 18 de junho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com os critérios que conceituavam e orientavam a implantação e a gestão desses bens naturais.

A compreensão de que dissociar os bens materiais de seu ambiente natural resultaria em prejuízo de ambos, que assim se viam esvaziados de sua inteireza cultural, levou à idéia de instituir um sistema de proteção para esses patrimônios considerados como bens culturais integrados. Impulsionados por essa percepção, os sítios naturais cresceram em importância, deixando de representar apenas o simples papel de belo cenário a ser admirado. O ambiente natural passou a ser percebido de forma integrada à arquitetura e às práticas sociais locais, compondo uma paisagem heterogênea e carregada de referências culturais. Foi dentro dessa linha de pensamento que a Unesco, a partir de meados do século XX, passou a dar grande incentivo à preservação de sítios que apresentassem interdependência entre o aspecto cultural e o ambiente natural.

A criação da Fundação do Patrimônio Mundial em 1965 teve como objetivo criar uma articulação internacional, visando à implemen-

tação de ações voltadas à proteção de regiões naturais, paisagísticas e de sítios históricos, que associassem *natureza* e *cultura*. Ficou estabelecido que a proteção desses *bens ambientais* e *paisagísticos* deveria ser feita por salvaguardas preventivas e corretivas, feitas a partir de fiscalização das atividades que são realizadas nesses sítios naturais, evitando estragos ou descaracterizações ao ambiente cultural natural.

O desenvolvimento da relação entre cultura e natureza

Desde a Antigüidade clássica, a relação entre *cultura* e *natureza* estabeleceu-se a partir de comparações cujo objetivo era valorizar a capacidade intelectual do homem diante da “irracionalidade orgânica” do ambiente natural. Mesmo assumindo essa posição excludente, o conceito de *natureza* englobava todos os seres que constituem o universo, ainda que em seu processo evolutivo os seres humanos tenham se caracterizado pela capacidade de dominar o ambiente natural. Ao “tomar posse” da natureza – dominando o fogo; usando pedras para construir abrigos; erguendo aquedutos para transportar a água dos rios para a cidade; cortando árvores para construir pontes sobre vãos geográficos intransponíveis –, o homem colocava-se de forma superior diante de seu ambiente natural. No período medieval, haveria uma reafirmação da idéia de que campos e florestas eram ambientes ligados aos povos bárbaros e a grupos “não-civilizados”, em oposição às cidades dos senhores feudais, com suas atividades civilizadas que envolviam comércio, produção e diversão.

Essa visão cristalizou-se com o humanismo renascentista e com alguns fundamentos religiosos que colocavam o ser humano de forma soberana no *centro do universo*. De certa forma, a aceitação da autoridade humana frente à natureza contribuía para seu afastamento dela, desconectando-o de sua posição pri-

mordial de partícipe da ecologia universal. É interessante verificarmos que essa superioridade do homem, muito valorizada por suas pretensões racionalistas, não se concretizava completamente – fosse pela força violenta com que as catástrofes naturais, reiteradamente, assolavam as regiões, fosse pelos vínculos emocionais e demarcatórios dos habitantes com os ambientes naturais.

Da segunda metade do século XVIII em diante, o tratamento predatório imposto pelo processo de industrialização ao meio ambiente de algumas cidades européias mobilizou escritores e artistas no sentido de valorizar a natureza em seu estado selvagem: *preservada*. Classificado como *romantismo*, esse pensamento colocava a natureza em toda a sua grandeza sublime e reduzia o homem a uma criatura frágil – física e emocionalmente –, sujeita aos humores das intempéries e do imprevisível. Essa idéia romântica alimentava utopias que defendiam uma volta à vida simples, em harmonia com a natureza, como no início da trajetória humana. Os naturalistas europeus acorriam em peso a locais ainda não devastados – o Brasil recebeu muitos deles, como Auguste de Saint-Hilaire –, para colher e identificar novas espécies de plantas e animais, numa relação mais amigável e científica diante dos recursos ambientais. Era o início do reconhecimento de uma ligação profunda das paisagens naturais, ou construídas pelo homem, com a memória social coletiva de uma comunidade, de uma região e de um país.

No século XVIII, a natureza como patrimônio passou a habitar as coleções de museus de história natural, compostas por animais empalhados, espécimes vegetais e rochas exóticas – tudo preservado em vitrines, longe de seus habitats originais. A destruição do ambiente natural ainda era reconhecida como um indicador de progresso da civilização humana, e, quando uma paisagem era preservada, isso ocorria em função não de seu valor intrínseco, mas do que ela representava como coadjuvante de fatos históricos ou culturais.



Auguste-François César Prouvençal de Saint-Hilaire (1779-1853), botânico e naturalista francês que esteve no Brasil entre 1816 e 1822. Profundo conhecedor da literatura naturalista da época, Saint-Hilaire coletou e enviou para as colônias francesas diversas plantas vivas originárias do Rio de Janeiro. Essa atitude, que hoje seria vista como *biopirataria*, era justificada pela visão da contribuição que o conhecimento do uso medicinal, alimentar e industrial poderia representar para a humanidade. Saint-Hilaire publicou em 1824 *Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay* e, em 1828, *Plantes usuelles des Brésiliens*.

A partir do século XX, a valorização de uma natureza ainda não domesticada foi um incentivo à criação de parques florestais de uso restrito, nos Estados Unidos da América, que mantinham a separação entre homem e natureza, reafirmando a crença na impossibilidade do convívio pacífico entre ambos. A chegada do século XXI alterou a concepção de natureza como *mito* sacralizado, criando a idéia de um naturalismo com vistas a alcançar a preservação da natureza e de seus ecossistemas por meio do manejo consciente dessas áreas de preservação ambiental. Não podemos deixar de considerar que nossa percepção da paisagem dá-se com esta já incorporada à atuação do indivíduo, como uma expressão de civilização. Esse patrimônio ambiental agrega valores culturais que lhe foram sendo atribuídos com o decorrer da história local e pela relação material e emocional estabelecida entre sociedade e espaço.

Na metade do século XX, a Unesco passou a incentivar a união dos bens patrimoniais ligados ao campo cultural e ao ambiente natural. Em 1965, foi criada a Fundação do Patrimônio Mundial, com o objetivo de congregar uma cooperação internacional visando à proteção de regiões naturais, paisagísticas e de

sítios históricos excepcionais em todo o mundo. Nesse período, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano defendia a possibilidade de associar *natureza* e *cultura* na composição de *bens patrimoniais*. Entendidos como *bens ambientais*, as paisagens naturais poderiam constituir-se em bens *paisagísticos* ou *urbanísticos*: os paisagísticos, dizendo respeito especificamente à natureza, ainda que modificada pelo homem, cujo caráter único seja reconhecido como possuidor de grande relevância e beleza; os urbanísticos, representados pela natureza, que já incorporara a história urbana, como ocorre com os centros históricos. O reconhecimento da importância dessa associação entre *natureza* e *cultura* direcionou as políticas públicas à preservação conjunta dos bens *culturais* e *naturais*.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. A relação do homem com a natureza, entendida como local selvagem a ser dominado, foi sendo transformada com o passar do tempo. Explique como era a percepção do homem a respeito do ambiente natural antes do século XX e como essa se transformou a partir de então, citando os motivos que interferiram para que a antiga percepção fosse alterada.

Resposta Comentada

Desde a Antigüidade até o século XIX, o homem, a partir da visão de sua superioridade intelectual, colocou-se em oposição ao que parecia ser a "irracionalidade" da natureza. Essa percepção reafirmava o caráter de antagonismo entre civilização e natureza, fazendo com que se percebessem os bens naturais apenas como potencial a ser explorado. O ambiente natural era visto como habitat de bárbaros e povos rudes, enquanto os núcleos urbanos, com sua vida social e cultural,

representavam o ideal da civilização. Com o processo de industrialização, que transformou as cidades em ambientes sujos e insalubres, o ambiente natural passa a ser valorizado, crescendo a percepção de sua essencialidade à saúde física e psicológica da humanidade.

Jardins históricos, parques e jardins

Os jardins históricos, os parques e os jardins são bens materiais que, quando reconhecidos como *patrimônio natural* do país, passam a ser inscritos no *Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico* do IPHAN. Esse reconhecimento procura estabelecer uma forma eficaz de proteção coletiva de um *bem natural* que seja de relevância universal.



Figura 5.1: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no bairro do Jardim Botânico. Criado por D. João VI em 13 de junho de 1808 no local do antigo Engenho de Cana, com o objetivo de aclimatar e cultivar especiarias vindas da Índia e outras espécies vegetais exóticas. Inscrição nº 002 (30/5/1938) do *Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico* – IPHAN.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Image:JdBotanico3-CCBY.jpg>

No Brasil, à época da colonização, a natureza era identificada como algo de valor comercial, mentalidade extrativista comum num momento em que a natureza não significava um *patrimônio* a ser preservado, e sim um bem a ser comercializado. Mesmo nos dias de hoje, a luta de ambientalistas em algumas regiões do país demonstra que aquela antiga mentalidade ainda sobrevive, o que significa grande risco para nossa rica herança natural.

Ainda que a noção de *cultura* tenha sido ampliada para além dos domínios do patrimônio histórico, a visão de um ambiente natural em oposição ao cultural e à civilização mantém-se atuante, a despeito dos esforços pelo reconhecimento do novo conceito de *patrimônio cultural*. Inserida nessa nova definição, a natureza reúne-se ao rol dos demais patrimônios a serem preservados. O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, veio equiparar o *patrimônio natural* ao *patrimônio histórico e artístico* nacional:

[...] tornando monumentos naturais como Jardins e Paisagens, bem como os bens agenciados pela indústria humana, como os parques, passíveis de tombamento, uma vez que o objetivo seja conservar e proteger a feição notável que possuam. Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público e como tal é considerado monumento (<http://portal.iphan.gov.br>).

O conceito de *patrimônio ambiental*, conforme trata a Constituição de 1988, elege como bens que merecem preservação as paisagens de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Ao ambiente natural, percebido pelo alcance do olhar, convencionou-se chamar de *paisagem*. A paisagem consiste, portanto, na aparência de um território específico, do qual podem fazer parte tanto elementos naturais quanto humanos em suas múltiplas inter-relações. Essa percepção do espaço natural define-se pelo modo como este é visto e sentido por uma comunidade, servindo como testemunho do processo de relacionamento que foi sendo estabelecido entre o ambiente natural e as culturas locais.

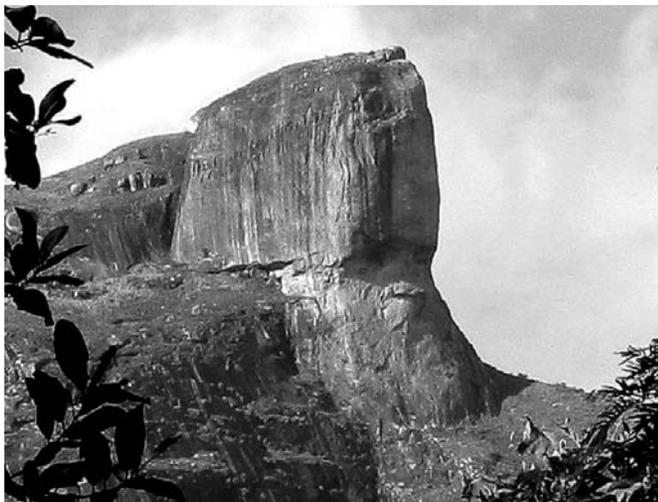


Figura 5.2: O Parque Nacional da Tijuca corresponde à porção principal da serra da Tijuca ou serra Carioca. Como acervo natural tombado encontram-se penhascos, grandes massas de *gnaisse*, encostas e vales recobertos por densas florestas, nativas ou reorganizadas pelo homem. Ali encontram-se os morros do Corcovado, Dois Irmãos, a Pedra da Gávea, a Pedra do Conde e os picos do Papagaio, do Andaraí e da Tijuca.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Pedra_da_G%C3%A1vea

Os parques são de grande importância para as regiões onde estão inseridos, evitando desmoronamentos de encostas e poluição atmosférica, garantindo, ainda, a manutenção dos mananciais que abastecem certas localidades. O Parque Nacional da Tijuca possui características especiais. Instalado dentro da cidade do Rio de Janeiro e declarado *Reserva da Biosfera* pela Unesco, não se constitui em uma área original intocada – as densas matas que o recobrem são resultado de um processo de intervenção humana. A Floresta da Tijuca atual resulta, em parte, de um reflorestamento feito em zonas ocupadas por cafezais a partir de 1860, com o objetivo de recuperar os mananciais que abasteciam de água a cidade, constituindo-se atualmente em um dos maiores *patrimônios naturais* do estado.

Salvaguardando o patrimônio natural

Completando o conteúdo da Carta de Atenas de 1931, que se mantinha nos limites de proteção a *patrimônios históri-*

Gnaisse

Uma das rochas mais antigas da Terra, sendo composta por diversos minerais, como o *feldspato* e o *quartzo*. É muito usado na construção civil, como brita, na pavimentação e também para fins ornamentais. O Pão-de-Açúcar, cartão-postal da cidade do Rio de Janeiro, é um exemplo de rocha formada por gnaisse.

cos, a Conferência Geral que a Unesco realizou em 1962 em Paris defendia a salvaguarda de paisagens e locais que integravam o todo considerado como *patrimônio cultural*. Em 1972, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural foi criada, com a adesão de mais de 150 países, tornando-se um instrumento internacional dedicado à proteção do patrimônio *cultural e natural*. A importância de preservar *paisagens culturais* motivou o lançamento, em 1994, pelo Comitê do Patrimônio Mundial, de uma Lista do Patrimônio Mundial que contemplasse a proteção desse tipo de bem de forma equânime nas diversas regiões do planeta.

O Comitê do Patrimônio Mundial, do qual fazem parte 21 membros, é responsável pela aplicação da Convenção da Unesco, que orienta a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Em outubro de 2007, nove países, entre eles o Brasil, foram eleitos, por um período de quatro anos, como normalmente é feito, para compor o referido Comitê. Em 1962, a Conferência Geral da Unesco fez recomendações relativas à salvaguarda de paisagens e sítios, destacando que essas medidas não deveriam limitar-se à proteção de paisagens e sítios naturais, levando em conta também que a formação de alguns deles se devia, no todo ou em parte, à intervenção humana.

O documento recomenda que as ações de salvaguarda sejam preventivas e corretivas, devendo consistir, essencialmente, na fiscalização de atividades que possam causar danos ao conjunto formado pelo ambiente natural e pelos sítios habitados. Isso incluía abertura de estradas, instalação de eletricidade, cartazes publicitários, desmatamento, poluição do ar ou da água, construções e outras intervenções que podem alterar de modo negativo determinado conjunto a ser preservado.

A Lei 9.985, de 18 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), definiu normas e critérios para a criação e gestão de áreas de preservação, dividindo-as em duas categorias:

► *Áreas de proteção integral*, cujo objetivo de preservar a natureza admite apenas o uso indireto de seus recursos naturais, compreendendo parques nacionais, monumentos naturais, estações ecológicas, reservas biológicas e refúgios de vida silvestre. As áreas de preservação integral destinam-se à proteção de áreas territoriais ou aquáticas cujos ecossistemas apresentem notável interesse científico e cultural, grande valor ecológico ou beleza cênica;

► *Áreas de uso sustentável*, que visam compatibilizar a preservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais.

Nesta última categoria incluem-se as *Áreas de Proteção Ambiental* (APAs), voltadas à proteção das riquezas naturais que dividem espaço com a ocupação humana, onde são permitidos o manejo de propriedade privada e a manutenção da vida normal levada na região, sem necessidade de desapropriação de terras); as *Florestas Nacionais* (Flonas), áreas de domínio público, com vegetação nativa ou plantada, com finalidades técnica, econômica ou social); e as *Reservas Particulares do Patrimônio Natural* (RPPN), cuja criação ocorre pelo desejo de seu proprietário com o objetivo de conservação da diversidade biológica da área.



Leia com atenção as Recomendações de Paris para Paisagens e Sítios, decididas na Conferência Geral da Unesco em 12 de dezembro de 1962. Confira no portal do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=235>.

Patrimônio natural mundial no Brasil

Até o momento, sete sítios brasileiros – que serão discriminados a seguir – foram reconhecidos pelo Comitê do Patrimônio Mundial como *Patrimônio Mundial Natural*. Ao governo brasileiro cabe a responsabilidade de coordenar e gerir esses bens, tarefa

que fica a cargo da Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas, que é vinculada à Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente. Essas unidades de conservação (UC), que incluem os recursos ambientais desses espaços territoriais e, caso haja, de suas águas jurisdicionais, passam a ter preservados seus recursos naturais, sua biodiversidade biológica e os bens culturais que lhes são associados.



Figura 5.3: Este mapa, do *site* do Ministério do Meio Ambiente, assinala os sítios brasileiros reconhecidos como Patrimônio Mundial Natural.

Fonte: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=48&idMenu=2038>

► Parque Nacional do Iguaçu

Inscrito em 1986 na Lista do Patrimônio Mundial, o Parque Nacional do Iguaçu, localizado na fronteira do Brasil com a Argentina, abriga uma das maiores e mais impressionantes quedas-d'água do mundo, que se estende por mais de 2.700 metros. O parque serve como habitat a diversas espécies raras da flora e da fauna, algumas dessas em perigo de extinção.



Figura 5.4: Cataratas do Iguazu, no Parque Nacional do Iguazu, Paraná, região Sul do Brasil, fronteira com a Argentina.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Nacional_do_Igua%C3%A7u

► Parque Nacional da Serra da Capivara

O Parque da Serra da Capivara foi inscrito em 1991 como bem do *Patrimônio Mundial*. Localizado no município de Raimundo Nonato, ao sudeste do Piauí, o parque possui numerosas formações rochosas decoradas com pinturas rupestres, algumas com mais de 25 mil anos de idade. Este relevante *patrimônio natural* testemunhou o desenvolvimento de uma das mais antigas comunidades humanas da América do Sul.



Figura 5.5: Parque Nacional da Serra da Capivara, no sudeste do Piauí. Apresenta sítios arqueológicos importantes, que testemunham a presença das primeiras comunidades humanas da pré-história sul-americana.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Serra_da_Capivara_National_Park

➤ Reserva da Mata Atlântica

Inscrita em 1999 na Lista do Patrimônio Mundial, a Reserva da Mata Atlântica reúne uma formação vegetal característica do litoral do Brasil, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte. A Mata Atlântica do Sudeste, nos estados do Paraná e de São Paulo, contém alguns dos mais representativos exemplos de floresta atlântica no Brasil. As 25 áreas protegidas que formam a reserva perfazem 470 mil hectares e apresentam grande riqueza biológica: montanhas com densas florestas, ilhas costeiras, dunas e uma paisagem de grande valor natural e beleza paisagística.



Figura 5.6: Aspecto de uma reserva da Mata Atlântica com palmeiras que aparecem em baixas altitudes.

Fonte: http://www.scipione.com.br/educa/galeria/09_phb/img/foto_07g.jpg

A mata atlântica da costa do Descobrimento do Brasil corresponde a uma área de 22.500 hectares localizada nos estados da Bahia e do Espírito Santo. Inscrita como *patrimônio natural* mundial em 1999, a reserva apresenta uma imensa diversidade ecológica. Grande parte de sua fauna e flora ainda não foi devidamente estudada, e a região, coberta por florestas tropicais, continua sendo uma das mais ameaçadas do planeta.

➤ Complexo do Pantanal Mato-grossense

Inscrito no ano de 2000 como Patrimônio Mundial, o *Complexo do Pantanal* consiste num ecossistema composto por quatro

áreas protegidas, compreendendo uma extensão de 250.000km², situadas ao sul de Mato Grosso e a noroeste de Mato Grosso do Sul. As extensas áreas inundadas formadas pelos rios Paraguai, Cuiabá e seus afluentes são responsáveis pela grande diversidade de vegetação e vida animal, servindo como criadouro para muitas espécies ameaçadas de extinção. A **Embrapa** mantém na região, desde 1975, uma unidade de pesquisa que desenvolve e transfere tecnologias com o objetivo de garantir o uso sustentável dos recursos naturais do Pantanal.



Figura 5.7: Aspecto do Pantanal do Mato Grosso: o Pantanal é uma das maiores extensões de terras úmidas contínuas do mundo.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Pantanal>

Embrapa

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária é uma instituição pública vinculada ao governo brasileiro. Criada em 1973, sua missão é auxiliar no *desenvolvimento sustentável* do espaço rural, especialmente no que diz respeito ao agronegócio: gerando, adaptando e transferindo conhecimentos e tecnologias, com o objetivo de beneficiar os diversos segmentos da sociedade brasileira (www.embrapa.com).

► Reservas do Cerrado: Parque Nacional Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas

Reconhecido como Patrimônio Natural Mundial no ano de 2001, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi criado em 1961 abrangendo 65.514 hectares do cerrado de altitude. A região possui uma grande variedade de espécies vegetais, centenas de nascentes e de cursos d'água, paisagens deslumbrantes e formações rochosas datando de mais de um bilhão de anos. A reserva atualmente, além de se constituir em área de preservação, dedica-se a pesquisas científicas, visando à conscientização sobre a importância da educação ambiental. Antiga rota de garimpeiros, o cerrado serve como refúgio a diversas espécies durante as flutuações climáticas cíclicas da região, funcionando como um lugar de preservação da biodiversidade.



Figura 5.8: Queda-d'água localizada na Chapada dos Veadeiros, Goiás. Fauna e flora exuberantes, características da região do Cerrado, um dos mais antigos e diversificados ecossistemas tropicais.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=220583>

➤ Ilhas Atlânticas — Reservas Fernando de Noronha e Atol das Rocas

O arquipélago de Fernando de Noronha, localizado no oceano Atlântico, a leste do estado do Rio Grande do Norte, é formado por 21 ilhas e ilhotas, ocupando uma área de 26km². O arquipélago pertence ao estado de Pernambuco e suas águas servem como habitat para tubarões, tartarugas e mamíferos marinhos, como o golfinho, abundante na região.



Figura 5.9: Fernando de Noronha: um oásis para vida a marinha, o oceano aberto e as ilhas do arquipélago desempenham um papel fundamental no processo de reprodução e colonização de organismos marinhos no Atlântico Sul.

Fonte: <http://www.granviaviagens.com.br/images/noronha.jpg>

➤ Complexo de Conservação da Amazônia Central

A Reserva da Biosfera da Amazônia Central (RBAC), reconhecida como patrimônio natural pela Unesco em 2001, abrange uma área de 208.600km², situando-se totalmente no estado do Amazonas. A reserva possui um conjunto contínuo de áreas de proteção consideradas estratégicas para a preservação da imensa biodiversidade da região.



Figura 5.10: O uacari-branco (*Cacajau calvus*) é um primata de cabeça calva e rosada ameaçado de extinção, encontrado nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá e Amaná, na Amazônia brasileira.

Fonte: http://species.wikimedia.org/wiki/Image:Male_uakari.jpg

A conservação da Amazônia Central inclui:

- *Parque Nacional do Jaú* – localizado na floresta amazônica, compreende os municípios de Novo Airão e Moura, no estado do Amazonas, com área de 23.000km².

- *Estação Ecológica de Anavilhanas* – a reserva de 350.000 hectares, situada no rio Negro, conta com 400 ilhas e inúmeros lagos, igapós, rios e igarapés, apresentando grande riqueza vegetal e animal.

- *Reservas de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá e Amaná* – a criação destas reservas resultou de um pedido de criação de uma área protegida de 200.000 hectares, que foi encaminhado em 1985 e visava à preservação do primata uacari-branco, ameaçado de extinção.



A Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural determina que bens naturais e culturais podem pleitear sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, fixando os deveres dos países membros no que diz respeito à identificação desses bens e o modo de desempenhar sua proteção e preservação. Cada país, ao assinar a Convenção, compromete-se a preservar o patrimônio cultural e natural localizado em seu território. Uma das principais responsabilidades dos países membros é o desenvolvimento de uma ética de conservação desse patrimônio, o que se mostra complexo num momento de desenvolvimento econômico acelerado, muitas vezes predatório.



Existem atualmente 17 bens localizados no Brasil que fazem parte da World Heritage List (Lista de Patrimônio Mundial). Sete deles referem-se a patrimônios naturais, o que corresponde a 40% do total de bens brasileiros que constam da relação, demonstrando o grande capital natural de nosso país. Confira na página oficial da Unesco a parte específica sobre a World Heritage: <http://whc.unesco.org/en/list/>

Patrimônio natural: o homem deve integrar-se ou não às áreas protegidas?

Ao final do século XIX, surgiu um embate teórico entre os ambientalistas: uns considerando ser possível a utilização pelo homem de áreas protegidas sem que isso representasse um risco ambiental; outros defendendo de forma radical a preservação desses ambientes naturais longe da interferência humana.

Hugues de Varine-Bohan, ex-diretor do ICOM – Conselho Internacional de Museus, desenvolveu na década de 1970 o conceito de *ecomuseu*, que preconizava a conservação dinâmica do patrimônio cultural e natural de determinado território, a partir de

iniciativas que aproveitassem os recursos locais de forma sustentável. Partindo da noção de que a *cultura* é uma expressão da natureza modificada pela intervenção humana, Varine-Bohan acentuava a importância das conveniências locais e da participação indispensável da comunidade inserida nesses espaços. O patrimônio natural caracterizava-se, portanto, não apenas pelo ambiente natural preservado, mas pela conservação de um espaço como construção cultural, o que envolvia a natureza e também as transformações por ela sofridas em decorrência das relações sociais estabelecidas pelo homem.

Os territórios naturais ou artificiais podem ou não se constituir em *patrimônio* para a totalidade da região, sendo que esses locais só são reconhecidos como sítios merecedores de preservação quando retêm uma relação afetiva com a comunidade – ou pelo menos com parte dela –, constituindo-se em um *espaço de memória*. Dessa forma, o sentido de patrimônio não assume um caráter generalizante, já que as memórias não são homogêneas. Entretanto, devemos ter em mente que é tão importante *preservar* o caráter de identidade comum da coletividade quanto as especificidades das diferenças dos vários grupos que a formam.

Jardins: a natureza projetada pelo homem

Os jardins são espaços planejados, geralmente ao ar livre, que dispõem de maneira organizada diversos tipos de vegetação com o objetivo de cultivo, aclimação de espécies ou simples apreciação estética. Na Idade Média, essas reservas particulares possuíam canteiros para ervas medicinais e uma horta para abastecimento. A França e a Inglaterra difundiriam mais tarde os jardins tipicamente ornamentais, que passaram a conferir charme e distinção às residências da nobreza. Os jardins no Brasil receberam grande influência européia – geometrizados ao estilo francês ou orgânicos e pitorescos, ao estilo inglês. Públicos ou particulares, os jardins faziam parte do conjunto da paisagem, conferindo espaços agradáveis, principalmente ajudando a amenizar o clima tropical.



Figura 5.11: Jardim da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro. A antiga residência da família imperial – atualmente Museu Nacional – teve seus jardins planejados por Auguste-François Marie Glaziou, urbanista francês que foi diretor dos Parques e Jardins da Casa Imperial.

Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/riotur/en/atracao/?CodAtr=1630>

Os jardins botânicos, que haviam sido criados como espaços de cultivo para plantas de uso medicinal, tiveram sua função ampliada para servir ao estudo e à adaptação de espécies exóticas trazidas de regiões distantes. D. João trouxe para serem aclimatadas no Horto Real na cidade do Rio de Janeiro diversas espécies frutíferas, que se tornaram típicas do ambiente natural brasileiro, entre elas: abacateiro, caramboleira, jaqueira, tamarindeiro. Outras espécies vegetais introduzidas no país foram: o flamboiã, jasmim-manga, copos-de-leite, cravos, dalias, hibiscos, jasmims, lírios, margaridas, rosas, begônias e tantas outras que se adaptaram e se disseminaram tão bem que fica difícil imaginar o cenário de nossas cidades sem elas.

Existem hoje espalhados pelo mundo 1.700 jardins botânicos. No Brasil, o levantamento realizado pelo *Relatório Nacional para a Conservação sobre a Diversidade Biológica no Brasil*, datado de 1999, listou 36 jardins botânicos. O primeiro foi o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado em 1808 por D. João quando da chegada da Corte portuguesa na cidade, com o objetivo de aclimatar as especiarias vindas das Índias Orientais.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Os sítios naturais são áreas de proteção, entretanto, o modo de preservação vai depender de suas características. Explique a diferença entre as duas categorias que dividem as áreas de proteção, citando os tipos de patrimônio natural incluídos em cada uma delas.

Resposta Comentada

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação estabeleceu duas categorias que determinam o tipo de preservação nas áreas naturais: proteção integral, cujo objetivo é resguardar a natureza, permitindo somente o uso indireto de seus recursos naturais – são os parques nacionais, os monumentos naturais, as estações ecológicas, as reservas biológicas e os refúgios de vida silvestre. A segunda categoria é a de uso sustentável, que harmoniza a preservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais – são as Áreas de Proteção Ambiental, que permitem a manutenção da vida normal levada na região, sem necessidade de desapropriação de terras; as Florestas Nacionais, que são áreas de domínio público, com vegetação nativa ou plantada, com finalidades técnica, econômica ou social; e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, que são criadas pela vontade do proprietário das terras com o objetivo de conservar a diversidade biológica do local.

CONCLUSÃO

A alteração da percepção do ambiente natural ocorrida a partir do século XVIII teve papel decisivo no desejo de preservação de sítios naturais. Tradicionalmente vista como local hostil habitado por animais perigosos e populações selvagens, a natu-

reza passou a significar uma espécie de refúgio idílico e saudável em contraposição às áreas urbanas degradadas pela escalada da industrialização. Essa visão pitoresca e romântica alimentou o interesse de manutenção de áreas ainda intocadas, que representavam um testemunho de toda a riqueza natural herdada pela humanidade e que necessitava ser preservada como patrimônio.

Os instrumentos legais criados com o objetivo de preservar esses sítios visavam primeiro à proteção dessas áreas intocadas. Na passagem do século XX para o XXI, a sacralização de ambientes naturais intocados foi flexibilizada. Ao lado de regiões que necessitam de fato de uma *proteção integral* foram listadas outras, para as quais a conservação de seus ecossistemas poderia ser mais efetiva por meio da autorização de seu *uso sustentável*. Em ambas, entretanto, existe a necessidade de uma gestão consciente e de ações de fiscalização que garantam que as salvaguardas exigidas sejam realmente cumpridas.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Quando um bem natural deve ser considerado como *patrimônio* a ser preservado e quais as salvaguardas que podem garantir a preservação desse bem? Cite um exemplo de um bem natural próximo de sua região que poderia ser considerado um *patrimônio cultural* e que se encontre ameaçado de descaracterização.

Resposta Comentada

Considerando a visão de que a cultura está indissociavelmente ligada à expressão da natureza em conjunto com as relações sociais, um sítio que conjugue paisagem e núcleos urbanos representa um espaço de memória cultural, integrando natureza e indivíduo. Entre as recomendações para a salvaguarda de paisagens e sítios, destacam-se medidas de proteção que preservem esses ambientes naturais de forma conjunta a obras realizadas pelo homem. Essas orientações devem ser preventivas e corretivas.

Analise na região em que você reside se há alguma atividade sendo praticada que seja potencialmente ameaçadora como: abertura de estradas, colocação de cartazes publicitários, desmatamento, poluição do ar ou da água de rios e lagos, construções e outras intervenções que possam alterar de modo negativo o meio natural.

Resumo

O *patrimônio natural* define-se como um ambiente nativo que abriga espécies de flora e fauna específicas do local, podendo estar a ele agregados os testemunhos de atividade humana ou de acontecimentos de interesse especial. Essas áreas tanto podem estar em seu aspecto selvagem como apresentar interações humanas, sendo escolhidas por seu aspecto agradável, grandioso e cênico ou, ainda, pelo papel destacado na manutenção de processos naturais, como locais de reprodução de espécies da fauna ou flora ameaçadas de extinção. A salvaguarda dessas áreas representa, portanto, a garantia da preservação da biodiversidade e da saúde ecológica do planeta.

A visão contemporânea vem valorizando cada vez mais a preservação do ambiente natural em sua interação com as ações do homem, o que ajuda a preservar, além da própria natureza, os valores culturais originários da relação estabelecida entre esse espaço natural e sua dimensão cultural e emocional, que confere significação aos *bens ambientais e paisagísticos*.

6

Conscientização sobre o valor dos bens culturais: os riscos ao patrimônio

Meta da aula

Apresentar a importância da conscientização dos diversos setores de uma comunidade em relação ao valor cultural insubstituível dos bens patrimoniais de sua região e o risco a que estes estão sujeitos: o desaparecimento material em decorrência do abandono ou a privação de sua presença por furto.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** reconhecer o que leva um bem relacionado como *patrimônio mundial, natural ou cultural* a ser incluído na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, o que isto significa e o que pode ser feito para reverter tal situação;
- 2** identificar a importância de se conhecer e valorizar o patrimônio cultural como modo de protegê-lo de roubo e de receptação.

Introdução

Quando em março de 2001 duas gigantescas estátuas de Buda de Bamyán, datadas do século III, foram explodidas no Afeganistão, localizado ao sul da Ásia, diversos países lamentaram a perda de um patrimônio que pertencia àquele país, mas que era considerado um patrimônio da humanidade. O líder das forças talibãs, que havia derrubado o presidente em 1996 e controlava grande parte do território afegão, não esperava tal comoção mundial diante daquele ato de destruição. A justificativa apresentada foi a de que as estátuas budistas transformadas em pó nada mais eram que simples “blocos de pedra”. Ele sabia, no entanto, que elas representavam muito mais. E foi exatamente por saber disso que havia decretado a destruição de todas as estátuas que representavam divindades, vistas como herança da civilização anterior, não seguidora da iconoclastia da religião islâmica.

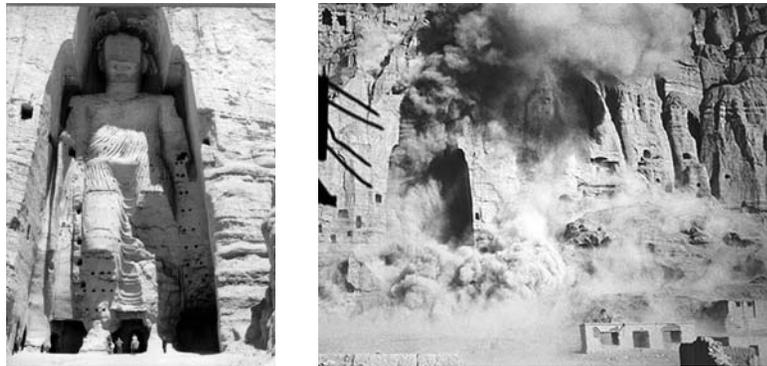


Figura 6.1: Imagens que mostram o antes e o depois da explosão realizada em 2001 que destruiu duas gigantescas estátuas de Buda (com cerca de 55 metros de altura), escavadas numa montanha de rocha no Afeganistão. Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Buddhas_of_Bamiyan

Iconoclastia

O termo que combina as palavras gregas *eikon*, relativo a “ícone”, e *klastein*, relativo a “quebrar”, diz respeito à posição daqueles que, por motivos políticos ou religiosos, se opunham ao culto à representação



de imagens. O próprio cristianismo, que cultua imagens de santos e de cenas da vida de Cristo, chegou a questionar o uso destas representações, motivado por uma leitura rígida das Sagradas Escrituras, crítica em relação à adoração de pinturas e estátuas pelos fiéis. Os reformadores protestantes europeus pregaram a remoção das imagens religiosas dos templos, incentivando sua destruição junto aos fiéis durante o século XVI. A religião islâmica desaprova a representação de figuras humanas e de animais nos espaços sagrados, baseando-se nas orientações do *Hadith* – conjunto de leis e histórias a respeito da vida do profeta Maomé.

No momento em que determinada ideologia decide destruir monumentos importantes de uma outra cultura, pode fazê-lo por desconhecer o real valor desses ou exatamente por conhecer muito bem a força de seu significado. A importância de alguns monumentos como marcos simbólicos – que identificam e servem como elemento de coesão entre membros de um grupo ou de sociedades – costuma fazer com que idéias reformadoras trabalhem para a desarticulação da rede de imaginário que foi estabelecida e por sua substituição por outra mais sintonizada à ideologia no poder. Assim, ao longo de toda a história da humanidade, bens patrimoniais de grande importância cultural passaram por descaracterizações e destruições, apagando preciosos testemunhos da história da trajetória humana.

Patrimônios mundiais em perigo

Mesmo com todos os esforços das instituições internacionais atentas à preservação – como a Unesco, o ICOMOS (ver Aula 1), no Brasil, o IPHAN (ver Aula 1) e o programa *Monumenta* (ver Aula 3) –, fatores destruidores continuam a comprometer a integridade dos bens patrimoniais (naturais, materiais e imateriais) espalhados pelo mundo. Ideologias políticas e crenças religiosas continuam a temer a manutenção de monumentos que guardam

a memória e que, mesmo de forma indireta, louvam valores que possam desestabilizar o pensamento dominante.

Além das destruições deliberadas, as guerras, com seus bombardeios e minas; a poluição da atmosfera, do solo e de recursos hídricos; os desastres naturais, terremotos, incêndios e inundações; a urbanização acelerada, a especulação de terrenos, o desmatamento e a demolição para novas construções; e o turismo descontrolado, com fluxo de pessoas acima da capacidade sustentável, colocando em risco o ambiente natural e os monumentos, representam os grandes desafios que esperam ser solucionados para que os sítios naturais e culturais não sejam colocados em perigo.

A preocupação mundial com a destruição progressiva de bens patrimoniais relevantes para a humanidade organizou, ao término da II Guerra Mundial, encontros internacionais para a elaboração de normas que garantissem a proteção do patrimônio cultural e natural em todas as regiões do mundo. Técnicos, especialistas e representantes de diversos países que se debruçaram sobre o assunto definiram a adoção de algumas ações que foram editadas sob a forma de *cartas patrimoniais*. Assim, a partir de 1948, a Unesco colocou em discussão um modo de criar fundos internacionais que subsidiassem ações de preservação e restauração em monumentos de relevância mundial que estivessem ameaçados. Em 1972, durante a Convenção sobre Patrimônio Mundial, uniram-se, com o objetivo de proteger bens patrimoniais, duas vertentes: uma voltada ao patrimônio cultural e outra ao patrimônio natural.



Cartas patrimoniais

Constituem-se de uma coleção dos principais documentos, recomendações e textos conclusivos resultantes das reuniões relativas à proteção do patrimônio cultural, que ocorrem em diversas épocas e em diferentes partes do mundo. São instrumentos legais que são divulgados em inglês, francês, espanhol,

russo, árabe e chinês – idiomas oficiais da Organização das Nações Unidas – ONU). São mais de 40 documentos que estão disponibilizados pela página oficial do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>

Os Fundos para o Patrimônio Mundial destinam quatro milhões de dólares anualmente para o financiamento de atividades consideradas necessárias pelo Comitê do Patrimônio Mundial para a proteção de patrimônio em risco. Esses recursos incluem contribuições compulsórias e voluntárias dos países signatários, podendo contar ainda com donativos de instituições privadas e pessoas físicas. O uso desses recursos obedece a urgências, sempre se estabelecendo prioridade aos bens mais ameaçados, segundo cinco categorias:

- *Assistência preparatória* — para a realização de projetos de conservação e planos de manejo do patrimônio;
- *Auxílio a treinamento* — para apoiar grupos de treinamento, principalmente de pessoal destinado a trabalhar nos locais junto ao patrimônio ameaçado;
- *Cooperação técnica* — garante apoio de especialistas e recursos materiais para diversas atividades de conservação;
- *Auxílio de emergência* — capaz de ações urgentes para reparação de danos causados por desastres naturais e/ou interferências humanas deletérias;
- *Apoio educacional e promocional* — visa desenvolver materiais educativos e outras ações para a conscientização sobre o patrimônio em risco.

Com o objetivo de levantar os patrimônios que se encontram em perigo pelo mundo, o Comitê do Patrimônio Mundial organizou uma relação de bens que precisam de alguma ajuda.

A criação da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo teve o objetivo de divulgar junto à comunidade internacional o risco que determinados patrimônios corriam de perder as características pelas quais haviam sido considerados um *patrimônio da humanidade* e sugerir ações que evitassem sua deterioração ou perda. O ato de relacionar um patrimônio em situação de perigo (as tartarugas gigantes de Galápagos são um exemplo) permite que se destine de forma imediata parte dos recursos dos Fundos do Patrimônio Mundial, ao mesmo tempo que serve como alerta à população e autoridades às quais o bem é vinculado sobre a necessidade de se reunirem esforços em busca de uma solução para o problema. O simples fato de ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo costuma mudar a relação e o tratamento desses bens pela sociedade, causando certo constrangimento pela situação e despertando na opinião pública o interesse por uma atuação mais efetiva no campo da preservação.



Figura 6.2: As tartarugas gigantes das Ilhas Galápagos chegam a alcançar 2 metros de comprimento e pesar 200 quilos. A exótica fauna causou admiração ao naturalista Charles Darwin em sua visita às ilhas em 1835. Atualmente, entre 3 e 5 mil dessas tartarugas, que podem alcançar 150 anos de idade, vivem na maior das ilhas do arquipélago.

Fonte: <http://animals.nationalgeographic.com/animals/printable/galapagos-tortoise.html>

Resposta Comentada

Mesmo que determinado bem seja reconhecido pela sociedade à qual pertence como patrimônio, situações adversas podem interferir na sua preservação, como poluição industrial, desastres naturais, urbanização acelerada e turismo descontrolado. O Comitê do Patrimônio Mundial considera que um patrimônio está em perigo quando ele corre o risco de perder as características que motivaram seu reconhecimento como patrimônio da humanidade. O objetivo central da realização dessa listagem é despertar na opinião pública e nas autoridades responsáveis pela gestão desses bens o interesse por sua efetiva preservação. O Comitê garante, ainda, recursos internacionais levantados pelos Fundos para o Patrimônio Mundial para auxiliar a recuperação desse patrimônio.

Quando os esforços de recuperação dos sítios, *habitats* ou monumentos em risco são bem-sucedidos, seus nomes podem ser finalmente retirados da relação de patrimônio ameaçado. Integrar a lista de patrimônio em perigo representa para alguns países um modo de obter atenção e fundos internacionais que ajudarão a solucionar os problemas. Outros países, entretanto, podem encarar o fato como um desmerecimento ou uma crítica à gestão oficial do patrimônio nacional. Contudo, a inscrição nessa lista não significa que determinado monumento está fadado a se deteriorar e perder o título de patrimônio mundial, e sim que passa a integrar um programa que tem como objetivo, exatamente, garantir sua permanência como bem da humanidade, suprimindo necessidades específicas à sua conservação. Na realidade, não está prevista nos estatutos da Unesco a possibilidade de punição, cancelamento ou cassação dos títulos de patrimônio mundial outorgados.



Patrimônios ameaçados (as datas entre parênteses indicam o ano de inclusão na lista)

África: *Costa do Marfim*: Parque Nacional Comoé (1983); Reserva Natural Integral del Monte Nimba (1981). *República Democrática do Congo*: Parque Nacional Garamba (1996), Parque Nacional Kahuzi-Biega (1997); Reserva de fauna de Okapis (1997); Parque Nacional de Salonga (1999); Parque Nacional Virunga (1994). *Egito*: Abu Mena (2001). *Etiópia*: Parque Nacional de Simen (1996). *Guiné*: Reserva Natural Integral do Monte Nimba (1992). *Níger*: Montanhas de Aïr e Reservas Naturais (1992); *Senegal*: Parque Nacional de Niokolo-Koba (2007). *Tanzânia*: Ruínas das Cidades de Kilwa Kisiwani e Songo Mnara (2004).

América do Sul: *Equador*: Ilhas Galápagos (2007). *Chile*: Oficinas Salitreras de Humberstone y Santa Laura (2005). *Peru*: Sítio Arqueológico de Chan Chan (1986). *Venezuela*: Cidades de Coro ou Santa Ana de Coro (2005).

Ásia: *Índia*: Parque Nacional de Manas (1992). *Paquistão*: Complexo do Forte e Jardins de Shalimar (2000). *Filipinas*: Arrozais em terraços das Cordilheiras das Filipinas (2001).

Europa: *Alemanha*: Vale do Elba (2006). *Sérvia*: Monumentos Medievais da Cidade de Kosovo (2006).

Oriente Médio: *Irã*: Cidade de Bam e sua paisagem cultural (2004). *Iraque*: Cidade de Azur (2003); cidade arqueológica de Samarra (2007).

Península Arábica: *Iêmen*: Cidade Histórica de Zabid (2000).

Os patrimônios mundiais brasileiros em perigo

Atualmente, dos 812 bens considerados patrimônio mundial, cerca de 30 estão inscritos na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, qualificando-se, portanto, aos programas de monitoramento e de aplicação de medidas corretivas, que são desenvolvidas em conjunto com o Comitê de Patrimônio Mundial e seus países membros. Tão logo os problemas detectados forem solucionados, o *habitat*, monumento ou sítio será retirado da

condição de patrimônio em perigo. Entre os bens inscritos como Patrimônio Mundial em risco estão sítios paleolíticos, reservas naturais, parques nacionais, cidades arqueológicas, monumentos medievais etc.

A cidade de Jerusalém, considerada sagrada pelos fiéis das religiões judaica, islâmica e cristã, possui 220 monumentos históricos datados do século VII, tendo sido inserida em 1982 na lista dos bens mundiais em perigo e ainda nela permanecendo. A razão disso são as práticas preocupantes de escavações e novas construções que podem alterar o valor secular e excepcional histórico e cultural da antiga cidade de Jerusalém, o que inclui seu tecido urbano e social e sua integridade material.

Parque Nacional do Iguaçu

Não há no momento nenhum monumento natural ou cultural brasileiro na lista de patrimônio em perigo, mas já houve. Vinte e quatro bens que já fizeram parte dessa listagem conseguiram recuperar-se e foram retirados de sua condição de bens ameaçados. Entre eles está o Parque Nacional do Iguaçu, que ocupa uma área de mais de 185 mil hectares no estado do Paraná e onde se localiza um dos mais belos complexos de cachoeiras do mundo. O Parque, que é dividido pelo rio Iguaçu, foi o terceiro a ser criado no Brasil e forma juntamente com o parque argentino um conjunto que foi incluído em 1977 na Lista do Patrimônio Mundial pela Unesco, sendo declarado patrimônio natural de importância excepcional para a humanidade do ponto de vista estético, científico e de conservação (art. 2º c/c art. 11 da Convenção da Unesco sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 16 de novembro de 1973). A relevância do Parque não se detém às cachoeiras, mas também a toda floresta tropical subúmida, que se constitui em abrigo para a grande exuberância vegetal e a diversidade de espécies animais.



Figura 6.3: O Parque Nacional do Iguaçu, criado em 1939, divide com a Argentina cerca de 250 mil hectares de floresta tropical *subcaducifolia* e as mais impressionantes cataratas do mundo.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Iguacu-002.jpg>

O que levou o Comitê do Patrimônio Mundial a incluir o Parque Nacional do Iguaçu na lista dos bens em risco foi o episódio da Estrada dos Colonos, no qual as próprias autoridades locais apoiaram uma invasão ilegal, mostrando a opção dos próprios responsáveis pela gestão do bem por um desenvolvimentismo desconectado com a proteção do meio ambiente. A abertura de uma estrada por colonos, com 18 quilômetros de extensão, dentro da Reserva não foi aceita pelo IBAMA, que decidiu não negociar com os invasores enquanto esses se mantivessem no interior do Reserva. A proposta de flexibilizar o plano de manejo do Parque Nacional era uma atitude perigosa que tentava resolver de forma política o impasse, mas ameaçava transformar uma região que deveria ser mantida inteiramente preservada numa área de uso intensivo cortada por uma estrada.

A reunião desses fatores – a recusa do poder público em retirar os invasores que continuavam a abertura ilegal da estrada, dividindo o Parque em dois; os freqüentes vôos turísticos de helicópteros, que perturbavam a fauna local e a ausência de uma intenção clara das autoridades de proteger a Reserva – resultou na decisão do Comitê para a Proteção do Patrimônio Cultural e

Natural da Unesco de incluir aquela zona ambiental na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo em 1999.

Finalmente, no ano de 2001, com a destruição pela Polícia Federal da estrada aberta no Parque, pôde ser iniciada a recuperação da Reserva. Em decorrência da decisão, o Comitê decidiu – durante a reunião anual de Helsinque, Finlândia – pela retirada do Parque Nacional do Iguaçu da relação de patrimônio natural em perigo. As ações de salvaguardas levadas a cabo auxiliaram o redirecionamento das atividades econômicas para uma forma sustentável, estimulando o ecoturismo e agricultura local, estabelecendo, ainda, uma cooperação com a parte argentina do Parque Nacional do Iguaçu.



Na página oficial que a Unesco dedica ao Patrimônio Mundial está disponibilizada a lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Verifique quais os países que estão atualmente com bens inscritos na relação: observe que não há nenhum bem reconhecido como *patrimônio da humanidade* no Brasil que seja considerado em risco no momento. Confira: <http://whc.UNESCO.org/en/danger/>



Bens que conseguiram sair da relação da Lista de Patrimônio Mundial em Perigo (as datas nos parênteses assinalam o ano de inscrição e de retirada da lista dos monumentos, habitats e sítios ameaçados). Europa: Cattaro, Montenegro (1979-2003); Minas de Sal de Wieliczka, Polônia (1989-1998); Cidade Costeira de Dubrovnik, Croácia (1991-1998); Parque Nacional dos Lagos de Plitvice, Croácia (1992-1997); Reserva Natural de Srebarna, Bulgária (1992-2003); Cidade Romana de Butrint, Albânia (1997-2005); Catedral de Colônia, Alemanha (2004-2006). África: Santuário Nacional de Aves de Djoudj, Senegal (1984-1988 e

2000–2006); Cratera de Ngorongoro, Tanzânia (1984–1989); palácios reais do Abomey, Benin (1985–2007); Cidade Costeira de Tipasa, Argélia (2002–2006). Península Arábica: Forte de Bahla, Oman (1988–2004); cidade de Tombuctu, Mali (1990–2005); Parque Nacional de Ichkeul, Tunísia (1996–2006); Parque Nacional de los Montes Ruwenzori, Uganda (1999–2004). Ásia: Ruínas das Cidades de Angkor, Camboja (1992–2004); Cidade da Victória, Índia (1999–2006); Vale de Katmandu, Nepal (2003–2007). América do Sul: Parque Nacional de Sangay, Equador (1992–2005); Parque Nacional do Iguaçu, Brasil (1999–2001). América Central: Reserva da Biosfera de Río Plátano, Honduras (1996–2007). América do Norte: Parque Nacional Everglades, EUA (1993–2007); Parque Nacional de Yellowstone, EUA (1995–2003).

Brasília: Capital Federal do Brasil

A Capital Federal do Brasil, a cidade de Brasília, foi reconhecida como Patrimônio da Humanidade em 1987 por se enquadrar nos itens (i) e (iv), numa tabela que indica os critérios de seleção: o primeiro (i) identifica o caráter de obra de arte ligada ao gênio criativo do homem; o segundo (iv) indica a excepcionalidade de um tipo de arquitetura, de um conjunto tecnológico ou de uma paisagem que ilustra estágios significativos da história humana.



Visite a página oficial da Unesco (<http://www.worldheritagesite.org/sites/brasilia.html>), clique na coluna da esquerda o *link Reasons for inscription* e, na nova janela, clique no *link criteria* (i) e (iv) para conhecer os critérios de seleção.

Transformada em capital do Brasil em 1960, Brasília foi construída num local completamente desabitado. O plano urbanístico de Lúcio Costa e a arquitetura de Oscar Niemeyer, jovens arquitetos modernistas, materializaram o sonho do presidente Juscelino Kubitschek de, em apenas cinco anos, erigir uma nova capital para o país. Brasília foi escolhida pelo júri como merecedora de ser reconhecida como patrimônio da humanidade por representar um conjunto excepcional de arquitetura e urbanismo modernos, que serviu como grande influência para outros países da América Latina. A decisão causou certa reação internacional, já que nenhuma obra moderna, com autores ainda vivos, havia sido indicada até aquele momento.



Figura 6.4: Esplanada dos Ministérios no Eixo Monumental. Ao fundo, o Congresso Nacional; à direita, a catedral; e ao fundo o lago Paranoá. Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Esplanada_dos_Minist%C3%A9rios%2C_Bras%C3%ADlia_DF_04_2006.jpg

No ano de 2001, a cidade esteve a ponto de ingressar na lista de bens ameaçados, chegando a Unesco a enviar especialistas em urbanismo a Brasília para examinar de perto a situação e decidir se o plano urbanístico da cidade havia sido agredido e se o descaso havia chegado a tal ponto que seria necessário incluir Brasília na lista de patrimônio ameaçado. Entretanto, depois de o governo brasileiro assumir a intenção de responder ao desafio de preservar as características da cidade, que sofrera com alterações estruturais que prejudicaram os conceitos pen-

sados no Plano Piloto da cidade, a cidade foi poupada de ser inscrita na lista de bens mundiais ameaçados. Em 2007, durante as comemorações dos 20 anos de seu tombamento como Patrimônio Cultural da Humanidade, a Capital Federal recebeu do governo a promessa de que as dificuldades enfrentadas – muitos camelôs no centro da cidade, infra-estrutura deficiente, invasões de terra e desrespeito ao gabarito na arquitetura etc. – seriam logo reparadas.

Cidade histórica de Ouro Preto

A cidade de Ouro Preto, reconhecida como Patrimônio da Humanidade em 1980, foi alertada pela Unesco no final do ano de 2002 sobre a possibilidade de ser inscrita na lista de patrimônio mundial em perigo. A visita de um representante do Comitê do Patrimônio Mundial a Ouro Preto naquele ano tinha por objetivo avaliar o estado de preservação da cidade mineira do período colonial. O relatório aconselhou ao governo brasileiro que fossem resolvidos problemas como a ocupação desordenada das encostas, a presença de tráfego pesado nas ruas centenárias, a carência de saneamento e a realização de obras irregulares. Foi aconselhado que compromissos fossem estabelecidos para a reversão do processo de descaracterização e degradação do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade histórica de Ouro Preto. Dois fatos desastrosos reforçaram um certo descaso das autoridades com a cidade histórica: um deles foi a destruição do chafariz da Matriz Nossa Senhora do Pilar, com 300 anos de história; o segundo, o incêndio em março de 2003 que destruiu casarões históricos da cidade.



Figura 6.5: Vista da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, antiga Vila Rica, fundada em 1711 e que foi a primeira cidade brasileira a ser reconhecida como Patrimônio da Humanidade em 1980.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Image:OuroPreto1-CCBYSA.jpg>

A comoção suscitada pela possibilidade de a cidade vir a integrar o rol dos bens mundiais que correm risco e pelas duas ocorrências lamentáveis que citamos anteriormente iria mobilizar a opinião pública e autoridades, que realizaram um seminário para decidir sobre a implementação do Estatuto da Cidade nos sítios urbanos de relevante valor histórico e cultural. Ainda que a cidade tenha escapado de ingressar na lista do patrimônio em perigo, as salvaguardas que deveriam ser implementadas ainda não foram executadas de forma integral.

Os bens escolhidos como patrimônios mundiais desfrutam de grande visibilidade, o que auxilia sua divulgação internacional e, conseqüentemente, sua projeção como atração turística. Pela grande importância que representam nacional e internacionalmente, esses sítios naturais e culturais merecem atenção especial das autoridades às quais estão subordinados. O privilégio de fazer parte desse seleto grupo, entretanto, nem sempre é compreendido, o que pode significar ser inscrito no rol dos patrimônios em perigo. São os seguintes sítios brasileiros considerados como patrimônios da humanidade, conforme consta no portal da Unesco (o ano entre parênteses se refere ao ano em que o bem foi reconhecido como Patrimônio da Humanidade):

Lista dos Patrimônios da Humanidade no Brasil, precedidos pela data de inscrição:

Patrimônios Culturais

- (1980) Cidade Histórica de Ouro Preto (MG)
- (1982) Centro Histórico da Cidade de Olinda (PE)
- (1983) Ruínas Jesuíticas-Guarani, em São Miguel das Missões (RS)
- (1985) Centro Histórico de Salvador (BA)
- (1985) Santuário de Bom Jesus de Congonhas (MG)
- (1987) Cidade de Brasília (DF)
- (1991) Parque Nacional da Serra da Capivara (PI)
- (1997) Centro Histórico de São Luís (MA)
- (1999) Centro Histórico da Cidade de Diamantina (MG)
- (2001) Centro Histórico da Cidade de Goiás (GO)

Patrimônios Naturais

- (1986) Parque Nacional do Iguaçu (PR)
- (1999) Mata Atlântica: Reserva do Sudeste (PR / SP)
- (1999) Reservas de Mata Atlântica da Costa do Descobrimento (BA/ES)
- (2000) Parque Nacional do Jaú (AM)
- (2000) Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (MT/MS)
- (2001) Áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas (GO)
- (2001) Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha (PE) e Atol das Rocas (RN)

Os bens roubados do patrimônio nacional

Os bens brasileiros reconhecidos como patrimônio da humanidade, quando em situação de risco, atraem naturalmente uma atenção maior, devido à visibilidade que lhes é conferida pelos esforços internacionais visando à sua recuperação. Já as ameaças aos inúmeros bens e objetos tombados pelo IPHAN que não integram a lista de patrimônio mundial costumam passar ao largo das atenções.



Figura 6.6: A página oficial do IPHAN disponibiliza os bens procurados do acervo nacional. Confira o filme institucional da Campanha pela Recuperação dos Bens Procurados.

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13738&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>

Esse abandono coletivo em relação a muitos bens nacionais resulta não apenas no descuido com sua preservação, como também em certo consentimento com vandalismos, furtos e roubos, permitindo que se apaguem pouco a pouco os testemunhos artísticos e históricos de nossa memória cultural. Esse tipo de crime silencioso já fez desaparecer diversas peças de um acervo precioso, cujo valor cultural é incalculável, sendo que muitas delas foram enviadas para o exterior. Em todo o país, 898 obras estão desaparecidas, compostas em sua maioria por obras de arte e objetos sacros.

O IPHAN está envolvido desde o final de 2007 numa campanha de conscientização a respeito da perda que significa para o país o desaparecimento desses bens culturais. O instituto está empenhado numa Campanha pela Recuperação de Bens Procurados, realizada por intermédio dos meios de comunicação, que estimulará a população a consultar em sua página oficial o banco de dados com os registros das peças roubadas do patrimônio brasileiro. Dois números de telefones foram disponibilizados para denúncias anônimas: (21) 2262-1971, fax (21) 2524-0482, e endereço eletrônico ou, ainda, no próprio banco de dados *online*.

Essa campanha é parte de um esforço integrado a um conjunto de ações desenvolvidas com o intuito de impedir o tráfico de bens culturais, de localizá-los e recuperá-los, para que possam

ser devolvidos aos locais e/ou às instituições às quais pertenciam – tenham sido eles fruto de extravio, furto ou roubo.

A comercialização de peças roubadas é crime previsto em lei contra o patrimônio nacional. O indivíduo que for flagrado negociando obras de arte ilegalmente pode ser multado e condenado a uma pena de até três anos de reclusão. Em 1997, o IPHAN instituiu o Banco de Dados de Bens Culturais, seguindo sugestão lançada pela Unesco de recuperação e devolução dos bens culturais extraviados a seus locais de origem. Esse esforço luta contra interesses escusos e pela necessidade de uma integração internacional, considerando que o roubo de peças históricas e artísticas ocupa o terceiro lugar entre as atividades criminosas mais rentáveis do mundo – movimentando no ano de 2006 cerca de quatro bilhões de reais – com o Brasil aparecendo como alvo preferencial na América Latina dos que se dedicam ao envio ilegal de bens patrimoniados ao exterior.

A Luta Contra o Tráfico Ilícito de Bens Culturais foi desenvolvida em parceria com a Polícia Federal e a **Interpol** e está de acordo com o Decreto-Lei nº 25, de 1937, que organizava a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e estipulava:

Artigo 16: No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa;

Artigo 21: Os atentados cometidos contra os bens de que trata o Art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937).

No campo internacional, as decisões que resultaram da Convenção sobre Bens Culturais Roubados e Exportados Ilegalmente, que ocorreu em Roma em 1995 e que seria aprovada por Decreto Legislativo em janeiro de 1999, determinava em seu Capítulo I o “retorno de bens culturais deslocados do território

Interpol ■

Maior organização policial internacional, conta com 186 países-membros, entre eles o Brasil. Criada na capital austríaca, Viena, em 1923, a Interpol facilita os trabalhos de investigação de crimes pelo mundo, apoiando os esforços de corporações policiais de diversos países no combate e prevenção ao crime internacional, entre os quais, o roubo de obras de arte que mobiliza quadrilhas internacionais e quantias milionárias. As ações da organização ocorrem dentro dos limites legais que regem cada país e segundo o espírito da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Confira na página oficial da instituição as obras de arte roubadas que estão sendo alvo de busca internacional: <http://www.interpol.int/Public/WorkOfArt/Default.asp>

de um Estado Contratante em violação à sua legislação interna relativa à exportação de bens culturais, com vistas a proteger seu patrimônio cultural” (BRASIL, 1999).

A campanha de conscientização utiliza como recurso o Banco de Dados de Bens Culturais Procurados, atualizado pelo IPHAN e com nova sistematização desde 2005. A intenção é facilitar o acesso à relação do patrimônio extraviado por meio da disponibilização na rede de seus dados e imagens, reunindo bens culturais e objetos arqueológicos tombados que foram roubados. Ao disponibilizar essas informações – que estão interconectadas aos registros das Superintendências Regionais e do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN, da Polícia Federal e da Interpol –, facilitam-se a localização e a recuperação de bens culturais tombados que estão sendo procurados.

O Rio de Janeiro lidera o *ranking* em quantidade de bens roubados tombados pelo IPHAN: um acervo de 539 itens, o que corresponde a mais da metade dos 1.011 bens nacionais que estão desaparecidos. Grande parte dessas peças são obras pertencentes a acervos religiosos de antigas igrejas. A Igreja da Ordem Terceira do Carmo, por exemplo, que recentemente foi restaurada para a comemoração dos 200 Anos da Vinda da Família Real, foi saqueada em 1993, quando a incrível quantidade de 250 peças foram roubadas, incluindo móveis, castiçais, tocheiros, lampadários e pinturas.

Entretanto, museus também estão sendo cada vez mais atacados por ladrões em busca de peças de grande valor. O Museu da Chácara do Céu, em Santa Teresa, teve obras valiosíssimas dos pintores Monet, Matisse e Picasso roubadas no carnaval de 2006, sendo que a instituição já havia sofrido outros ataques, como o de maio de 1989, quando 32 peças e nove telas foram levadas.

A necessidade de ampliar a segurança, o que esbarra na falta de recursos e de pessoal, coloca as instituições culturais numa posição delicada e vulnerável em relação à tarefa de garantir proteção ao acervo que é representativo de nossa memória.



Confira na página oficial do IPHAN o Banco de Dados dos Bens Culturais procurados com as fotos e os dados das obras procuradas por todo o país. Escolha o estado e o município na ficha e veja as peças que estão sendo procuradas e, inclusive, algumas que já foram recuperadas: <https://portal.iphan.gov.br/consultaPublicaBCP/index.jsf>

Conclusão

Garantir uma continuidade na preservação de bens tombados não é tarefa simples, considerando que nem sempre as autoridades responsáveis sensibilizam-se e destinam recursos para recuperar um bem cultural. Mesmo alguns monumentos restaurados voltam a se deteriorar rapidamente por falta de manutenção ou pelo descaso com que a própria população com eles se relaciona. A conscientização da relevância desse patrimônio junto ao público e de sua importância como referência cultural para toda a coletividade é um dos meios mais eficazes de preservá-los. A consciência coletiva de que esses bens são importantes e devem ser protegidos ajuda a formar uma rede de proteção em torno deles.

É difícil imaginar, por exemplo, que alguém ouse pichar a estátua do Cristo Redentor. E mesmo que isso venha a acontecer, a indignação das pessoas diante desse ato de vandalismo resultaria em sua restauração imediata – o que remete àquela expressão: só se protege o que se ama e só se ama o que se conhece. Quanto maior a divulgação das obras desaparecidas, mais difícil será sua comercialização ilegal e maior a chance que sejam recuperadas.

Os sistemas insuficientes de segurança e o número reduzido de pessoal, fatos comuns em sítios históricos e arqueológicos, igrejas históricas e museus, que guardam acervos valiosíssimos do país, facilitam o desaparecimento de bens culturais

inestimáveis. Atualmente, a informatização e a criação de bancos de dados interconectados com instituições internacionais ajudam o reconhecimento de peças extraviadas, muitas já vendidas ilicitamente no exterior. Campanhas de conscientização, como a realizada pelo IPHAN, divulgam esse acervo perdido e estimulam denúncias – que podem ser feitas via internet de qualquer parte do mundo –, auxiliando sua localização.



Atividades Finais

Atendem ao Objetivo 2

1. Esconder o acervo do público seria a melhor maneira de protegê-lo de roubo e outros ataques?
2. Você acredita que a polícia é a única que, com o auxílio de banco de dados, pode localizar e recuperar bens culturais procurados?

Respostas Comentadas

1. O conhecimento e a valorização desse bens culturais de uma cidade fazem com que o público, conscientizado sobre a cobiça que motivam e o risco que correm, assumam uma postura de atenção, reparando qualquer atitude ou fato suspeito em relação a esse acervo. O acervo que não é visto e nem pode ser admirado torna-se desconhecido, o que facilita seu roubo, transporte e receptação.
2. Qualquer pessoa pode acessar o Banco de Dados do IPHAN, cujo endereço eletrônico aparece no Boxe Multimídia anterior, e ajudar com informações via e-mail ou por telefone sobre a localização de obras procuradas que pertencem ao patrimônio cultural brasileiro. A divulgação das peças desaparecidas é um grande trunfo para evitar que sejam vendidas no país e no exterior.

Resumo

A necessidade de recuperar grande parte de bens importantes para a humanidade que haviam sido destruídos após o final da II Guerra Mundial despertou o interesse mundial para um sistema de proteção do patrimônio cultural e natural em todas as regiões do mundo. A partir de 1948, a Unesco passou a subsidiar ações preservacionistas em monumentos que corriam algum tipo de risco, usando para isso fundos internacionais gerados por contribuições feitas pelos países membros. Em 1972, durante a Convenção sobre Patrimônio Mundial, decidiu-se pela proteção tanto do patrimônio cultural quanto do patrimônio natural. Visando à preservação desses bens, o Comitê do Patrimônio Mundial decidiu organizar uma Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, cuja função era chamar atenção da comunidade internacional e do país responsável pelo patrimônio sobre o risco a que ele estava exposto de perder as características originais que o levaram a ser reconhecido como um *patrimônio da humanidade* e que ações poderiam evitar sua deterioração ou perda.

Atualmente, trinta bens constam da lista de patrimônio mundial em perigo, o que inclui sítios paleolíticos, reservas naturais, parques nacionais, cidades arqueológicas e monumentos medievais. Duas dúzias de bens que faziam parte da lista conseguiram se recuperar, sendo retiradas da relação. Um deles foi o Parque Nacional do Iguaçu, no estado do Paraná, que abriga um dos conjuntos de cataratas mais impressionantes do mundo. A Capital Federal, Brasília, e a cidade colonial de Ouro Preto quase foram listadas como bens ameaçados, o que só não ocorreu em decorrência do comprometimento das autoridades responsáveis na resolução dos problemas que as colocavam em risco. No momento nenhum monumento natural ou cultural brasileiro consta da lista de patrimônio em perigo.

O patrimônio nacional tombado corre constante perigo, que inclui o abandono pelas autoridades, o vandalismo do público e o roubo. Tentando enfrentar a grande quantidade de roubo dos bens tombados, o IPHAN lançou em 2007 uma campanha de conscientização sobre a necessidade de evitar o roubo e de recuperar

esse patrimônio desaparecido. Um banco de dados com os registros das peças roubadas do patrimônio nacional está disponível na página oficial do IPHAN, divulgando os bens desaparecidos e estimulando denúncias e pistas de sua localização.

7

O patrimônio cultural e artístico da região Sul do Brasil: Rio Grande do Sul

Meta da aula

Destacar os bens patrimoniais do estado do Rio Grande do Sul e as especificidades da cultura gaúcha, que absorveu influências espanholas e, posteriormente, de imigrantes alemães e italianos, desenvolvendo a partir delas um rico patrimônio cultural.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** reconhecer a diversidade cultural resultante da mescla de povos que fizeram parte da colonização do Rio Grande do Sul e como isso se refletiu na produção material da região;
- 2** identificar dentro da cultura gaúcha um bem imaterial de grande importância cultural e que reúna todas as qualidades para ser reconhecido como um patrimônio imaterial do Brasil, bem como em qual dos Livros de Registro seria mais adequado inscrevê-lo.

Pré-requisitos

Esta aula necessita de conhecimento prévio do conteúdo da Aula 2, sobre Patrimônio Material e o tombamento em diferentes tipos de Livros de Tombo.

Introdução

O estado do Rio Grande do Sul é um dos grandes destinos turísticos do Brasil, servindo como pólo de atração pela grande diversidade cultural e pelas paisagens deslumbrantes. Uma das 27 unidades federativas do Brasil, o estado é o mais meridional do país, fazendo fronteira ao sul com o Uruguai, ao norte com o estado de Santa Catarina e a oeste com a Argentina, banhando-se a leste pelo Oceano Atlântico. O clima subtropical que domina toda a região Sul, com temperaturas médias variando aproximadamente entre 14°C a 21°C, garante ao Rio Grande do Sul um clima ameno no verão e, por vezes, bem frio no inverno, com os termômetros chegando abaixo de zero grau, geadas freqüentes e, mesmo, alguma precipitação de neve nas áreas de maiores altitudes. No entanto, os fatores climáticos não são os únicos a fazerem da região um destino concorrido para turistas estrangeiros e nacionais que desejem usufruir clima e paisagens semelhantes às européias.

O Rio Grande do Sul possui um patrimônio cultural – natural, material e imaterial – bastante característico. Além do extenso litoral do estado, com belas praias como as de Capão da Canoa, de Tramandaí e de Torres, e suas incríveis falésias, a região das Serras Gaúchas atrai um imenso número de turistas durante todo o ano. Formado, em sua grande parte, por planícies, o estado possui 70% de sua extensão em altitudes inferiores a 300 metros.

A região da Serra Gaúcha, cuja altitude ultrapassa os 900 metros, representa apenas 1,67% do território, sendo, entretanto, um grande pólo turístico exatamente pela diversidade cultural. Na Serra Gaúcha atuam diferentes influências: uma delas une influências indígena, portuguesa e espanhola –, onde se localiza a cidade de São José dos Ausentes, que abriga o ponto mais elevado do estado, o Pico do Monte Negro, com 1.410 metros de altitude. Em outra região das serras predomina a cultura alemã, que se desenvolveu com os imigrantes que ali se instalaram a partir da primeira metade do século XIX. Conhecida como Região das Hortênsias, essa parte das serras abriga os municípios de Gramado e Canela, importante destinação turística do país, devido ao charme de suas construções

de origem germânica **enxaimel**, aos costumes e culinária de influência européia, como o café colonial. O centro da cidade de Gramado tornou-se cenário perfeito para os festivais natalinos, que já se tornaram tradição local; já a cidade de Canela apresenta atrativos naturais exuberantes, como a Cascata do Caracol, no Parque Estadual do Caracol, com uma queda livre de 131 metros.



Figura 7.1: Exemplar de arquitetura de enxaimel, de influência alemã, no município de Nova Petrópolis.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Novapetr%C3%B3polis.jpg>

Uma outra região das Serras Gaúchas se destaca pela forte influência italiana, notadamente da região do Vêneto, ao norte da Itália, de onde provém grande parte dos imigrantes, que começaram a se instalar nas terras altas gaúchas a partir de 1875. O desenvolvimento da **viticultura** e da **vinicultura**, uma das heranças da colonização italiana, cobriu de parreirais as montanhas da Rota do Vale dos Vinhedos, que inclui as cidades de Bento Gonçalves e Garibaldi.

Enxaimel

Nome que é dado a uma técnica de construção que utiliza uma estrutura armada com ripas de madeira que se encaixam nas posições vertical, horizontal e diagonal, formando espaços que são preenchidos com pedras ou tijolos de argila. Esse tipo de arquitetura de caráter bucólico e robusto é normalmente ligado à cultura alemã, ainda que sua origem não esteja vinculada exclusivamente a determinado país europeu. Há indícios de que a técnica já era usada na Península Itálica no século VI a.C.

Viticultura e vinicultura

O vinho é produzido há mais de seis milênios, tendo se disseminado na Antigüidade Clássica por diversos países como Grécia, Itália, França e a Península Ibérica. A viticultura é o conjunto de técnicas e processos envolvidos no cultivo de uvas, que pode ser tanto para o consumo da fruta *in natura*, para a produção de passas ou para a vinificação. A vinicultura é o conjunto de conhecimentos, técnicas e processos necessários à elaboração do vinho.



Figura 7.2: Vinícola na Rota do Vale dos Vinhedos, região colonizada por imigrantes italianos e que produz os melhores vinhos do país.

Fonte: <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/>

A importância da grande diversidade cultural do estado do Rio Grande do Sul foi reconhecida em 1983 pela Unesco, que incluiu as ruínas do aldeamento jesuítico – datado dos séculos XVII e XVIII, localizado no município de São Miguel das Missões – na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade.

O Patrimônio Histórico e Cultural do Rio Grande do Sul

RIO GRANDE DO SUL (RS)

Capital: Porto Alegre

Região: Sul

Municípios: 496

Gentílico: sul-rio-grandense ou gaúcho

Área: 281.748,538 km²

População: 10.978.587 (estimativa de 2006)



Sinto uma dor infinita
das ruas de Porto Alegre
onde jamais passarei...

há tanta esquina esquisita,
tanta nuance de paredes,
há tanta moça bonita
nas ruas que não andei
(e há uma rua encantada
que nem em sonhos sonhei...)

Mario Quintana, 1906-1994

O Rio Grande do Sul caracteriza-se, assim, por uma mescla da cultura dos diferentes povos que o colonizaram, incluindo portugueses, espanhóis, italianos, africanos e alemães. Todas essas influências, em maior ou menor grau, ao longo de seu território, ajudaram a estruturar um patrimônio material de grande riqueza, composto pela beleza singular de sua arquitetura, monumentos e objetos artísticos e populares, que materializaram a hibridação entre a erudição europeia e a espontaneidade criativa dos habitantes locais.

O patrimônio imaterial gaúcho, também bastante diversificado, reúne manifestações regionais, sob forma de música, danças, culinária, folclore e todo um imaginário popular que reflete muito claramente o espírito das tradições gaúchas. Impossível pensar no Rio Grande do Sul sem que nos venha a imagem de um gaúcho de bombachas e poncho, segurando seu chimarrão junto à fogueira da churrasqueira, ou de jovens prendas em seus vestidos rodados enfeitados com rendas e fitas dançando uma rancheira. Um universo riquíssimo que mescla bens materiais, naturais e imateriais, compondo o vasto panorama do patrimônio gaúcho.

Um bem gaúcho como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade

O estado do Rio Grande do Sul pode orgulhar-se de possuir em seu território um bem que está relacionado pela Unesco como Patrimônio Mundial – as Ruínas de São Miguel das Missões. Fazer parte da seleta lista de World Heritage (Patrimônio Mundial) representa um privilégio, mas também um compromisso que deve ser assumido pelo estado no sentido de preservar esse patrimônio de excepcional importância cultural, reconhecido mundialmente por sua grande relevância para a humanidade.

Ruínas de São Miguel das Missões

O local conhecido como *Região das Missões*, localizado a noroeste do Rio Grande do Sul, recebe um grande fluxo de turistas brasileiros e estrangeiros, fazendo parte do roteiro interna-

cional *Iguaçu-Missões*. Nessa região encontra-se o *Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo*, um conjunto de ruínas remanescentes das missões jesuíticas guaranis de São Miguel Arcanjo, que se localiza no município de São Miguel das Missões. A Igreja de São Miguel Arcanjo, erguida entre 1735 e 1745, sob a responsabilidade do arquiteto italiano João Batista Primolli, é considerada a construção mais bem preservada do conjunto de ruínas missioneiras, tendo recebido recentemente reforço estrutural para que fosse corrigida a inclinação que ameaçava a fachada e a torre sineira. A construção aproxima-se da estética maneirista, inspirada na Igreja de Gesù (Jesus), construída em Roma pelo arquiteto Vignola para ser o primeiro templo da Companhia de Jesus e que se tornaria modelo para as primeiras construções jesuíticas.



Figura 7.3: Ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo (1745), remanescente das missões jesuíticas no município gaúcho de São Miguel das Missões e inscritas na lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural pela Unesco em 5/12/1983.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Missoes.jpg>



Nave

Termo arquitetônico com origem do grego *naos*, em referência ao espaço que corresponde à ala central de uma igreja ou catedral. Na figura ao lado, uma vista interior das ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões, mostrando a nave central, que é ladeada por outras naves mais estreitas.

A igreja possuía três **naves** com altares trabalhados a ouro e decorados com imagens de santos, esculpidas em pedra e madeira, em grande parte, pelos próprios indígenas guaranis que, catequizados pelos jesuítas, eram educados dentro de uma perspectiva européia. Essas imagens sacras foram criadas no decorrer dos séculos XVII e XVIII nas oficinas de arte mantidas nos acampamentos jesuítas, que orientavam os artesãos indígenas

dentro da estética europeia barroca. As obras missioneiras são muito admiradas pelo caráter menos subordinado aos ditames artísticos europeus e que, mesmo demonstrando inegável influência europeia, apresenta uma índole barroca ingênuo.



Figura 7.4: Imagens sacras feitas pelos guaranis sob a orientação dos jesuítas de São Miguel das Missões, que agora fazem parte do acervo do Museu das Missões, Lúcio Costa.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Ruinas-saomiguel8.jpg>

A criação, em 1940, do Museu das Missões pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN, resultou da viagem realizada pelo arquiteto Lúcio Costa, em 1937, ao sítio dos *Sete Povos das Missões no Rio Grande do Sul*, de onde voltou com uma proposta de construir um museu para abrigar a estatuária missioneira que estava dispersa na região e para preservar as ruínas de São Miguel, que foram tombadas pelo Patrimônio Nacional em 1938.



Sete Povos das Missões é como são conhecidas as sete missões (ou *reduções* como preferiam os espanhóis) criadas pelos jesuítas espanhóis a partir de 1682, no Rio Grande do Sul, na tentativa de impedir o avanço português na região: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel, São João Baptista, São Lourenço Mártir e Santo Ângelo Custódio. As missões jesuítas consistiam numa espécie de acampamento organizado no feitiço de uma pequena cidade, na qual os índios guaranis eram treinados e educados dentro da visão de mundo católico-européia.

Patrimônio Material do Rio Grande do Sul tombado pelo IPHAN

Como vimos na Aula 2, o conjunto dos bens materiais tombados pelo IPHAN compõe-se de bens culturais, divididos em bens imóveis e bens móveis, que são inscritos, segundo suas especificidades, em quatro diferentes tipos de Livros de Tombo. O estado do Rio Grande do Sul conta atualmente com vinte quatro bens inscritos no *Livro Histórico*, três bens no *Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* e dezoito no *Livro das Belas Artes*. Até o momento, o estado não possui bens inscritos no *Livro das Artes Aplicadas*.

Ponte do Imperador

Entre os bens imóveis tombados no *Livro Histórico* encontra-se a Ponte do Imperador. Construída em 1855 no município de Ivoti, a ponte em pedra com três arcos de estilo romano liga as duas margens cortadas pelo arroio Feitoria, pequeno curso d'água que corta a cidade. O nome da ponte foi uma homenagem a D. Pedro II, que destinou recursos do Império para sua execução.



Figura 7.5: Ponte do Imperador sobre o arroio Feitoria, no município de Ivoti, ponto de visitação turística da cidade: tombada pelo IPHAN como patrimônio nacional em 1988.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/thesapox/page7/>



Atividade

Atende ao Objetivo 1

A colonização do Rio Grande do Sul desenvolveu-se a partir de uma diversidade de influências, o que resultou numa grande variedade cultural. Explique a diferença cultural e o reflexo no patrimônio cultural dessas influências em duas regiões gaúchas: Sete Povos das Missões e Região das Hortênsias.

Resposta Comentada

A região dos Sete Povos das Missões – São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel, São João Baptista, São Lourenço Mártir e Santo Ângelo Custódio – foi criada pelos jesuítas espanhóis a partir de 1682. Nas missões, os índios guaranis eram treinados e educados dentro da visão de mundo católico-européia, participando

da execução de obras arquitetônicas e de imaginária barroca (imagens em barro cozido ou esculpidas em pedra ou madeira para culto religioso), o que acabou por conferir certa índole indígena ingênua a obras barrocas inspiradas na arte erudita da Península Ibérica. Na Região das Hortênsias, na Serra Gaúcha, a colonização alemã que ali se desenvolveu a partir da primeira metade do século XIX trouxe o ar bucólico das construções enxaimel, enquanto na Rota do Vale dos Vinhedos, os italianos erguiam casarões de madeira.



Bento Gonçalves

O militar e político Bento Gonçalves da Silva (1788-1847) era natural de Triunfo, tendo se destacado como um dos líderes da Revolução Farroupilha (1835-1845): a Guerra dos Farrapos. O movimento lutou pela independência do Rio Grande do Sul, então uma província do Império, que desejava separar-se do Brasil. Bento Gonçalves chegou a ser presidente da República Rio-Grandense, proclamada pelos farrapos em 1836. O fim da tentativa de separação e da criação da República Rio-Grandense ocorreu com a assinatura da Paz de Poncho Verde em 1845. O retrato de Bento Gonçalves da Silva (um óleo sobre tela do século XIX de autor desconhecido) pertence ao Museu Júlio de Castilhos, de Porto Alegre.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Museu_Julio10.jpg

O primeiro bem reconhecido como patrimônio nacional pelo IPHAN no estado:

Na cidade de Bom Jesus do Triunfo, fundada por colonos portugueses da região dos Açores, está localizada a casa onde nasceu **Bento Gonçalves** e que desde 1754 pertencia a seu avô. A construção, que fica na Praça Bento Gonçalves nº 49, possui feições simples e rígidas, com predomínio de linhas retas, típicas da arquitetura portuguesa dos tempos coloniais. Possui corredor central que se abre numa porta ladeada por janelas com telhado em telhas de cerâmica. A antiga residência, que atualmente funciona como sede do Museu Municipal Bento Gonçalves, está tombada pelo IPHAN desde 1940.



Figura 7.6: Casa onde nasceu Bento Gonçalves, datada de 1754, tombada pelo IPHAN em 1940. Atualmente, funciona no local o Museu Municipal Bento Gonçalves.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Triunfo-04.jpg>

O último conjunto de bens inscritos como patrimônio nacional gaúcho pelo IPHAN

Conjunto Arquitetônico da Praça da Matriz

No centro histórico de Porto Alegre, junto ao cais, encontra-se um conjunto arquitetônico de grande diversidade, com destaque para a Praça da Matriz, na parte mais elevada da cidade, em torno da qual se distribuem o Palácio Piratini, do Poder Executivo, o Palácio Farroupilha, do Poder Legislativo e, ainda, a Catedral Metropolitana. Já na parte baixa, localiza-se a Praça da Alfândega, com a arquitetura e o urbanismo datados do final do século XIX e início do XX. A união de sua importância histórica com a relevância de suas características arquitetônicas foram determinantes para o tombamento desses sítios de Porto Alegre em 2003, conforme informa a ficha do Arquivo Noronha Santos (ver Boxe Multimídia da Aula 2). Depois desse reconhecimento pelo IPHAN, foi instaurado o Monumenta Porto Alegre (ver detalhes sobre o programa *Monumenta* na Aula 3), com projetos de educação patrimonial e de desenvolvimento de competências em profissionais que irão interagir com os bens materiais e imateriais da região.



Figura 7.7: Praça da Matriz com os prédios do Teatro São Pedro e do Tribunal do Júri.

Fonte: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/viewArticle/2983/2035#capitulo4topo>

Um patrimônio que vale por dois: a Casa Presser, município de Novo Hamburgo

Museu Casa Schmitt-Presser

A edificação localizada na Avenida Daltro Filho, nº929, é um exemplar típico da arquitetura rural gaúcha, em estilo enxaimel, técnica construtiva comumente usada pelos colonizadores de origem alemã. Localizada em Novo Hamburgo, no Vale dos Sinos, o prédio foi construído por Luiz Kersting e comprado em 1830 pelo comerciante alemão João Pedro Schmitt, tornando-se importante ponto comercial da região. A venda fechava aos sábados para que ali fossem realizados bailes e outras comemorações. Posteriormente, a construção foi herdada pela família Presser, motivo por que é conhecida como *Casa Schmitt-Presser*. Atualmente abriga o *Museu Casa Schmitt-Presser*. A construção foi tombada pelo IPHAN no Livro de Belas-Artes em 1985 (Inscrição 573) e no Livro Histórico em 1986 (Inscrição 510).



Figura 7.8: Museu Casa Schmitt-Presser, que reúne peças ligadas à imigração alemã, um dos mais antigos prédios de enxaimel existentes. Restaurada em 1990 e aberta como museu em 1992.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/thesapox/431058916/in/set-72057594124465383/>

*Uma instituição estadual para tombamento dos bens gaúchos:
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE)*

A preocupação estadual com a defesa do patrimônio arquitetônico e cultural do Rio Grande do Sul, assim como com estudos sobre o folclore regional, levou à criação, em 1954, da Divisão de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria da Educação do Estado com o objetivo de estruturar uma política de preservação do patrimônio estadual.

Atualmente renomeada como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), a instituição determina não apenas ações de tombamento, como também orienta os processos de intervenção em áreas históricas e de relevância cultural para o Rio Grande do Sul, mantendo parcerias com municípios, com o IPHAN e com associações civis, visando auxiliar no processo de levantamento, tombamento e preservação de bens importantes para o estado. Hoje, o IPHAE possui 98 bens tombados na esfera estadual, distribuídos por 30 municípios gaúchos.



Para saber mais a respeito de bens tombados pelo IPHAE, acesse a página oficial do Instituto.
<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1>

De acordo com o *Mapa de Localização dos Municípios com Bens Tombados*, disponível na página oficial do IPHAE, o Rio Grande do Sul possui atualmente 98 bens tombados pela esfera estadual, distribuídos por 30 municípios, com destaque para a capital, Porto Alegre, com 21 bens patrimoniados, e a cidade de Piratini, com 15. O município foi nomeado como Capão Grande do Piratini pelos imigrantes açorianos que, em 1789, deram início à colonização do local. Em 1835, durante a Revolução Farroupilha, a cidade foi transformada em capital da nova República Rio

Grandense, condição que fez de sua arquitetura e monumentos testemunhos históricos e culturais importantes para o estado.

A Casa de Camarinha

Um exemplo é a Casa de Camarinha, que consta como a primeira residência de Piratini, construída em 1789, de propriedade do português Antônio José Vieira Guimarães – o pequeno sobrado que forma o segundo andar é do início do século XX. Com estrutura em alvenaria e cobertura em telha canal, a construção é típica da arquitetura chã portuguesa, sendo considerada uma das mais relevantes do centro histórico da cidade.



Figura 7.9: Casa de Camarinha, residência do primeiro morador de Piratini, Antônio José Vieira Guimarães, construída em 1789. Tombada pelo Patrimônio do Estado e sob a proteção do poder municipal.

Fonte: Arquivo IPHAE <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15216>

O Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul

Como foi visto na Aula 4, o Patrimônio Cultural Imaterial é representado por práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que são reconhecidas pela comunidade como parte importante de seu patrimônio cultural. Ainda que não haja, no momento, nenhum *bem imaterial* gaúcho sob tombamento federal – inscrito nos Livros de Tombo do IPHAN –, já existe o desejo

de que seja reconhecido o chimarrão – a bebida mais tradicional dos gaúchos – como patrimônio imaterial do Brasil. Os pesquisadores já começaram as pesquisas a respeito do hábito e do modo de preparar a erva-mate, o que já faz parte da cultura regional, havendo inclusive a Festa Nacional do Chimarrão (Fenachim), na cidade de Venâncio Aires, no Vale do Rio Pardo.

O hábito do chimarrão não envolve apenas uma bebida regional, mas por trás dessa tradição estão agregados valores como o sentido de hospitalidade e identidade do gaúcho.



Chimarrão ou mate

Beber chimarrão é uma herança das culturas autóctones da América do Sul, o que incluía os índios guaranis, e que hoje faz parte da tradição dos estados da região sul, sendo comum também em parte da região centro-oeste do Brasil e países como Uruguai, Paraguai e Argentina. O chimarrão tornou-se muito característico da cultura gaúcha, sendo composto por uma cuia e uma bomba – canudo de prata por onde se sorve a erva-mate misturada à água quente.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Calabaza2.jpg>.



O governo do Rio Grande do Sul, por meio da Lei nº 12.372, de 2005, reconheceu as *Danças Tradicionais Gaúchas e respectivas Músicas e Letras* como parte do patrimônio imaterial do estado. Essas danças, nas quais casais executam coreografias acompanhadas por cantos, foram trazidas pelos colonizadores portugueses e espanhóis, mantendo-se vivas na cultura gaúcha até os dias atuais. A lei discrimina como danças tradicionais:

o Anu, o Balaio, a Cana Verde, o Caranguejo, o Chico Sapateado ou Chiquinho, a Chimarrita, a Chimarrita Balão, o Chote Carrei-rinho, o Chote de Sete Voltas, o Chote de Duas Damas, o Chote de Quatro Passi, o Chote Inglês, a Havaneira Marcada, o Maçanico, a Meia Canha (polca de relação), o Pau de Fitas, o Pezinho, a Queromana, a Rancheira de Car-

reirinha, o Rilo, a Roseira, o Sarrabalho, o Tatu, o Tatu de Volta no Meio e a Tirana do Lenço (Art. 1º, Lei 12.372, de 15 de novembro de 2005, Governo do Estado do Rio Grande do Sul).



Para assistir a vídeos que mostram conjuntos típicos dançando algumas delas basta acessar:
<http://www.youtube.com/watch?v=xifkuOdvIJY&feature=related>

Museus do Rio Grande do Sul

Os museus, como instituições que preservam, pesquisam e divulgam o patrimônio material e imaterial, possuem um papel definidor na conscientização sobre a importância de se preservar os bens culturais de regiões e comunidades. O Icomos, com o objetivo de garantir a conservação e a disponibilização à comunidade internacional dos monumentos e sítios de importância cultural, definiu na Carta de Turismo Cultural de 1976 como turismo cultural a possibilidade de conhecer e apreciar monumentos e sítios histórico-artísticos. A Carta destaca os efeitos positivos que esse tipo de turismo representa aos bens preservados, considerando que a atividade contribui para a manutenção e proteção desse patrimônio:

Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios socioculturais e econômicos que comporta para toda a população implicada (PRIMO, 1999).

Dessa forma, a integração entre a cultura material e imaterial e o turismo coopera para uma visão positiva do espaço, auxiliando a comunidade local a perceber a importância da preservação desses bens. Alguns museus, por meio de ações educativas junto à população e a governos locais, criam condições para que o patrimônio seja preservado. Os museus tornam-se, assim, ins-

trumentos fundamentais dentro do contexto do turismo cultural por sua capacidade de revelar, de forma didática e emocional, as características e as especificidades do patrimônio material ou imaterial de uma sociedade e de promover uma integração entre patrimônio preservado e apreciação turística, colaborando para o desenvolvimento de um turismo de forma sustentável.

O Rio Grande do Sul, ciente da importância dessas instituições, mantém um Sistema Estadual de Museus (SEM/RS), ligado à Secretaria da Cultura do Governo, com o objetivo de sistematizar e implementar políticas de incentivo e integração entre os museus regionais.



Você pode saber mais sobre os museus gaúchos acessando a página (http://www.riogrande.com.br/museus-b571_0-en.html), na qual estão listados com *links* os 244 museus gaúchos por município.

Conclusão

O Rio Grande do Sul possui patrimônios culturais material e imaterial bem característicos e que são frutos da diversidade de influências trazidas, num primeiro momento, por colonizadores portugueses e espanhóis, que se mesclaram à cultura indígena, em especial à guarani, e, posteriormente, por alemães e italianos, que imigraram a partir da primeira metade do século XIX. Essas influências distribuídas pelo território gaúcho ajudaram a moldar o patrimônio material do estado com grande riqueza, seja por meio das características peculiares de sua arquitetura e monumentos – que contam um pouco sobre o caráter singular da colonização do estado –, seja pela produção artística, que mesclou a estética erudita européia à espontaneidade ingênua dos guaranis.

Também bastante variado, o patrimônio imaterial gaúcho apresenta diferenças regionais, dentro das quais danças, música, culinária, folclore e todo um imaginário popular, dependendo da

b. O churrasco gaúcho poderia também ser considerado um bem imaterial, cuja importância extrapolou as fronteiras da região sul, tornando-se parte dos hábitos culinários de grande parte do país. Tanto o chimarrão quanto o churrasco, se realmente fossem reconhecidos como patrimônio imaterial, deveriam inscrever-se no Livro de Registro dos Saberes, destinado aos conhecimentos, técnicas e modos de fazer tradicionais no cotidiano das comunidades, onde já se encontram registrados: o Ofício das Panelas de Goiabeiras, o Modo de Fazer Viola-de-Cocho e o Ofício das Baianas de Acarajé.

Resumo

O patrimônio cultural do Rio Grande do Sul é bastante característico e variado. A região da Serra Gaúcha, ainda que represente apenas 1,67% do território, transformou-se num grande pólo turístico, exatamente por seu caráter cultural diversificado e clima agradável. A convivência de diferentes influências numa região pouco extensa colocou o espírito gaúcho dos pampas – com suas influências indígena, portuguesa e espanhola – ao lado das referências trazidas pelos imigrantes europeus. O desenvolvimento da viticultura e da vinicultura pela colonização italiana conferiu uma personalidade singular à região montanhosa da Rota do Vale dos Vinhedos. O Rio Grande do Sul teve a riqueza de seu patrimônio reconhecida em 1983, quando a Unesco incluiu na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade as ruínas das Missões jesuíticas de São Miguel das Missões. O estado do Rio Grande do Sul possui diversos bens tombados nacionalmente pelo IPHAN: vinte quatro inscritos no *Livro Histórico*, três no *Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* e dezoito no *Livro das Belas-Artes*.

8

O patrimônio cultural e artístico da região Sul do Brasil: Santa Catarina e Paraná

Meta da aula

Apresentar os bens culturais dos estados do Paraná e Santa Catarina, destacando as características principais dos patrimônios natural, material e imaterial de cada uma dessas duas unidades da federação, que foram sendo gerados a partir da absorção de influências de diversas etnias que participaram do desenvolvimento da região Sul.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** conhecer a diversidade cultural do estado de Santa Catarina e o papel decisivo que seu território representou na configuração geopolítica e na preservação do poder português no sul do Brasil;
- 2** identificar dentro da cultura paranaense um bem preservado que consiga preencher as qualificações específicas que permitam que ele seja enquadrado dentro dos três conceitos: como patrimônio natural, material e imaterial, sendo de grande significado para o caráter cultural paranaense;
- 3** entender as relações entre os patrimônios natural e cultural dos estados de Paraná e Santa Catarina.

Introdução

Essa aula irá abordar o patrimônio cultural dos dois outros estados que formam, juntamente com o estado do Rio Grande do Sul – assunto da aula anterior –, a região Sul do Brasil: Santa Catarina e Paraná.

O estado de Santa Catarina fica na região Sul do Brasil, fazendo fronteira a Oeste com a Argentina, ao Norte, com Paraná, ao Sul, com o Rio Grande do Sul e, a Leste, com o Oceano Atlântico. O clima subtropical úmido apresenta grandes diferenças regionais, assim como o relevo, que reúne algumas das terras mais elevadas do país. Mais da metade do território catarinense encontra-se acima dos 600 metros, resultando num clima ameno no verão e bastante frio no inverno. Já na costa oceânica, com 450 km de extensão, ao longo da qual se estendem belas praias, o relevo se mantém abaixo de 200 metros de altitude e o verão é bem mais quente.

A ocupação do território de Santa Catarina teve início com a colonização portuguesa e com a vinda de expedições espanholas. A partir da segunda metade do século XIX, entretanto, a vinda de imigrantes alemães, italianos e poloneses colaborou para diversificar o caráter cultural catarinense. O variado panorama do patrimônio cultural de Santa Catarina envolve dezenas de conjuntos históricos preservados, incluindo arquitetura de influência portuguesa, como algumas igrejas do período colonial no litoral, casas em estilo enxaimel, construídas pelos imigrantes alemães e casarões em madeira, típicos da colonização italiana. O patrimônio catarinense reúne, além desses bens materiais, tradições, hábitos e costumes trazidos por colonizadores e imigrantes, formando um rico legado imaterial, do qual fazem parte os *Roteiros Nacionais de Imigração*, iniciativa do IPHAN/MinC, que tem como objetivo valorizar a memória das diversas culturas que participaram da formação da identidade brasileira.

Além do clima subtropical, com verões quentes e frios invernos, o estado do Paraná comunga com Santa Catarina a tentativa de domínio pelos espanhóis, a colonização portuguesa e as levadas migratórias. No século XIX, imigrantes alemães e poloneses estabeleceram-se na região fundando colônias que reproduziam o estilo de vida europeu. A partir da primeira década do século seguinte, seriam os holandeses que se estabeleceriam em território paranaense, destacando-se pelo desenvolvimento da pecuária leiteira e pela industrialização de laticínios. Após a primeira guerra mundial, chegariam os imigrantes japoneses, seguidos pelos árabes, búlgaros, chineses e coreanos, ajudando a ampliar as contribuições culturais do Paraná.

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, surgiu uma grande demanda por animais de carga na região mineira, que seria atendida pelos criadores de **muares** da região Sul do Brasil ao longo dos séculos XVIII e XIX. Em 1731, foi aberta uma estrada que ligava os municípios de Viamão, no Rio Grande do Sul – hoje situado na grande Porto Alegre – ao de Sorocaba, em São Paulo, caminho pelo qual os muares eram transportados para abastecer a região mineira. Começava o Ciclo das Tropas, um período de grande importância para o desenvolvimento do estado do Paraná.

O Paraná possui um grande número de parques nacionais, um patrimônio natural que tem como destaque o Parque Nacional do Iguaçu, reconhecido pela Unesco como Patrimônio da Humanidade. A Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, construída há mais de cem anos, atravessa uma parte dessa grande riqueza ambiental, atravessando precipícios na Serra do Mar, descortinando paisagens deslumbrantes.

Santa Catarina e Paraná dividem, assim, aspectos culturais e naturais semelhantes, com forte participação de imigrantes europeus e ecossistemas associados, nos quais se destacam as matas de araucárias (*araucaria angustifolia*), árvore conhecida como *pinheiro-do-paraná* ou *pinheiro-brasileiro*, uma vegetação típica dos estados do Sul do Brasil e símbolo do estado do Paraná.

Muares

Do cruzamento entre um jumento (*Equus asinus*) e uma égua (*Equus caballus*) resulta uma mula, caso a cria seja fêmea, ou um mu ou mular, caso seja macho. Quando, no entanto, a união é entre um cavalo e uma jumenta, a cria é o bardoto (macho) ou bardota (fêmea), geralmente conhecidos como bestas, sendo estêreis em consequência da diferença entre o número de cromossomos das duas espécies que geraram a cria híbrida.



Figura 8.1: A araucária é um gênero de árvore conífera que pertence à família *Araucariaceae*. Há 19 espécies, distribuídas pela Oceania, Austrália, Nova Guiné, Argentina, Chile e Brasil, onde são conhecidas como pinheiro-do-paraná ou pinheiro-brasileiro.

O Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina

<p>SANTA CATARINA (SC) Capital: Florianópolis Região: Sul Municípios: 293 Gentílico: catarinense ou barriga-verde Área: 95.346,181 km² População: 5.866.568 habitantes</p>	
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Como consequência do comércio de gado que era feito entre os estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo foram surgindo, no decorrer do século XVIII, algumas comunidades nos locais de parada para repouso ao longo desse grande trajeto. O governo português, considerando estratégico ampliar a ocupação da região Sul, decidiu recorrer à imigração açoriana: em meados do século XVIII, aproximadamente 5.000 açorianos chegaram ao sul do país, a maior parte deles estabelecendo-se em Santa Catarina.

A região catarinense fronteira ao estado do Rio Grande do Sul teve participação ativa na Revolução Farroupilha, em especial a cidade de Laguna, que foi ocupada pelos revolucionários que estabeleceram ali, em 1839, a República Juliana. Nessa época, surge a heroína Ana de Jesus Ribeiro, conhecida como Anita Garibaldi que, ao lado de Giuseppe Garibaldi, lutou junto aos revolucionários. Em 1845, o movimento foi dominado e D. Pedro II chegou a visitar Laguna para marcar a presença oficial em território pacificado.

Por volta do ano de 1870, a província de Santa Catarina reunia cerca de 160.000 habitantes em seus vinte municípios – população que alcançaria a casa dos 200.000 por ocasião da República. No decorrer do século XIX, imigrantes alemães e italianos iriam acorrer à região, atraídos pelas características do clima e por novas perspectivas de vida. Alguns iriam miscigenar-se às comunidades locais; a maioria, entretanto, iria constituir colônias que reproduziam as condições materiais e culturais originais da Europa. Alguns colonos reunidos pelo farmacêutico alemão Hermann Blumenau estabeleceram-se às margens do rio Itajaí-Açu, formando núcleos de produção têxtil que, 20 anos depois, contavam com 6.000 pessoas.

A capital do Estado é a cidade de Florianópolis, antiga *Nossa Senhora do Desterro* – nome dado em honra à padroeira da região, mas que, em 1894, foi alterado para Florianópolis como homenagem ao então presidente da República, Floriano Peixoto. A Ilha de Santa Catarina, onde fica a capital Florianópolis, devido à sua localização estratégica, desempenhou papel decisivo na conquista do poder da região Sul do Brasil.

Patrimônio Material Barriga-Verde

O estado de Santa Catarina possui, atualmente, 33 bens tombados pelo IPHAN: 9, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 16, no Livro Histórico; e 8, no Livro de Belas Artes, não havendo nenhum bem tombado no Livro de Artes Aplicadas.

Desse total, 16 bens localizam-se na capital Florianópolis, entre os quais destacam-se diversas fortalezas construídas pelos portugueses para a proteção do litoral da região, alvo freqüente de tentativas de ocupação pelos espanhóis.



Ainda que não haja documentação histórica a respeito, o consenso sobre a origem do gentílico *barriga-verde* o relaciona com a larga faixa verde do fardamento usada na cintura pelos soldados do regimento de infantaria da ilha de Santa Catarina, que era baseado em Florianópolis, e que passou a nomear os que nasciam no estado de Santa Catarina.

Em grande parte das cidades do litoral do Estado são encontrados testemunhos arquitetônicos, como o casario português típico da região dos Açores, Portugal, e algumas antigas igrejas. Os conjuntos das cidades históricas de São Francisco do Sul, em Florianópolis, e de Laguna ainda mantêm construções originais, que utilizavam uma mistura de argamassa, óleo de baleia e conchas marinhas.

Florianópolis abriga cerca de 600 imóveis preservados, com especial atenção para algumas igrejas que são consideradas bens históricos desde 1975. O Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do município de Florianópolis – SEPHAN reconhece, entretanto, que muitos imóveis, que começaram o processo de tombamento em 1986, estão abandonados. Entre as instituições culturais de grande relevância para Santa Catarina destaca-se o Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC, fundado em 1978 e dedicado à história política do Estado, que está instalado no Palácio Cruz e Sousa. O prédio, que homenageia o poeta catarinense Cruz e Sousa, é um casarão do século XVIII, que apresenta uma arquitetura suntuosa de inspiração barroca. Em janeiro de 1984, o Palácio foi tombado pelo estado de Santa Catarina e restaurado, constituindo-se atualmente em marco principal do centro histórico da capital.



João da Cruz e Sousa (1861–1898) nasceu em Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis. Filho de negros alforriados, o poeta negro catarinense teve educação esmerada proporcionada por seu ex-senhor. Versado em francês, grego e latim, Cruz e Sousa ficaria conhecido como *Dante Negro*, sendo reconhecido como precursor do simbolismo poético no Brasil. Membro da Academia Catarinense de Letras, seus poemas marcam-se por musicalidade e individualismo.

Fonte:http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Cruz_e_Sousa.jpg

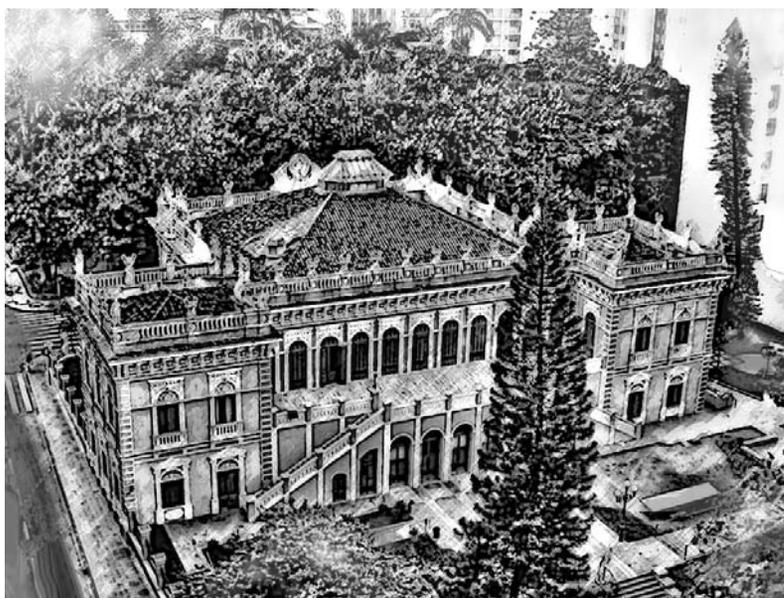
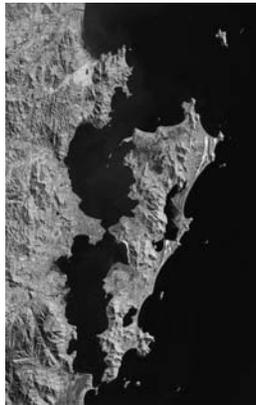


Figura 8.2: No Palácio Cruz e Sousa, no centro de Florianópolis, funciona, atualmente, o Museu Histórico de Santa Catarina. O prédio já funcionou como antiga sede do Governo, possuindo, em seu acervo, bens materiais e artísticos representativos da cultura oficial catarinense.

Os portugueses, no século XVIII, construíram na ilha de Santa Catarina, onde está localizada a capital Florianópolis – como era comum ao processo de colonização que estabeleciam –, um conjunto de fortalezas, que hoje se constitui num grande patrimônio histórico e arquitetônico e que faz parte do circuito turístico do Estado. Os destaques ficam para o Forte de Santa Cruz de Anhatomirim, na Ilha de Anhatomirim, construído em 1744 e considerado o maior conjunto de arquitetura colonial portuguesa da região sul do país.



A ilha de Santa Catarina, localizada no litoral do Estado, compreende mais de 97% do território do município de Florianópolis, sendo a maior das 30 ilhas que formam o arquipélago. Com 54 km de comprimento, no sentido norte-sul, e aproximadamente 18 km de largura, a Ilha liga-se ao continente por meio de três pontes, entre elas a Ponte Hercílio Luz, cartão postal de Florianópolis. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_de_Santa_Catarina

As fortalezas catarinenses encontram-se sob a administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), constituindo-se num dos mais impressionantes complexos arquitetônicos militares do Brasil, resultado de uma estratégia de defesa cujo objetivo era a manutenção do domínio de Portugal sobre a região. As fortalezas de Santa Catarina – Santo Antônio, Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição, São José da Ponta Grossa, Santana e Santa Cruz de Anhatomirim – constituem-se, atualmente, num dos principais destinos turísticos da região de Florianópolis, recebendo mais de 200 mil pessoas anualmente.

Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim

Com uma área de 2.678 m², o complexo arquitetônico passou, no início da década de 1970, por intervenções feitas pelo IPHAN com o objetivo de revalorizar as fortificações militares de Santa Catarina. A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim foi tombada pelo IPHAN, em 1938, no Livro de Belas Artes.



Figura 8.3: Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, no litoral de Santa Catarina, era a fortificação principal na estratégia de defesa da Ilha de Santa Catarina.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Foto_viagem_Floripa_%2850%29.JPG

Ponte Hercílio Luz

Construída para unir a Ilha de Santa Catarina à parte continental da capital do Estado, Florianópolis, a Ponte Hercílio Luz foi construída entre 1922 e 1926, sendo a maior ponte pênsil existente no Brasil. Projetada por engenheiros americanos, a ponte foi tombada pelo IPHAN, em 1998, no Livro Histórico, tendo sido fechada por medida de segurança em 1982. Ao completar 80 anos em maio de 2008, a antiga estrutura de aço – de aproximadamente 5.000 toneladas, com alicerces e pilares de concreto

– passará, pela primeira vez em sua história, por uma completa restauração. A conclusão das obras permitirá que a Ponte Hercílio Luz seja não apenas um belo cartão-postal da cidade de Florianópolis, mas que volte a atuar como ligação efetiva entre a Ilha e o continente.



Figura 8.4: Ponte Hercílio Luz, construída em 1926 para fazer a ligação entre a parte continental de Florianópolis e a ilha de Santa Catarina.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Ponte_Herc%C3%ADlio_Luz.jpg

Museu Anita Garibaldi

Sobre o município de Laguna passava a linha imaginada pelo Tratado de Tordesilhas em 1494, separando as terras de Portugal das de Espanha, que ficavam a oeste, tornando-se um ponto de referência importante. O centro da cidade conta com cerca de 600 prédios e monumentos tombados por decreto municipal de 1978. Em Laguna nasceu Anita Garibaldi, participante heróica na Revolução Farroupilha, que tentava separar parte da região Sul do Império do Brasil. O centro histórico de Laguna foi tombado no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1985.



Ana Maria de Jesus Ribeiro (1821-1849), conhecida como Anita Garibaldi, nasceu em Laguna, Santa Catarina. Passou a viver com o revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi, que lutou na Revolução Farroupilha (1835-1845) e participou da tomada do porto de Laguna, a serviço da República Rio-Grandense. Em 1847, Anita vai para Itália com os quatro filhos, onde faleceu em 1849, com 28 anos de idade.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Anita_Garibaldi_-_1839.jpg



Figura 8.5: Monumento em homenagem à Anita Garibaldi, à esquerda, tendo ao fundo o prédio do Museu Anita Garibaldi, no município de Laguna.

Fonte: <http://www.gilimoveis.com.br/site/node/56>

No prédio, que atualmente abriga o Museu Anita Garibaldi, construído em 1747, funcionou a Casa da Câmara e Cadeia da cidade. No andar superior ocorreu, em 1839, a Proclamação da República Juliana – seguindo o exemplo da Revolução Farroupilha, que proclamara a República Rio-Grandense três anos antes. O museu abriga um acervo histórico sobre as revoluções Farroupilha e Juliana e objetos pessoais da heroína Anita Garibaldi.

Referência importante do período de imigração européia, o Museu Nacional de Imigração e Colonização foi criado, em 1957, com o objetivo de preservar a memória dessa época histórica do sul do país. O museu está instalado no Palácio dos Príncipes – tombado pelo IPHAN no Livro de Belas Artes em 1939 –, construído em 1870 para ser a sede da Colônia Dona Francisca, hoje cidade de Joinville, ao norte do Estado. A história dessa cidade está ligada ao casamento da filha de Dom Pedro I, Dona Francisca Carolina, com o francês François Ferdinand, Príncipe de Joinville, a quem as terras da região foram concedidas como dote. O Palácio dos Príncipes, que foi construído para ser a residência de verão do casal – que nem mesmo chegou a conhecer a região –, abriga hoje, em seu jardim, uma casa em estilo enxaimel, como representação da arquitetura típica do imigrante alemão. A singularidade do patrimônio arquitetônico catarinense é a convivência harmônica entre influências trazidas por colonizadores e imigrantes, que colocam lado a lado a cultura portuguesa, italiana e alemã: a arquitetura tradicional de Portugal, com suas telhas canal, mistura-se aos casarões de madeira italianos e aos telhados íngremes, próprios para escoar a neve dos Alpes da Alemanha.



Figura 8.6: Instalado no antigo Palácio dos Príncipes, em Joinville, o Museu Nacional de Imigração e Colonização expõe mobílias, armas, teares, maquinário, carruagens e outros objetos da época da colonização. O prédio foi tombado pelo IPHAN no Livro de Belas Artes em 1939, sendo restaurado em 2002.

Roteiros Nacionais de Imigração

Em 2007, o Ministério da Cultura lançou o projeto Roteiros Nacionais de Imigração, que envolve a identificação, a preservação cultural e a sustentabilidade econômica e ambiental. Santa Catarina – que contou, além dos colonizadores portugueses, com imigrantes alemães, austríacos, húngaros, italianos, poloneses e ucranianos – foi o primeiro Estado a implementar esse projeto. A iniciativa, que conta com a participação do IPHAN e do Ministério do Turismo e do Desenvolvimento Agrário, tem como objetivo valorizar a memória, costumes e tradições dessas culturas na formação da identidade brasileira. A atenção ficará para a preservação de diversas pequenas propriedades rurais, que se localizam ao longo de antigas estradas abertas pelos primeiros imigrantes na região, conservando traços culturais de seus países de origem.



Saiba mais sobre o projeto lançado pelo IPHAN em 2007, trabalhando com o conceito de *Paisagem Cultural* com o objetivo de valorizar o papel e as influências das etnias variadas que formam a cultura brasileira (<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13674&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>).

Sambaqui

Sambaqui significa na língua tupi “monte de conchas”. Constituídos por materiais orgânicos como moluscos e ossos, os sambaquis são resíduos calcários que, depositados por povoados humanos ao longo do tempo, fossilizam-se, sendo muito comuns no litoral atlântico. Conhecidos como *concheiros* ou *casqueiros*, essas formações testemunham a existência de ocupação humana pré-histórica, pois neles são encontrados também fragmentos de ferramentas, ossos humanos.

Patrimônio arqueológico de Santa Catarina

Um grande destaque no que se refere à riqueza patrimonial do Estado são os sítios arqueológicos. Santa Catarina abriga mais de 40 *sambaquis* espalhados por seu litoral, dez deles na área urbana e alguns com 30 metros de altura. O Museu Arqueológico de Sambaqui em Joinville é considerado uma referência no assunto.

O território catarinense apresenta, também, sítios com arte rupestre, que são pinturas e gravuras feitas sobre superfície rochosa por populações pré-históricas. No caso da ilha de Santa

Catarina, as gravuras apresentam motivos abstratos geométricos e também representações de figuras humanas e animais. Essas gravações aparecem nos paredões junto às praias e, segundo os estudiosos, podiam ter caráter místico, talvez relacionado à pesca, ou podiam ser apenas sinais de demarcação de território.

Patrimônio Natural Catarinense

Santa Catarina possui quatro reservas nacionais em seu território, todas elas representativas do raro ecossistema da região, constituindo-se em área de grande relevância em relação à biodiversidade.

Parque Nacional de Aparados da Serra – criado em 1959, localiza-se nos cânions que o Estado divide com o Rio Grande do Sul.

Parque Nacional de São Joaquim – criado em 1961, localiza-se ao sul do Estado, próximo à cidade de São Joaquim.

Parque Nacional da Serra Geral – criado em 1992, também é dividido com o Estado do Rio Grande do Sul, fazendo limite com o Parque Nacional de Aparados da Serra.

Parque Nacional da Serra do Itajaí – envolvendo diversos municípios, entre os quais Blumenau, criado em 2004.

Destacamos, ainda, o Parque Natural Municipal Nascentes do Garcia, conhecido como Parque das Nascentes, uma importante reserva de Mata Atlântica, localizada no município de Blumenau e que é o maior parque municipal do país.



Figura 8.7: Parque Natural Municipal Nascentes do Garcia – Parque das Nascentes.

Fonte: http://www.blumenau.com.br/site/modules/mastop_publish/?tac=Atrativos_Tur%EDsticos

Patrimônio Imaterial de Santa Catarina

Em outubro de 2006, a Procissão do Senhor dos Passos, que ocorre desde 1765, foi reconhecida pelo Conselho Estadual de Cultura como patrimônio imaterial de Santa Catarina – o primeiro registro de bem imaterial feito no Estado, que ajuda a preservar e a fortalecer essa tradição. Espera-se, agora, que o evento receba registro como patrimônio imaterial pelo IPHAN, enquadrando-se no Livro das Celebrações.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Os processos colonizadores eram normalmente traumáticos, muitas vezes com o estabelecimento de disputas entre povos por um mesmo território. A partir dessa colocação, identifique e justifique a criação de um conjunto de bens, considerado como patrimônio material de grande importância que, atualmente, se constitui num dos principais atrativos turísticos de Florianópolis.

Resposta Comentada

Com o objetivo de proteger a ilha de Santa Catarina, que possuía localização estratégica para assegurar o poder político português no Sul do Brasil, foi montada uma estratégia de defesa que contou com a construção das fortalezas de Santo Antônio, Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição, São José da Ponta Grossa, Santana e Santa Cruz de Anhatomirim. Todo esse conjunto arquitetônico defensivo representa um dos mais importantes destinos turísticos da região de Florianópolis, constituindo-se numa das mais representativas estruturas defensivas do país.

O Patrimônio Cultural do Estado do Paraná

PARANÁ (PR)
Capital: Curitiba
Região: Sul
Municípios: 399
Gentílico: paranaense
Área: 199 314,850 km²
População: 10 284 503 habitantes



A capitania de São Vicente, cujas terras pertencem hoje ao estado do Paraná, teve seu litoral visitado por europeus até meados do século XVII, atraídos pelas histórias sobre a existência de ouro e prata naquelas terras. O ouro, entretanto, apareceu em Minas Gerais, e a necessidade de animais de carga para a região das minas seria suprida pelos muares criados na região Sul, de onde eram levados para serem vendidos em Sorocaba, São Paulo. O rendoso negócio que envolvia as fazendas de criação de muares e eqüinos foi responsável direto pela ocupação do território paranaense, dando origem a diversas cidades.

Junto ao comércio de gado, a exportação da erva-mate para a região do Rio da Prata e para o Chile colaborou para o desenvolvimento da região e a conseqüente criação da província do Paraná em 1853, que tinha como capital a cidade de Curitiba.

O declínio na comercialização de muares em decorrência do esgotamento do ouro esvaziou econômica e demograficamente a região. Tentando solucionar a situação, o governo imperial desenvolveu uma política de incentivo à imigração que, a partir da segunda metade do século XIX, levaria ao Paraná levas de açorianos, alemães, italianos, poloneses, entre outros, com o objetivo de criar uma agricultura voltada ao abastecimento interno. Esses imigrantes transformaram o território paranaense num mosaico de culturas, com cidades como Castro, onde a língua falada é o holandês, e outros municípios, onde os idiomas alemão, italiano ou polonês são mais falados do que o português.

Patrimônio Material Paranaense

As primeiras medidas visando proteger o patrimônio paranaense pelo Estado ocorrem em 1953, com a criação do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do estado do Paraná, tendo como objetivo estabelecer políticas e acompanhar iniciativas em relação à preservação do patrimônio histórico da região. Grande parte dos tombamentos realizados pelo órgão repete os já feitos pelo IPHAN, adotando a mesma classificação utilizada pelo instituto federal, inclusive o mesmo sistema dos quatro livros de tomo.

São tombados pelo IPHAN 24 bens paranaenses: 3, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 9, no Livro Histórico; 12, no de Belas Artes. Em 1962, foi tombado o primeiro bem pelo estado do Paraná: a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Chagas, em Paranaguá. De construção simples, em alvenaria e pedra – típica das construções erguidas no litoral paranaense durante o século XVIII –, a pequena igreja foi tombada no Livro Histórico do IPHAN em 1967.



Figura 8.8: Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, em Paranaguá, do século XVIII, tombada pelo patrimônio estadual em 1962, e pelo nacional, em 1967, no Livro de Tombo Histórico do IPHAN.

Fonte: <http://andreirispagina.spaces.live.com/photoscns!19083B1DC4E1CE1F!409/?searchtype=0>

Visando integrar esforços, o Estado incentivou a criação de Associações de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural em diversos municípios com o objetivo de conscientizar e estimular ações de preservação de bens de interesse histórico e artístico, auxiliando o assessoramento técnico e a fiscalização do patrimônio material e de sítios naturais de grande interesse natural e cultural.

Em 1986, o Estado realizou o tombamento da Serra do Mar, uma área extensa que reúne natureza e povoadamentos, como forma de orientar o uso sustentável daquela imensa área natural. No ano seguinte, o governo paranaense criou a Curadoria do Patrimônio Natural, que passou a empreender ações voltadas ao levantamento e à preservação de sítios e paisagens naturais do Estado. O objetivo – definido na página oficial da Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná – é reafirmar a memória local e a identificação da população com seu patrimônio, por meio da valorização das referências culturais da região.

Patrimônio Arqueológico Paranaense

A partir de 1961, todos os sítios arqueológicos do Estado passaram a se constituir em patrimônio da União, como forma de impedir sua destruição. Desse acervo arqueológico, fazem parte *pinturas rupestres*, como as do Sítio Arqueológico Morro das Tocas, localizado em União da Vitória, município ao sul do Estado, e *sambaquis*, como os de Guaraguaçu – sítio arqueológico com cerca de 20 metros de altura, datado entre 4.000 e 2.000 a.C. aproximadamente. Outros sítios arqueológicos de grande importância para o Estado são as Ruínas de Reduções Jesuíticas de *Ciudad de Guairá* e de *Santo Ignácio*, erguidas quando quase todo o território paranaense estava sob domínio espanhol.



Figura 8.9: Sambaqui do Guaraguaçu, localizado numa propriedade particular, no Pontal do Paraná: tombado pelo estado do Paraná em 1982.

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=58>

Patrimônio Arquitetônico Paranaense

No centro histórico da cidade da Lapa fica o maior conjunto arquitetônico preservado do Paraná, com um total de 258 construções tombadas. O município surgiu no ponto de parada para descanso dos tropeiros, que chegavam da cidade gaúcha de Viamão a caminho do município paulista de Sorocaba, onde comercializariam o gado. A cidade da Lapa – que teve papel fundamental no processo de povoamento da região nos séculos XVIII e XIX – apresenta aspectos urbanísticos comuns aos lugarejos que se formavam ao longo do *Caminho das Tropas*: centro histórico tombado pelo IPHAN no Livro de Belas Artes em 1998.



Figura 8.10: Casa tombada no centro histórico da cidade da Lapa, que foi criada no Caminho das Tropas, que levavam o gado para ser comercializado no município paulista de Sorocaba, São Paulo.

Fonte: <http://www.travellerspoint.com/photos/stream/photoID/33505/tags/fotos/>

Patrimônio Natural do Paraná

Devemos lembrar um bem natural que desapareceu por completo, o Salto de Sete Quedas, conhecido como Saltos do Guaíra. Essa cachoeira magnífica foi completamente submersa pela barragem para formar o lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Além dos bens naturais tombados, o estado do Paraná possui diversas unidades de preservação. Entre elas estão os *Parques Estaduais ou Federais*, com destaque para o Parque Nacional do Iguaçu. As Áreas de Proteção Ambiental – APAS são Unidades de Preservação que podem ser instituídas no âmbito Municipal, Estadual ou Federal e que estabelecem planos para o uso sustentável de áreas particulares, como a APA de Guaraqueçaba e a APA de Guaratuba. Essas unidades de proteção dedicam-se à proteção do que restou da Floresta Atlântica e dos manguezais, de sua flora e fauna, buscando disciplinar o turismo e o uso sustentável da região.

Um bem paranaense como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade

Desde 1986, o Paraná conta com um bem estadual na Lista do Patrimônio Mundial: o Parque Nacional do Iguaçu (ver Aula 5: Patrimônio Natural Mundial no Brasil).



Figura 8.11: Cataratas do Iguaçu, com cerca de 275 quedas d'água na divisa entre o Parque Nacional do Iguaçu, Paraná, e o *Parque do Iguazú, Misiones, Argentina*.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cataratas_do_Igua%C3%A7u

Localizado no município de Campo Largo, o Parque Histórico do Mate, ligado ao Museu Paranaense da Secretaria de Estado da Cultura, ocupa uma extensa área de mata nativa, um ambiente agradável para o lazer e que apresenta a reprodução de um engenho de Mate como os que eram usados na segunda metade do século XIX. O Ciclo do Mate foi de grande importância para a formação da cultura e do próprio estado do Paraná, considerando que a erva mate se tornou o principal produto paranaense de 1853 a 1929, chegando a representar, nesse período, 85% da economia do Estado. Tombado pelo Estado do Paraná e pelo IPHAN, o Museu do Mate preserva o único exemplar que sobreviveu do engenho de socagem de erva-mate no Paraná.



Figura 8.12: Engenho do século XIX no Parque Histórico do Mate, Campo Largo, região metropolitana de Curitiba.

Fonte: *Gazeta do Povo*, 24/5/2008. <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/turismo/conteudo.phtml?tl=1&id=755177&tit=Parque-do-Mate-e-viagem-no-tempo>



A página oficial do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná disponibiliza a relação dos bens tombados por município. Confira no *site*: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/municipios.php>

A capital do Paraná, Curitiba – nome cuja etimologia parece estar ligada a uma expressão guarani significando “muito pinhão” (semente do pinheiro) –, é formada por 26 municípios, localizando-se no planalto curitibano, numa altitude média de 935 metros, o que confere à cidade uma temperatura média anual de 16,5°C, a mais baixa entre as capitais brasileiras. Nacionalmente conhecida por suas soluções urbanísticas, que valorizam o uso de transportes coletivos, aliviando os problemas do tráfego e da poluição, Curitiba possui áreas verdes em quantidade três vezes maior do que o mínimo aconselhado pela ONU.



Figura 8.13: Plataforma do ponto de ônibus da Rede Integrada de Transporte da cidade de Curitiba, Paraná.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Bus_Stops_2_curitiba_brasil.jpg

O antigo Paço Municipal em Curitiba, construção eclética de 1916, foi sede da Prefeitura Municipal até 1969, tendo sido restaurada em 1972. Atualmente, abriga o Museu Paranaense, que expõe acervo etnográfico e arqueológico e outros objetos relacionados à história do Paraná e da região sul do país.



Figura 8.14: Antigo Paço Municipal, atual Museu Paranaense, em Curitiba. Prédio tombado pelo IPHAN, no Livro de Belas Artes em 1984.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Praca_Generoso_Marques_1_Curitiba_Brasil.jpg

Em 1811, foi criada a Comarca de Paranaguá e Curitiba, a qual teve grande impulso em seu desenvolvimento com a implantação da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá inaugurada em 1885. Atualmente, a ferrovia relembra o auge da época dos trens que ligavam a capital do Paraná ao litoral do Estado, continuando a percorrer os 110 quilômetros de um cenário deslumbrante em meio à Mata Atlântica da Serra do Mar, atravessando diversos túneis e 40 viadutos sobre cânions incríveis e rios caudalosos.



Figura 8.15: Ferrovia Curitiba-Paranaguá, inaugurada em 1885. Uma viagem de quatro horas sobre cânions e rios, atravessando um cenário deslumbrante em meio à Mata Atlântica.

Fonte: <http://www.terra-brazil.com/south-brazil/parana-curitiba.php>

Patrimônio Imaterial Paranaense

Dentro da visão de patrimônio imaterial, o estado do Paraná possui manifestações religiosas como as Cavalhadas de Guaruapuava, que ocorrem durante a Festa do Divino, evocando os torneios medievais entre cavaleiros que representam mouros e cristãos. Uma festa típica dos caboclos e pescadores do litoral é o Fandango, dança regional que pode ser do tipo rufado ou batido – que usa marcação de sapateado forte – ou bailado ou valsado, em ritmo mais lento.

Na culinária paranaense, destaca-se o barreado, ou carne barreada, prato típico do litoral. Originário dos Açores, Portugal, o barreado – carne cozida em panela de barro durante cerca de 20 horas e servida com arroz e farinha de mandioca – remonta ao século XVIII e costuma acompanhar outras manifestações culturais como o fandango, dançado ao toque da rabeca – instrumento rústico semelhante a um violino. A rabeca e a viola são instrumentos usados nas festas populares pelas comunidades caiçaras, formadas pela mescla de indígenas, portugueses e negros que ocuparam o litoral sul do Brasil – São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 2006, o Projeto Rabecando desenvolveu oficinas para divulgar a técnica de construção e o aprendizado do toque da rabeca. O projeto foi selecionado pelo primeiro Edital de Culturas Populares do Ministério da Cultura, cujo objetivo é a valorização da identidade e da diversidade cultural.



Figura 8.16: Conjunto típico tocando rabeca e viola.

Fonte: http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/identidade_e_diversidade_cultural/noticias_sid/index.php?p=23347&more=1&c=1&pb=1

Quando os espanhóis e portugueses chegaram à região Sul do Brasil conheceram a bebida chamada *cáa*, que os índios guaranis preparavam com as folhas de uma árvore e serviam em cabaças, de onde era sorvida por meio de canudo de taquara. Era a erva-mate – planta da família das aquifoliáceas, originária da região subtropical da América do Sul –, que caiu no gosto dos espanhóis. O nome *mate* vem do quíchua *mati*, que significa *cuia*, em referência ao próprio recipiente onde era bebido, e a lenda do mate mantém-se como importante relato oral indígena que faz parte do imaginário da região.



Se desejar conhecer a lenda da erva-mate entre no *site*:
<http://www.rosanevolpatto.trd.br/lendaervamate.html>



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. O Paraná possui um grande e diversificado patrimônio cultural, que inclui bens *naturais, materiais e imateriais*. Aponte um bem paranaense, entre os exemplos citados nesta aula, cujas características permitam que seja enquadrado simultaneamente nesse três tipos de classificação, justificando.

Resposta Comentada

O Parque Histórico do Mate é um patrimônio paranaense que pode ser qualificado como bem cultural integrado, sendo uma reserva natural, que ocupa 31,7 hectares de imensa área verde, com vegetação nativa e lago; um patrimônio material, histórico e arquitetônico, representado pelo prédio do Museu, que foi resultado da restauração de um antigo Engenho de Mate datado da metade do século XIX cujo acervo reúne objetos relacionados ao processo de produção da erva-mate; e um patrimônio imaterial, pela preservação dos fazeres e saberes que envolvem o processamento e a produção da erva-mate.

Conclusão

O patrimônio cultural de Santa Catarina envolve diversos conjuntos históricos preservados, o que inclui arquitetura de influência portuguesa, casas em estilo enxaimel, construídas pelos imigrantes alemães, e casarões em madeira, trazidos pelos italianos. Além desses bens materiais, o patrimônio catarinense ainda reúne tradições, hábitos e costumes introduzidos por colonizadores e imigrantes. Desse rico legado imaterial fazem parte os *Roteiros Nacionais de Imigração*, iniciativa do IPHAN/MinC, que objetiva valorizar a memória desse panorama multicultural que forma a identidade brasileira.

O Paraná, por sua vez, possui um extenso rol de bens materiais – que inclui, a exemplo de Santa Catarina, referências trazidas por imigrantes europeus – e, ainda, um enorme patrimônio natural, representado por diversos parques nacionais, entre os quais se destaca o Parque Nacional do Iguaçu, reconhecido pela Unesco como Patrimônio da Humanidade. Já a centenária Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá representa um bem material que cruza a Serra do Mar, permitindo observar de perto essa grande riqueza ambiental. Santa Catarina e Paraná dividem, assim, aspectos culturais e naturais semelhantes, com forte participação de imigrantes europeus e de ecossistemas associados, nos quais se destacam as matas de araucárias (*Araucaria angustifolia*), árvore conhecida como *pinheiro-do-paraná* ou *pinheiro-brasileiro*.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Explique os motivos que levam Santa Catarina e Paraná a serem considerados como estados que comungam semelhanças em relação ao patrimônio cultural.

Resposta Comentada

As semelhanças culturais entre esses dois estados decorrem do compartilhamento de influências da colonização portuguesa, alemã e italiana, fazendo com que o patrimônio de ambos reflita as tradições e os costumes de colonizadores e imigrantes, reinterpretados a partir das condições locais. O patrimônio natural dos dois estados apresenta, também, algumas correlações e ecossistemas associados, como, por exemplo, as matas de araucárias.

Resumo

Os estados do Paraná e de Santa Catarina, ao lado do Rio Grande do Sul, tiveram a ocupação de seu território disputada por espanhóis e portugueses, que visavam colonizar, em nome de seus respectivos reinos, as novas terras do Rio da Prata. Todos os três estados receberam imigrantes, principalmente alemães e italianos, que somaram suas referências culturais às ibéricas, indígenas e negras. Foi, entretanto, o grande comércio de muares e eqüinos – que eram tocados pela estrada Viamão-Sorocaba, do Rio Grande do Sul até São Paulo, onde eram comercializados – que desempenhou papel determinante no desenvolvimento da região. Nas paradas de descanso do caminho das tropas, foram sendo criadas diversas cidades que

hoje guardam preciosos testemunhos da formação cultural e da memória desses estados. Com o declínio da mineração das Minas Gerais ocorreu uma crise no comércio de gado que resultou no esvaziamento progressivo da região. Uma política imperial, na segunda metade do século XIX, incentivou a imigração para reocupar a área, estimulando o desenvolvimento da agricultura. A partir de então, chegaram imigrantes açorianos, alemães, italianos, poloneses, cujos costumes mesclados à cultura indígena e negra dariam forma às culturas dos estados da região Sul do Brasil.

Os governos desses três Estados empenham-se atualmente em incentivar o ensino das línguas alemã e italiana nas escolas públicas, além do inglês, na intenção de incrementar as relações comerciais e culturais com Itália e Alemanha.



O patrimônio cultural e artístico brasileiro – região Centro-Oeste: estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal

Meta da aula

Apresentar o patrimônio cultural da região Centro-Oeste, formada pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás (e o Distrito Federal, Brasília), analisando as características principais dos patrimônios natural, material e imaterial de cada uma dessas quatro unidades da Federação, suas influências e transformações.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar e classificar os patrimônios de cada estado na região, justificando sua importância;
- 2 reconhecer a especial importância das manifestações de cunho *imaterial* como expressão e reafirmação de identidade para as comunidades da região;
- 3 identificar e justificar qual o tipo de patrimônio que corre maior risco dentro do cenário de rápido desenvolvimento do agronegócio e da industrialização na região Centro-Oeste.

Pré-requisitos

Para que esta aula seja mais facilmente absorvida, é necessário o domínio do conteúdo das Aulas 3 (As Cidades Históricas Brasileiras) e 5 (Patrimônio Natural).

Introdução

Formada pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás (e o Distrito Federal, Brasília), a região Centro-Oeste possui uma área de cerca de 1.610.000 km², localizando-se no imenso Planalto Central brasileiro. Seus terrenos antigos e erodidos resultaram em chapadões e em depressões que, na região a oeste do estado do Mato Grosso do Sul e a sudoeste do estado do Mato Grosso, formam o Pantanal Mato-grossense. A altitude da região não ultrapassa os mil metros, dividindo-se em Planalto Central, Planalto Meridional e Planície do Pantanal, que é cortada pelo rio Paraguai e sujeita a alagamentos durante o período das chuvas de verão. Com esse fornecimento abundante de água e com o auxílio do clima semi-úmido, a flora e a fauna do Pantanal apresentam grande variação e riqueza.

No *Planalto Central*, formado por rochas cristalinas, são comuns as chapadas, que aparecem em grande parte da região. Já a *Planície do Pantanal* constitui-se em uma área de baixa altitude, variando em torno de 100 metros, facilitando sua constante inundação pelo rio Paraguai e afluentes, o que só não acontece na região das cordilheiras, onde ocorrem elevações no terreno. O *Planalto Meridional*, na parte sul da região, apresenta os solos mais férteis, conhecidos como terra-roxa, e que aparecem no sul de Goiás e em Mato Grosso do Sul.

O clima da região é tropical, apresentando temperaturas quentes com verões chuvosos e invernos secos, sendo a Planície do Pantanal uma das áreas mais quentes da América do Sul. Na parte que pertence à região amazônica, o clima é equatorial, podendo, entretanto, ocorrer declínio de temperatura, conhecido como friagem, resultante da penetração de uma massa polar no vale formado pelo rio Paraguai, da parte oeste dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A região é cortada por bacias hidrográficas como a Bacia Amazônica, a do Tocantins-Araguaia e a Platina, com destaque para os rios Cuiabá e Paraguai.

A ocupação da região Centro-Oeste teve início a partir dos caminhos abertos pelos bandeirantes durante os séculos XVII e XVIII ao desbravarem o interior do país em busca de minérios e de índios para escravizar. Na história recente, a transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960, foi outro fator que afetou de forma dramática o crescimento da região, que recebeu grandes levas de migrantes de diversas partes do país em busca de terras mais baratas e de novas perspectivas de progresso pela proximidade do Distrito Federal. A urbanização que se seguiu não fez diminuir a presença de tribos indígenas, que até hoje habitam as reservas naturais da região, como o Parque Indígena do Xingu, com cerca de vinte tribos, o Parque Indígena do Araguaia – na Ilha do Bananal – e as reservas indígenas dos xavantes e parecis, ainda que esses continuem a enfrentar invasões de suas terras por garimpeiros, madeireiros, pecuaristas e agricultores. A proximidade dessas áreas selvagens – algumas delas autênticos santuários ecológicos – com modernos centros urbanos, como a cidade de Brasília, faz da região Centro-Oeste um pólo turístico em pleno desenvolvimento, com ênfase nos visitantes que buscam os atrativos de seu rico patrimônio natural.

Patrimônio Cultural do estado do Mato Grosso

MATO GROSSO (MT) Capital: Cuiabá Região: Centro-Oeste Municípios: 141 Gentílico: mato-grossense Área: 903.357,908 km ² População: 2.854.456 habitantes	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

O estado do Mato Grosso ocupa hoje um território que pertencia inicialmente à Espanha, por força do Tratado de Tordesilhas, que foi ignorado pelo desejo de conquista dos bandeirantes paulistas, que durante o século XVII embrenhavam-se pelo sertão. A capitania do Mato Grosso foi criada em 1748 pelo go-

verno português, com um forte sistema defensivo para garantir esse território conquistado em sua colônia. A descoberta do ouro na região resultou no desenvolvimento dos primeiros grupos populacionais, especialmente na área hoje ocupada pela capital Cuiabá, que no século XVIII se tornou Vila Real do Bom Jesus de Cuyabá. Com o esgotamento do ouro no começo do século XIX, a economia centrou-se na pecuária, na exploração da borracha e da erva-mate. Fazendo fronteira com a Bolívia e com os estados de Goiás, Tocantins, Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul resultou de um desmembramento de parte do estado do Mato Grosso em 1977. Seu relevo não possui grandes elevações, com as serras da Bodoquena e de Maracaju não ultrapassando os 600 metros de altitude. O clima predominante é o tropical, com chuvas no verão, inverno seco e temperaturas médias que oscilam entre 20 a 25°C.

Grande parte do estado é coberta por floresta equatorial com altas árvores, como na Floresta Amazônica, região de cerrados que ocupa grandes áreas ao sul e campos próprios à pecuária na região do pantanal. A rede fluvial do Estado é alimentada pelas bacias dos rios Amazonas e Paraguai. O rio Paraguai, cujo principal afluente é o rio Cuiabá, nasce ao norte da capital Cuiabá dentro da região conhecida como Amazônia mato-grossense.

Um bem mato-grossense como Patrimônio da Humanidade

O patrimônio histórico e cultural do estado vem passando por um processo de revitalização, cuja implementação conta com parcerias e a orientação da Secretaria de Estado. O *Programa Estadual de Recuperação e Revitalização do Patrimônio Histórico do Mato Grosso* tem como objetivo evitar que desapareçam testemunhos dos bens materiais e imateriais que servem como referência à identidade e à cultura da região.

O estado do Mato Grosso divide com o estado do Mato Grosso do Sul um imenso ecossistema formado por quatro áreas

naturais protegidas de cerca de 1.880 km², que abriga a maior reserva de água doce do mundo: o Pantanal Mato-grossense. Em 2000, o *Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense* foi inscrito na Lista de Patrimônio da Humanidade pelo reconhecimento de sua relevância como reserva natural mundial. Recebendo influências da bacia do rio Paraguai, o Pantanal contribui para o desenvolvimento de uma fauna e uma flora excepcionais, com algumas espécies ameaçadas de extinção, o que o qualifica como sistema ecológico único. Sua grande diversidade abriga uma infinidade de espécies de plantas e de animais, entre eles tamanduás, capivaras, lontras e jacarés. Calcula-se que esses cheguem a 30 milhões na região. Os pássaros são muitos e variados, contando-se cerca de 650 diferentes espécies, como garças, araras, papagaios e o *tuiuiú*, considerada a ave-símbolo do Pantanal.

Os critérios usados pela Unesco para inscrição da Área de Conservação do Pantanal como Patrimônio da Humanidade levaram em conta que essa região, além de sua excepcional beleza natural, desempenha papel fundamental no processo de desenvolvimento biológico e ecológico, como reserva de água doce e como *habitat* de grande diversidade biológica, incluindo espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção.

Para proteger esse patrimônio natural extraordinário, a Unesco e o governo do Brasil lançaram, em 2004, o *Programa para a Conservação da Biodiversidade nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil*, com o objetivo de preservar a biodiversidade em algumas regiões inscritas na Lista de Patrimônio Mundial – o Parque Nacional de Iguazu, no estado do Paraná; as Reservas de Floresta Atlântica do Sudeste, nos estados do Paraná e de São Paulo; as Reservas de Floresta Atlântica da Costa do Descobrimento, nos estados da Bahia e do Espírito Santo; a Área de Conservação do Pantanal, nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o Parque Nacional do Jaú, na Floresta Amazônica – orientando ações nos diversos níveis: nacional, estadual e municipal.



Tuiuiú

Ou jabiru ou jaburu é uma ave da família *Ciconiidae*, considerada símbolo do Pantanal por aparecer em grande quantidade na região. O tuiuiú é encontrado em quase todo o Brasil e também no México, na Argentina e no Paraguai. Com longas pernas, pescoço e papo nus, plumagem branca e longo bico negro, os tuiuiús podem alcançar um metro de altura, e a envergadura de suas asas (a medida de uma ponta à outra de suas asas abertas) pode chegar a três metros de comprimento. O tuiuiú faz seu ninho no alto das árvores às margens dos rios do Pantanal.

Fonte da imagem: <http://en.wikipedia.org/wiki/Jabiru>
WorkOfArt/Default.asp

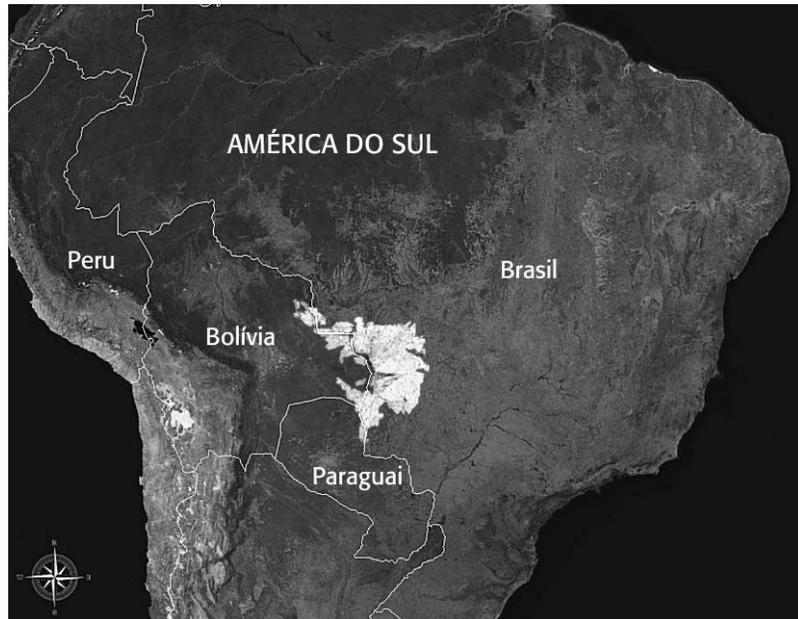


Figura 9.1: A imagem de satélite dá uma noção do imenso espaço ocupado pelo Pantanal Mato-grossense dentro do território brasileiro, que está assinalado pela mancha clara.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Complexo_do_Pantanal

Bens mato-grossenses tombados pelo Governo Federal

O estado do Mato Grosso possui 65 bens tombados, sendo que, destes, cinco receberam tombamento federal pelo IPHAN:

➤ *Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Cuiabá* – tombado no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Livro Histórico e no Livro de Belas-Artes, em 1992.

➤ *Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Cuiabá* – tombada no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no de Belas-Artes, em 1975.

➤ *Marco do Jauru, em Cárceres* – tombado no Livro Histórico e no de Belas-Artes, em 1978.

➤ *Igreja da Sé de Santana, na Chapada dos Guimarães* – tombada no Livro de Belas-Artes, em 1957.

➤ *Ruínas de Vila Bela, município de Vila Bela da Santíssima Trindade* – tombadas no Livro Histórico, em 1988.



Figura 9.2: Ruínas da Igreja Matriz da Santíssima Trindade e do Palácio dos Capitães Gerais, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, antiga capital da província do Mato Grosso. As ruínas, um marco histórico da expansão colonial portuguesa, foram tombadas no Livro Histórico do IPHAN, em 1988.

Fonte: <http://www.amm.org.br/amm/constitucional/noticia.asp?ild=29593>

O estado possui ainda o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, uma das Unidades de Conservação brasileiras (UC) criadas em 1989. O Parque está sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – Ibama –, possuindo uma área de 330 km². Calcula-se que, atualmente, exista cerca de 1 milhão e 600 mil km² de áreas protegidas no Brasil. Mesmo após o incidente que causou seu fechamento parcial, em 21 de abril de 2008, quando ocorreu o desmoronamento da encosta da cachoeira Véu de Noiva, ferindo alguns visitantes, a região da Chapada dos Guimarães continua recebendo muitos turistas atraídos por sua exuberância natural.



Foto: Taylor Nunes

Figura 9.3: Parte do relevo da Chapada dos Guimarães, conhecida como Cidade de Pedra.

Fonte: http://www.ibama.gov.br/parna_guimaraes//index.php?id_menu=282&foto_categoria=0&pagina=18

Bens sob proteção estadual

Atualmente, existem sessenta bens tombados pelo estado, que estão disponibilizados na página oficial da Secretaria de Estado de Cultura do Estado do Mato Grosso. A maioria deles é formada por bens materiais, com destaque para a arquitetura, como o *Seminário da Conceição*, em Cuiabá, uma das construções mais relevantes da história do estado. Sua construção, em estilo eclético, foi erguida entre 1858 e 1882 para funcionar como o primeiro colégio de ensino secundário da província e escola para formação de seminaristas. Seu tombamento estadual ocorreu em 1977, sendo que, atualmente, funcionam, no local, o Museu de Arte Sacra e a Rádio Difusora Bom Jesus de Cuiabá.



Confira na página da Secretaria de Estado de Cultura do Estado do Mato Grosso a lista dos bens tombados pelo estado.

http://www.cultura.mt.gov.br/patrimonio.php?pageNum_Gal=5&totalRows_Gal=59

Patrimônio Imaterial do estado do Mato Grosso

A viola-de-cocho é um instrumento musical de forma e sonoridade especiais, produzido de forma artesanal, utilizando matérias-primas da região do Centro-Oeste brasileiro. Considerada como Patrimônio Imaterial do Brasil, foi inscrita no Livro dos Saberes pelo IPHAN, em 2005. Muito utilizada na região do Pantanal, principalmente nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a viola-de-cocho é usada no cururu, manifestação musical na qual duas violas-de-cocho e um ganzá – reco-reco feito de taquara ou bambu – acompanham cantos populares. O corpo da viola é feito de madeira e as cordas, de tripas de ouriço-cacheiro.

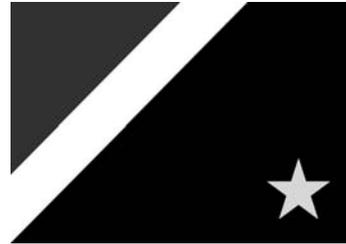


Figura 9.4: Violas-de-cocho usadas na expressão musical conhecida como caruru, que faz parte das tradições culturais do estado do Mato Grosso.

Fonte: <http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=9&cid=146501>

Patrimônio Cultural do estado do Mato Grosso do Sul

MATO GROSSO DO SUL (MS)
Capital: Campo Grande
Região: Centro-Oeste
Municípios: 78
Gentílico: sul-mato-grossense
ou mato-grossense-do-sul
Área: 357.124,962 km²
População: 2.265.274 habitantes



A viola-de-cocho é assim chamada por ser esculpida num tronco de madeira maciça, em formato de viola, que se assemelha a um cocho – espécie de vasilha talhada na madeira usada para alimentar o gado na zona rural. São usadas madeiras macias e que garantam boa ressonância.

O Mato Grosso do Sul foi criado em 1977, com a capital na cidade de Campo Grande, a partir de uma área que foi desmembrada do antigo estado do Mato Grosso. Localizado ao sul da região Centro-Oeste, o novo estado faz fronteira ao norte com o Mato Grosso; a nordeste, com Goiás; a leste, com Minas Gerais; ao sul, com o Paraná; a sudeste, com São Paulo; a oeste e sul, com o Paraguai; e a noroeste, com a Bolívia. Com cerca de 2.300.000 habitantes – densidade de apenas seis habitantes por quilômetro quadrado –, o Mato Grosso do Sul possui uma natureza privilegiada, abrigando em seu território dois terços da Planície do Pantanal e seu diversificado ecossistema. A cidade de Bonito, por exemplo – distante 260 km da capital Campo Grande, com seus rios de completa transparência e cachoeiras maravilhosas, e ótima infra-estrutura turística –, representa bem o potencial natural do estado, que vem se tornando um dos melhores destinos para o ecoturismo no Brasil.

O Patrimônio Cultural e Natural do Mato Grosso do Sul sob proteção federal

A cultura sul-mato-grossense apresenta, na parte nordeste do estado, grandes influências paulista e mineira, sendo que na região oeste manifesta-se com mais força a cultura pantaneira, carregada de referências paraguaias, bolivianas, gaúchas e argentinas. O estado do Mato Grosso do Sul possui seis tombamentos em âmbito nacional, conforme mostra o Arquivo Noronha Santos, do IPHAN. Esses seis tombamentos envolvem, na realidade, apenas três bens: as *grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida*, na cidade de Bonito, tombadas no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o *Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Corumbá*, tombado no Livro Histórico, no Livro de Belas-Artes e também no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; e o terceiro, o *Conjunto de Edificações do Forte Coimbra*, também na cidade de Corumbá, tombado no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Gruta do Lago Azul, Bonito

A cidade de Bonito é considerada um exemplo de turismo sustentável, cuidando com equilíbrio das questões ambiental, econômica, social e cultural, conseguindo atender às necessidades turísticas, sem comprometimento dos recursos ambientais. A grande quantidade de calcário no solo de Bonito confere às águas dos rios uma incrível transparência, tornando as práticas de mergulho e de flutuação maneiras prazerosas de sentir bem de perto a beleza da flora subaquática e a variedade de cardumes coloridos. Entre as inúmeras grutas da região, destaca-se a gruta do Lago Azul, com águas transparentes de azul intenso, que, acredita-se, tenha origem em um rio subterrâneo.



Figura 9.5: Vista interna da gruta do Lago Azul, na cidade de Bonito.

Fonte: http://www.portalbonito.com.br/turismo/passeios_grutalagoazul.asp

Geomorfológicas

Geomorfológico diz respeito à geomorfologia, que é o estudo, descrição e explicação dos relevos terrestre, continental e submarino que ocorrem na superfície da Terra, bem como dos processos e da dinâmica que levaram à sua formação.

O IPHAN e a Prefeitura da cidade de Bonito, em setembro de 2007, organizaram o *Seminário Serra da Bodoquena/MS – Paisagem Cultural e Geoparque*, para discutirem uma proposta de criação de um *geoparque* na região da serra, seguindo o conceito desenvolvido pela Unesco. Os geoparques visam destacar composições *geomorfológicas* notáveis, organizando um roteiro de visita para a observação de seus valores excepcionais. Do seminário resultou a *Carta da Serra da Bodoquena – Carta das Paisagens Culturais e Geoparques*, que definia modos de defender, preservar e valorizar a Serra da Bodoquena e toda a sua riqueza natural. A gruta do Lago Azul, localizada na Fazenda Anhumas, e a gruta de Nossa Senhora Aparecida, da Fazenda Jaraguá, são tombadas pelo Patrimônio Nacional desde 1978.

Forte Coimbra: conjunto de edificações, Corumbá

A parte original do forte, o Presídio de Nova Coimbra, foi construída em 1775 para defender a fronteira portuguesa diante dos avanços da América espanhola, atualmente limite com Paraguai e Bolívia. Importante ponto defensivo do território brasileiro na época do Império, o forte foi usado durante a Guerra do Paraguai por sua situação privilegiada, às margens do rio Paraguai, tendo papel decisivo no processo de povoamento da

região. A Prefeitura de Corumbá apoiará a restauração do conjunto de edificações do Forte Coimbra, que está prevista para ser realizada pelo IPHAN, com recursos do Governo Federal.

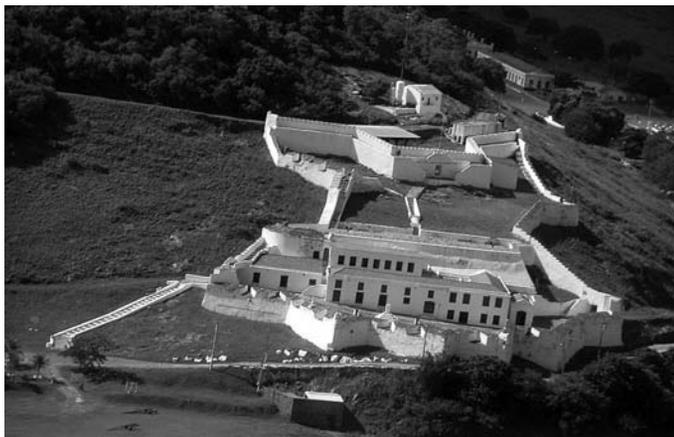


Figura 9.6: Conjunto de edificações do Forte Coimbra, na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul.

Fonte: <http://www.corumba.ms.gov.br/modules/xccgal/displayimage.php?pid=6369&album=1048&pos=0>

O Governo Estadual, por meio de um decreto-lei de 1981, regulou a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Mato Grosso do Sul, realizando o tombamento de diversos bens no estado – dentre eles, a Casa do Artesão de Campo Grande, antigo quartel-general de Campo Grande; a Casa de Cultura Luiz de Albuquerque; a Igreja de São Benedito e dezenas de estações ferroviárias, distribuídas ao longo da Rede Ferroviária Federal, com os respectivos entornos históricos. A localidade de Miranda, por exemplo, uma das muitas pequenas cidades no trajeto do caminho dos trens que avançava pelo Pantanal, teve sua antiga estação ferroviária restaurada e tombada pelo patrimônio estadual – no prédio recuperado foram instalados a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, a Casa do Artesão e o Museu Ferroviário. Hoje a malha ferroviária do trem do Pantanal, como é conhecida, funciona apenas com serviço de transporte de carga, estando prevista, entretanto, a reativação da linha de passageiros entre as cidades de Campo Grande e Corumbá em 2009, o que poderá contribuir para estimular o turismo da região.



Figura 9.7: A estação ferroviária da cidade de Miranda, após os trabalhos de restauração em 2005.

Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ms_nob/miranda.htm

Patrimônio Imaterial do Mato Grosso do Sul

A região foi habitada em seus primórdios pela população indígena, pelos portugueses colonizadores e, posteriormente, por migrantes como os gaúchos, paranaenses e paulistas, que colaboraram para formar uma cultura bastante rica. O afastamento do litoral garantiu certo isolamento das influências europeias, e o contato direto com a cultura indígena guarani se reflete na culinária, com pratos exóticos: caldo de piranha, churrasco de mandioca, licor de pequi e o *tererê* – espécie de chimarrão gelado, bebida tradicional entre os índios da região.

Entre as riquezas imateriais do estado, como a viola-de-cocho – inscrita no Livro dos Saberes pelo IPHAN, em 2005, como patrimônio imaterial dos estados do Mato Grosso, como foi citado anteriormente, e do Mato Grosso do Sul –, o estado preserva interessantes manifestações culturais, entre elas as danças como o cururu e o siriri, que são acompanhadas pelas tradicionais violas-de-cocho, e as comemorações religiosas, como a Festa do Divino Espírito Santo, na cidade de Coxim, uma tradição centenária da cultura sul-mato-grossense.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Os estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul reúnem uma grande diversidade de categorias de bens: naturais, materiais e imateriais. Um deles, entretanto, representa um patrimônio inestimável e que é dividido entre esses dois estados. Identifique qual é esse patrimônio e justifique sua importância.

Resposta Comentada

Os estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul reúnem uma imensa área alagada conhecida como Pantanal Mato-grossense, que preserva um complexo ecossistema e a maior reserva de água doce do planeta. O fornecimento abundante de água e o clima semi-úmido garantem o bioma exuberante ao Pantanal, com uma flora e fauna de grande variação e beleza. Em 2000, o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense passou a fazer parte da Lista de Patrimônio da Humanidade da Unesco, reconhecido como reserva natural mundial. Essa Área de Conservação abriga cerca de 650 espécies de pássaros, entre os quais o tuiuiú, a ave-símbolo do pantanal.

Patrimônio Cultural do estado de Goiás

GOIÁS (GO)

Capital: Goiânia

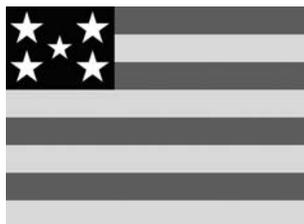
Região: Centro-Oeste

Municípios: 246

Gentílico: goiano

Área: 340.086,698 km²

População: 5.619.917 habitantes



Localizado a leste da região Centro-Oeste, o estado de Goiás, com capital em Goiânia, ocupa o Planalto Central brasileiro e faz fronteiras ao norte com o estado do Tocantins; a nordeste, com a Bahia; a sudoeste, com o Mato Grosso do Sul; a oeste, com o Mato Grosso; e a leste e ao sul, com Minas Gerais.

Desde o final do século XVI, o Sertão dos Goyazes já recebia jesuítas e paulistas que buscavam índios – os primeiros com o objetivo de catequizar e os segundos, com o de escravizar. Durante esse período, diversas bandeiras vieram de São Paulo e no século XVII outras chegariam à região vindas de Belém pelos rios Tocantins e Araguaia. Em 1722, para lá se dirigiu a bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, cognominado Anhangüera (significando *Diabo Velho*, em guarani), considerado um dos bandeirantes mais importantes que penetraram no sertão brasileiro no período colonial em busca de ouro e prata. Fundou-se então, naquele local, o Arraial de Sant’Anna, em 1727, que depois passou a se chamar Vila Boa de Goyas – o nome Goiás tem origem na tribo indígena dos Goyazes, que habitavam a região.

O clima do estado é tropical semi-úmido, havendo uma estação chuvosa de outubro a abril e outra seca entre maio e setembro, com temperatura média variando em cerca de 23°C. A vegetação típica de Goiás é o **cerrado**, havendo, entretanto, resquícios de floresta atlântica na região das cidades de Goiânia e Anápolis. Sua riquíssima fauna conta com uma grande variedade de peixes e anfíbios, como também capivaras, onças, macacos, tamanduás e animais específicos do cerrado, como a *seriema* e a *ema*.

Cerrado

É uma região natural de vegetação do tipo savana, que ocorre no Brasil e em regiões do Paraguai e da Bolívia, onde é conhecido pelo nome de chaco.

O cerrado é um dos mais antigos ecossistemas e apresenta um bioma de grande diversidade – um patrimônio natural constantemente ameaçado pelo desmatamento, pelas queimadas, pelo avanço da agricultura e da pecuária.

Patrimônio Cultural e Natural do estado de Goiás

Goiás apresenta uma grande riqueza cultural e histórica, assim como um exuberante cenário natural. Os turistas que se dirigem ao estado tanto podem usufruir de suas belezas naturais – como as fontes de águas termais, na cidade de Caldas Novas, um dos pontos turísticos mais visitados no país – quanto se deixar seduzir pelo apelo cultural das cidades históricas. Pirenópolis, um dos primeiros

municípios de Goiás, e Goiás Velho – cidade colonial que reúne uma cultura miscigenada por índios, negros e colonizadores – revelam a verdadeira essência e identidade do espírito goiano.

A localização do estado, distante da capital do Império, o Rio de Janeiro, não privou sua vida cultural de bons teatros, construídos no final do século XVIII, preservando a tradição comum nas regiões de mineração da época, cuja riqueza se refletia em apresentações religiosas e laicas em casas de espetáculos.



Figura 9.8: Teatro de Pirenópolis, construído em 1899 e restaurado em 2000. Hoje, apresenta peças teatrais, recitais e outros eventos, reintegrado à vida cultural da cidade.

Fonte: http://www.emundy.com/viagens-e-turismo/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=33

Bens naturais de Goiás reconhecidos como Patrimônio da Humanidade

O estado possui três bens reconhecidos pela Unesco como Patrimônio da Humanidade. São eles: as Áreas de Proteção do Cerrado – o *Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros* e o *Parque Nacional das Emas* –, que passaram a fazer parte da lista de patrimônio mundial em 2001; o *Centro Histórico da Cidade de Goiás* (Goiás Velho), em 2001; e o *Plano Piloto de Brasília*, Capital Federal do Brasil, reconhecido em 1987.

Criadas em 1961 pelo então presidente da República Juscelino Kubitschek, as *Áreas de Proteção do Cerrado*, cuja flora e fauna

características vêm servindo por milênios como *habitat* para inúmeras espécies durante os períodos de variação climática, foram consideradas, por isso, como de importância vital para a preservação dessa biodiversidade para o futuro. O Parque Nacional das Emas estende-se por 132.000 hectares, e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, por 65.514 hectares, abrigando um grande número de espécies raras, destacando-se o urubu-rei e a ema. Esses parques mantêm áreas históricas – antigas ocupações de garimpos que colaboraram para a ocupação do território – com o objetivo de preservar a memória da cultura local e estimular pesquisas científicas e educação ambiental.



Figura 9.9: Queda-d'água no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Fonte: http://www.ibama.gov.br/parna_veadeiros/

O Plano Piloto de Brasília, no Distrito Federal, também faz parte da lista de Patrimônio da Humanidade da Unesco desde 1987, reconhecimento que levou em consideração o traçado urbanístico de Lucio Costa e a inovação arquitetônica de Oscar Niemeyer.

Bens do estado de Goiás que são patrimônio nacional

O IPHAN possui relacionados em seus livros de tombos 29 bens do estado: 4 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 7 no Livro Histórico e 18 no de Belas-Artes. Destaca-se,

entre eles, o *Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás*, que compreende a área histórica da cidade de Goiás Velho, antiga capital do estado. Em 1978, o sítio histórico foi tombado pelo IPHAN, reunindo cerca de 486 imóveis. Entre essas construções, destacam-se a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, de 1779; o Chafariz da Boa Morte, de 1778, em alvenaria e pedra-sabão e que abastecia a cidade; o Palácio Conde dos Arcos, antiga casa dos governadores, de meados do século XVIII; e a antiga Casa de Câmara e Cadeia. Esta abriga, hoje, o Museu das Bandeiras, constituindo-se no exemplo mais significativo da arquitetura oficial portuguesa no Brasil na região Centro-Oeste.



Foto: Marcello Brandão

Figura 9.10: Igreja da Boa Morte no Centro Histórico da cidade de Goiás, reconhecida, em 2001, pela Unesco, como Patrimônio da Humanidade e tombada pelo IPHAN no Livro de Belas-Artes, em 1950. Nela funciona o Museu de Arte Sacra da Boa Morte, que reúne as peças de imagi-nária religiosa do importante escultor goiano Veiga Valle.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Boamorte.jpg>



Para conhecer os outros bens tombados em Goiás pelo IPHAN, acesse o arquivo da instituição, Arquivo Noronha Santos, na parte Livros de Tombo: <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>

Outro patrimônio de grande relevância do estado é o *Conjunto Arquitetônico, Urbanístico, Paisagístico e Histórico* da cidade de Pirenópolis, fundado por garimpeiros em 1727 e que logo viraria arraial por sua localização vantajosa junto ao entroncamento dos caminhos que ligavam Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. O traçado de suas ruas coloniais completa-se com casa-rões, casas modestas e igrejas em estilo barroco.



Figura 9.11: Centro Histórico de Pirenópolis, fundado em 1727 e tombado pelo IPHAN, em 1990, no Livro Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Fonte: <http://www.pirenopolis.tur.br/portal/index.php?id=mostragal&idgal=27>

Patrimônio goiano tombado pelo estado

A partir de 2003, o estado de Goiás passou a contar com uma Gerência de Legislação e Tombamento que atua recebendo os pedidos de tombamento – que podem ser sugeridos por qual-

quer cidadão –, elaborando pareceres técnicos sobre os bens e inscrevendo-os nos Livros de Tombo Estadual. A Gerência também orienta proprietários de bens tombados sobre a conservação de seus bens, realizando vistorias anuais. Atualmente, Goiás possui 67 bens tombados em âmbito estadual em 15 de seus municípios, sendo que a maior concentração desse rico patrimônio fica na capital, Goiânia, e na cidade de Goiás.



Confira na página oficial da Agência Goiana de Cultura a lista dos bens tombados pelo estado de Goiás e seus respectivos municípios em http://e-commerce.cultura.com.br/shopping/mostra_noticia.asp

Patrimônio Imaterial de Goiás

Com clima agradável e belezas naturais, Pirenópolis, localizada a poucos quilômetros de Brasília, mantém diversas tradições culturais. A culinária, o artesanato e as danças regionais são testemunhos vivos do processo de desenvolvimento histórico não apenas da cidade, mas da própria identidade goiana. A tradição culinária do estado caracteriza-se pelo uso de produtos locais, como o **pequi**.

Entre as tradições locais, as comemorações populares juntam-se às religiosas, como as Cavalhadas e as celebrações do *Divino Espírito Santo*, mostrando a força centenária das tradições locais. Considerada o maior evento da cidade de Pirenópolis, em Goiás, a Festa do Divino – além das missas, procissões e novenas – encanta os turistas e a população local com queima de fogos, fogueiras, bandas de música, apresentações de teatro, congadas, dança de fitas, de mascarados e cavalhadas. A Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis está em processo junto ao IPHAN para entrar no registro de tombamento como Patrimônio Imaterial Nacional.

Pequi

Considerado símbolo da goianidade, é uma fruta original do cerrado brasileiro e que é muito utilizada nas cozinhas nordestina, do norte de Minas Gerais e do Centro-Oeste. Dela se extrai um óleo, chamado de azeite de pequi, e seus frutos, de sabor e aroma singulares, também são usados na preparação de pratos com arroz e frango.

Resposta Comentada

A cultura do Brasil, como ocorre com a grande maioria dos países, formou-se a partir de um amálgama de diversas influências, que acumularam as referências primitivas legadas pelos indígenas e por imigrantes vindos de diferentes nações. O fato de as Cavalhadas serem herdeiras diretas de manifestações comuns em Portugal não as faz menos brasileiras, considerando que ser brasileiro significa exatamente incorporar esse ethos resultante de um processo de seleção e descarte de referências variadas. As Cavalhadas de Pirenópolis, que repetiam no Brasil as celebrações portuguesas de cunho teatral que relembavam a vitória dos cristãos sobre os mouros, esvaziaram-se dessa significação original para assumir o espírito de uma religiosidade festeira e completamente integrada na realidade social local. Fantasias, adereços, ritmo, música, danças passam a incorporar a visão de mundo e os aspectos específicos de grupos locais, que transmutam a significação original numa manifestação profundamente representativa da identidade nacional.

Conclusão

A grande importância que a busca pelas riquezas trazidas pelo garimpo de ouro e de diamantes teve na criação das antigas cidades da região Centro-Oeste reflete-se nos centros históricos que, após a transferência da Capital Federal para Brasília e o desenvolvimento do agronegócio, estão sendo redescobertos e revitalizados. Algumas cidades que não mostravam interesse pela arquitetura colonial abandonada começam a se orgulhar de seus monumentos e de sua história, passando a valorizar sua própria identidade. Igrejas e antigos casarios são restaurados; ruínas são preservadas e iluminadas. Em diversas cidades dos estados que compõem a região, iniciativas institucionais ou particulares vêm tirando esse patrimônio da obscuridade, revelando-os a moradores que conseguem hoje enxergar neles sua memória e sua própria identidade.

No conjunto do patrimônio da região Centro-Oeste, duas categorias precisam agora de grande atenção: o patrimônio natural e o imaterial. O desenvolvimento econômico costuma colocar em oposição progresso e natureza, numa analogia que imagina que só os selvagens devem habitar o ambiente natural. Dentro do processo histórico de urbanização, as cidades avançaram sobre as matas e florestas como se elas fossem obstáculos ao desenvolvimento humano. As novas visões de ocupação sustentável dos espaços naturais costumam encontrar uma oposição poderosa dos que buscam lucro rápido, normalmente acompanhado pelo crescimento desordenado e não sustentável em médio prazo. Os estados da região Centro-Oeste têm diante de si o desafio de investir em seu desenvolvimento, preservando o seu imenso patrimônio natural, que é constituído por extraordinários biomas: seus cerrados, suas áreas de florestas – onde ainda habitam comunidades indígenas –, suas bacias hidrográficas e todo o equilíbrio natural que faz de seus parques santuários ecológicos e locais de reprodução de fauna e flora impressionantes. O patrimônio material, as manifestações artísticas e folclóricas, as festas religiosas e populares, o artesanato e a culinária, que são testemunhos vivos da miscigenação cultural da região, precisam também ser valorizados, para que não se percam em meio ao rápido desenvolvimento que experimentam os estados da região.

Resumo

Formada pelos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás (e o Distrito Federal, Brasília), a região Centro-Oeste localiza-se no imenso Planalto Central brasileiro. Seu cenário natural é exuberante e variado, compondo-se de florestas, chapadões, planaltos e planícies alagadas, que, com o auxílio do clima semi-úmido, serve de criadouro para uma flora e fauna de grande variação e riqueza. As cidades da região surgiram ao longo dos caminhos abertos pelos bandeirantes durante os séculos XVII e XVIII, em busca de minérios e de índios, pelas ferrovias que, no século XX, dariam novo impulso à região, e pelo recente desenvolvimento acelerado do agronegócio. Na região, há áreas ainda selvagens – algumas autênticos santuários ecológicos –, como as reservas naturais que abrigam tribos indígenas como o Parque do Xingu e do Araguaia e que enfrentam invasões de suas terras por garimpeiros, madeireiros, pecuaristas e agricultores. Há também modernos centros urbanos, cidades de grande desenvolvimento econômico, como Brasília, a capital do país. Uma região de contrastes, o Centro-Oeste é um pólo turístico em pleno desenvolvimento, com ênfase nos visitantes que buscam os atrativos de seu rico patrimônio natural. Esta diversidade cultural e crescimento acelerado necessitam de monitoramento para que toda a imensa riqueza – natural, material e cultural – da região não venha a se perder.

10

O Patrimônio Cultural e Artístico brasileiro: região Norte

Meta da aula

Apresentar o patrimônio cultural da região Norte, formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, analisando as características principais dos patrimônios natural, material e imaterial de cada uma dessas unidades da Federação, suas influências e transformações.

Objetivos

- 1 reconhecer a importância e o perigo que correm construções históricas antigas que estão abandonadas;
- 2 identificar o melhor modo de preservar o patrimônio da região, que tem se mostrado importante do ponto de vista cultural e turístico;
- 3 reconhecer a importância de dedicar o mesmo esforço de preservação tanto ao patrimônio natural quanto ao cultural.

Pré-requisitos

Para que esta aula seja mais facilmente absorvida, é necessário o domínio do conteúdo das Aulas 4,5 e 6, especialmente o Programa Documenta e os conceitos de arquitetura eclética, patrimônio natural e os tipos de manejo de Unidades de Conservação.

Introdução

A região Norte do Brasil apresenta, apesar de sua grande extensão territorial, uma baixa densidade populacional – como ocorre também na região Centro-Oeste, com a qual faz fronteira ao sul –, decorrente das características específicas de seu ecossistema, que une florestas tropicais densas a imensas bacias hidrográficas que, ciclicamente, alagam extensas porções do território. Formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, a região Norte limita-se, ao norte, com o maciço das Guianas, ao sul, com o Planalto Central, a noroeste, com o oceano Atlântico e, a oeste, com a cordilheira dos Andes.

O clima predominante é o equatorial, quente e chuvoso, sendo que em regiões ao norte do Pará, ao sul do estado do Amazonas e em Rondônia o clima é tropical. Este tipo de clima, com alta umidade e temperaturas médias em torno de 25,5°C, garante o incrível ecossistema da Floresta Amazônica, que representa mais de um terço das florestas mundiais, com uma flora extremamente variada. Nas áreas de alagamento constante, a *mata de igapó* apresenta árvores mais baixas, mas, à medida que avança para o interior, para as matas de terra firme, chamadas de *caaetê* – que só inundam durante as grandes enchentes por estarem em zonas mais elevadas –, a vegetação assume dimensões grandiosas e densas. A região possui a maior bacia hidrográfica do mundo, destacando-se o rio Amazonas – o maior do planeta em volume de água e em extensão, com uma infinidade de afluentes – e parte da bacia do rio Tocantins, onde está localizada a ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo.



Há três tipos de vegetação na Floresta Amazônica: a mata do igapó, que se situa próxima aos rios, sendo permanentemente alagada; a várzea, localizada nos trechos intermediários, que possui grande diversi-

dade de espécies e que é inundada durante as cheias dos rios; e a mata de terra firme, região mais afastada dos rios, com árvores muito altas e rica fauna, que não sofre inundações.

Habitada originalmente por grupamentos indígenas, com tribos e aldeias distribuídas por seu vasto território, a região Norte, a partir do século XVII, passou a ser visitada por espanhóis e portugueses, que realizaram explorações militares e religiosas com o intuito de proteger a terra e “salvar as almas”, construindo fortes e criando missões para catequização dos índios, a exemplo do que ocorria na região Sul do país, e dando origem a diversas localidades. Durante o século XVII, os exploradores europeus aproveitaram-se do conhecimento indígena sobre os recursos naturais das florestas da região para manter um comércio de produtos exóticos muito lucrativo na Europa. A extração das drogas do sertão – espécies vegetais como baunilha, pimenta, cacau, madeiras aromáticas, tabaco, canela, guaraná – tornou-se uma das principais atividades econômicas da região Norte, exportadas para a Europa pela foz do rio Amazonas.

O patrimônio cultural do Acre

ESTADO DO ACRE (AC)

Capital: Rio Branco

Região: Norte

Municípios: 22

Gentílico: acreano

Área: 164.221,36km²

População: 686.652 habitantes



O atual estado do Acre pertenceu à Bolívia até 1903, quando foi integrado ao Brasil na condição de território, só sendo elevado a estado da Federação em 1962. A maior parte do estado está situada numa altitude média de 200 metros e ainda conta com

uma cobertura vegetal de praticamente 90% da área original. Em 2004, foi criado o Parque Estadual do Chandles, uma unidade de Conservação de Proteção Integral que cobre quase 700 mil hectares de florestas nativas. O nome do estado do Acre tem origem na língua dos índios Apurinã, originando-se do termo *aquiri*, significando *rio dos jacarés*.

A riqueza da diversidade cultural acreana reúne antigas tradições indígenas, que incluem etnias do tronco lingüístico Aruak e Pano. Divididos em diversos povos, os grupamentos indígenas estão distribuídos por cerca de 146 aldeias com aproximadamente 14.500 índios, que ocupam terras que cobrem quase 14% do território do estado. Fazendo fronteiras internacionais com o Peru e a Bolívia e com os estados do Amazonas e Rondônia, o Acre recebeu os primeiros habitantes não-indígenas em 1877, com a chegada dos migrantes nordestinos para trabalhar na extração do látex nos seringais da região, o que contribuiu para a assimilação de costumes como, por exemplo, pratos da culinária nordestina, como o bobó de camarão, o vatapá e a carne-de-sol com macaxeira. Destaca-se, entretanto, o prato feito com pirarucu, o maior peixe de água doce do mundo, costume herdado dos índios. A figura do seringueiro está diretamente ligada ao desenvolvimento da região, sendo lendária a história de Chico Mendes, que se tornou símbolo da defesa da Floresta Amazônica.



Francisco Alves Mendes Filho, conhecido internacionalmente como Chico Mendes (1944-1988), foi um seringueiro e ativista ambiental que liderou o I Encontro Nacional dos Seringueiros em 1985 e a



luta pela preservação da floresta e do modo de vida das pessoas da região, como seringueiros, indígenas,

castanheiros, pescadores e quebradeiras de babaçu, com a criação de reservas extrativistas. Sua proposta de unir os Povos da Floresta em defesa da Floresta Amazônica conseguiu grande repercussão no Brasil e no exterior, principalmente após seu assassinato em 1988, exatamente por sua luta em defesa da preservação da Amazônia.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Chico_Mendes.jpg

A capital, Rio Branco, concentra quase 50% da população, ocupando ambas as margens do rio Acre, que nasce no Peru e desemboca, no Brasil, no rio Purus. Rio Branco é o grande centro econômico e cultural do Acre, localizando-se na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, cercada pela majestosa floresta tropical. A origem da cidade de Rio Branco liga-se à fundação do primeiro seringal em fins do século XIX, na margem direita do rio Acre, junto a uma impressionante **árvore da gameleira** – com quase três metros de diâmetro e vinte metros de altura, que foi tombada como monumento histórico pelo Decreto Municipal nº 752, em 1981 –, que até hoje marca o local das batalhas da Revolução Acreana, que levaram à assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903, no qual a Bolívia cede o Acre ao Brasil.

O estado do Acre não possui bem tombado pelo IPHAN, mas preserva alguns de seus bens materiais, como o Palácio Rio Branco, no centro da capital. O prédio de linhas clássicas, construído na década de 1930, foi até 1998 a sede do governo do estado, abrigando atualmente o Museu Histórico.



Figura 10.1: Palácio Rio Branco, localizado na capital homônima e que hoje abriga o Museu Histórico do Estado.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Pal%C3%A1cio_Rio_Branco_\(Acre\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pal%C3%A1cio_Rio_Branco_(Acre))

A árvore da gameleira, cujo nome científico é *Ficus doliaria*, é como são conhecidas diversas árvores da família das moráceas, notadamente as do gênero *ficus*. A gameleira ganhou esse nome por ser usada para a produção de gamelas (recipientes usados para dar comida a porcos e outros animais). O caule da árvore é escavado para formar uma parte côncava, na qual a ração será colocada. As folhas da gameleira são utilizadas em rituais da cultura afro-brasileira.

Patrimônio histórico cultural do Acre

Um dos bens culturais protegidos é o Cacimbão da Capoeira, criado em 1927 para abastecer com água potável a zona urbana da capital, o que era feito por meio dos aguadeiros, que transportavam a água apanhada no Cacimbão no lombo de burros. O Cacimbão da Capoeira foi tombado como Patrimônio Histórico da Cidade de Rio Branco em 1992. Entretanto, os bens culturais de destaque do Acre são ligados à memória do período áureo da extração do látex para a confecção da borracha, que foi, sem dúvida, o grande fator de desenvolvimento da região. A Fundação Cultural do Acre criou a Casa do Seringueiro – reunindo um acervo ligado a essa atividade extrativista – e o Museu da Borracha, na capital, destinado à preservação, pesquisa e divulgação da cultura material e imaterial do Acre.

O CineTeatro Recreio também é testemunho desse período de desenvolvimento, tendo sido palco de apresentações artísticas e culturais. Construído em 1948, seguindo ainda as tendências ecléticas da época, é considerado Patrimônio Histórico do Acre, integrando o circuito cultural do Calçadão da Gameleira, no Centro Histórico de Rio Branco.



Figura 10.2: Cine Teatro Recreio, Rio Branco, antigo Cine Éden (1948), restaurado em 1987.

Fonte: <http://ac.anasps.org.br/culturais.htm>

Patrimônio natural do Acre

As riquezas naturais representam o grande patrimônio do estado, e a luta para conviver com a floresta sem destruí-la continua a ser um grande desafio que exige a consciência da importância de sua preservação. O estado tem incentivado as atividades tradicionais, como a produção de borracha e de castanha, assim como a exploração sustentável de madeira. A atenção à melhoria da infra-estrutura urbana e a criação de pousadas ecológicas, visando ao desenvolvimento do turismo no estado e aproveitando seu incrível patrimônio natural, são outras importantes medidas para a valorização cultural da região.



A ambientalista Marina Silva (1958-), nascida na capital, Rio Branco, foi companheira de luta de Chico Mendes, tornando-se senadora da República pelo estado do Acre, em 1994, tendo se destacado pela defesa da Amazônia na luta pela regulamentação do uso da biodiversidade da região. Formada



em História pela Universidade Federal do Acre, Marina Silva foi nomeada ministra do Meio Ambiente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, pedindo demissão em 2006 por discordar das acusações feitas por autoridades governamentais de que ela atrasava deliberadamente licenças ambientais exigidas para a realização de obras de infra-estrutura na região.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:marinasilva13122006.jpg>

O grande atrativo natural da região levou à criação de rotas turísticas no Acre, como os *Caminhos do Pacífico* e os *Caminhos de Chico Mendes*, que foram apresentadas no Salão de Turismo 2008, em São Paulo.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre visa promover um crescimento econômico sustentável, garantindo melhores condições de vida à população e preservando o patrimônio natural do estado.

O patrimônio cultural de Rondônia

ESTADO DE RONDÔNIA (RO)

Capital: Porto Velho

Região: Norte

Municípios: 52

Gentílico: rondoniense ou rondoniano

Área: 237.576,167km²

População: 1.562.417 habitantes



Ainda no século XVI, a região correspondente ao atual estado de Rondônia começou a receber investidas de europeus, como o conquistador espanhol Ñuflo de Chaves, que fundou a cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra em 1561, e o português Antônio Raposo Tavares, que no século seguinte partiu com sua bandeira de São Paulo pelos rios Paraná e Paraguai até chegar ao rio Amazonas e alcançar Belém do Pará. No século XVIII, o governo português de D. José I construiu o *Real Forte Príncipe da Beira*, uma dentre muitas edificações defensivas que faziam parte do projeto de colonização da Amazônia. O objetivo do ministro português marquês de Pombal, responsável pela iniciativa, era bloquear o avanço estrangeiro no território, garantindo as fronteiras do país e delimitando os domínios espanhóis e portugueses.



O estadista português Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como marquês de Pombal (1699-1782), foi secretário de estado do rei D. José, de Portugal. Considerado um representante do despotismo iluminado – governo que conjugava absolutismo e progresso de ideais iluministas, comuns na Europa de meados do século XVIII, Pombal implementou diversas reformas, tendo determinado o fim dos autos-de-fé da Inquisição portuguesa (tribunal da Igreja Católica que punia com a morte os acusados de heresia) e decidido pela expulsão dos padres jesuítas de Portugal e de suas colônias, incluindo o Brasil. Na imagem, a obra *O marquês de Pombal expulsando os jesuítas* (1766), de Louis-Michel van Loo (1707-1771) e Claude-Joseph Vernet (1714-1789).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Louis-Michel_van_Loo_003.jpg

Um patrimônio histórico de Rondônia tombado pelo IPHAN

Inaugurado em 1783, na margem direita do rio Guaporé, fronteira com a Bolívia, o Real Forte Príncipe da Beira é uma das maiores fortificações construídas no país e o mais antigo monumento histórico do estado de Rondônia. Com muralhas de 10

metros de altura e quatro baluartes armados com canhões em seus ângulos, o forte possuía uma ponte levadiça sobre um fosso profundo que protegia as residências do comandante e dos oficiais, a capela e outras construções para armazenagem de provisões. A construção, localizada no município de Costa Marques, foi tombada em 1950 no Livro Histórico do IPHAN, iniciando em junho de 2008 seu processo de revitalização e preservação histórica, adaptando-a para novo uso.



Figura 10.3: As ruínas do Real Forte Príncipe da Beira, no município de Costa Marques, tombadas em 1950 no Livro Histórico do IPHAN.

Fonte: <http://www.setur.ro.gov.br/?secao=26&tipo=galerias>

O Museu da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré preserva a memória da difícil construção da ferrovia que marcou o ciclo da borracha, inaugurada em 1912 e que ficou conhecida como a “estrada do Diabo” pelo grande número de vidas humanas que foram perdidas durante as obras. O museu é a principal atração

histórica do estado, instalado no Complexo Turístico Ferroviário de Porto Velho, em um armazém revitalizado da antiga ferrovia, localizado no centro da capital, onde estão expostas antigas locomotivas e objetos que guardam a memória da ferrovia, como móveis de escritório, relógios de ponto dos ferroviários, carimbos e máquinas. O Conselho do IPHAN aprovou o tombamento da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré (EFMM) por sua importância histórica e cultural.

Patrimônio natural de Rondônia

• Parque Natural Municipal de Porto Velho

O processo de desmatamento decorrente da contínua exploração de madeiras e garimpeiros motivou a criação, em 1989, do Parque Natural pelo município de Porto Velho, numa área situada no Alto Madeira. O Parque Natural, conhecido como Parque Ecológico, visa preservar a natureza da região, respeitando sua diversidade biológica e estimulando a educação ambiental e o lazer. O Parque se localiza numa região típica de florestas, cortada por córregos e **igarapés**.

O patrimônio cultural de Roraima

RORAIMA (RR)

Capital: Boa Vista

Região: Norte

Municípios: 15

Gentílico: roraimense

Área: 225.116km²

População: 415.281 habitantes



Chamado de Território Federal do Rio Branco, o estado de Roraima recebeu esse nome do monte Roraima, ponto culminante do estado – *roro-imã*, significando *serra verde*, na língua indígena. A partir do século XVII, a região passou a receber expedições portuguesas que para lá se dirigiam em busca das drogas

Igarapés (do “nheengatu”, língua originária do tupi-guarani) são cursos d’água formados por braços estreitos de rios pouco profundos, muito comuns na bacia Amazônica. Suas águas, normalmente escuras, são navegáveis por embarcações pequenas, constituindo-se em via importante de comunicação e transporte.

do sertão e produtos extraídos da região, tais como castanha, cravo, guaraná, pimenta, urucum e baunilha. Preocupado em proteger as fronteiras, o governo português, em meados do século seguinte, criou a Capitania Real de São José do rio Negro, construindo ali o *Forte de São Joaquim do Rio Branco*, em 1775. Com a iniciativa, teve início o povoamento da região que, durante a vigência do período imperial (1822-1889), foi transformada em sede da freguesia, com o nome de Boa Vista. O pequeno povoado chamado Freguesia Nossa Senhora do Carmo, que se formou ao longo da bacia do rio Branco, foi transformado após a Proclamação da República no município de Boa Vista do Rio Branco, ligado ao estado do Amazonas, do qual só se desmembraria em 1943, assumindo, então, o *status* de Território Federal do Rio Branco. Para não ser confundido com a capital do Território do Acre, passou a se chamar Território de Roraima, em 1962. A Constituição de 1988 elevou o território à condição de estado, o que só foi implementado em 1991. A exploração dos garimpos promoveu um crescimento acelerado do estado até finais dos anos de 1990, período em que o aeroporto internacional de Boa Vista chegou a ser um dos mais movimentados do país. A riqueza do solo da região, com grandes jazidas de ouro, diamante, cassiterita, bauxita, cobre etc., vem sendo motivo de constantes conflitos entre índios e garimpeiros.

Patrimônio material de Roraima

Poucas edificações do início da colonização do estado foram preservadas. Entre elas está o Forte São Joaquim, construção de 1775 que entrou em processo de deterioração a partir de 1900, após sua desativação. O Exército Brasileiro está envolvido atualmente na recuperação das ruínas do forte, que fica a 52km de Boa Vista, transformando-o em um museu histórico militar por sua importância como marco da história de Roraima, o que motivou seu tombamento em 2001.

As mais antigas construções ainda existentes na capital Boa Vista datam do final do século XIX e início do XX, correspondendo à estética eclética (ver sobre ecletismo na Aula 2), típica do período. Uma delas é o antigo prédio da Prelazia do Rio Branco, construído em 1907 e que funcionou como residência de bispos, hospital e sede administrativa do Território do Rio Branco. Considerado como patrimônio arquitetônico e cultural de Boa Vista, nele funciona, atualmente, a diocese de Roraima.



Figura 10.4: O prédio eclético da Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo (1907), no Centro Histórico de Boa Vista, Roraima.

Fonte: http://www.boavista.rr.gov.br/galeria/exibe.php?id_foto=476

Patrimônio natural de Roraima

O patrimônio natural constitui-se, sem dúvida, no grande destaque do estado. As áreas protegidas representam quase 75% da área total de Roraima e os índios representam mais de 10% dos habitantes – a maior população indígena do país –, o que explica a forte influência dessa cultura na região, que se mescla com os costumes trazidos da região Nordeste e por migrantes de outras partes do país. Há oito Unidades de Conservação no estado: três parques nacionais, três estações ecológicas e duas florestas nacionais. O destaque fica para o Parque Nacional do

Monte Roraima, criado em 1989, mas que perdeu um pouco de sua área com a recente homologação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. O monte Roraima é um dos diversos concorrentes na eleição das Novas Sete Maravilhas Naturais do mundo.



Figura 10.5: Monte Roraima – no Parque Nacional do Monte Roraima –, formação que se imagina tenha se erguido há mais de dois bilhões de anos.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Monte_Roraima

Patrimônio imaterial do estado de Roraima

As tradições da região representam um encontro entre costumes das populações indígenas, dos colonizadores portugueses e de migrantes que chegaram posteriormente de outros estados do país. O folclore de Roraima inclui danças indígenas, e o vocabulário local utiliza-se de palavras originárias de diversos dialetos usados pelos índios da região.

As escolas de samba, com seus carros alegóricos, durante o carnaval, e a teatralização da Paixão de Cristo no município de Mucajaí, na Semana Santa, congregam a cultura de Roraima aos costumes do restante do país, com destaque para as festas do ciclo junino, Santo Antônio, São João e São Pedro, mostrando sintonia com a enorme valorização das festas juninas na região Nordeste do Brasil, decorrente da grande influência nordestina na região.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Considerando o interesse turístico que os monumentos históricos representam e sua importância para o reconhecimento da identidade cultural das regiões onde estão localizadas, por que motivo o Real Forte Príncipe da Beira, uma importante construção do século XVIII, transformou-se em ruínas? Qual o fator que mais influencia a deterioração de construções históricas antigas?

Resposta Comentada

Realizada pelo Exército, a desativação do Real Forte Príncipe da Beira ocorreu em decorrência de sua não-utilização. Ainda que possa parecer óbvio, a não-utilização de determinado bem arquitetônico é o caminho mais curto para sua deterioração. O arquiteto Cyro Correa Lira, atual assessor técnico do IPHAN, defende que apenas recuperar uma construção arquitetônica, restaurando-a com todo o cuidado, não garante sua preservação. Recuperado, mas sem utilização, o espaço rapidamente se perderá. Para ele, o indispensável é que seja dada ao prédio uma função, como centro cultural ou museu, escola, repartição pública ou qualquer outra utilidade que permita ao espaço ser preservado e se manter sob constante vigilância e manutenção.

O patrimônio cultural do Amapá

AMAPÁ (AP)

Capital: Macapá

Região: Norte

Municípios: 16

Gentílico: amapaense

Área: 142.814,585km²

População: 615.715 habitantes



O atual estado do Amapá, originalmente povoado por populações indígenas, foi constantemente invadido por holandeses, franceses e ingleses que foram expulsos pelos portugueses. Devido à sua posição estratégica – tendo a Guiana Francesa ao norte, o oceano Atlântico a leste e o Suriname a noroeste –, à descoberta de ouro e ao desenvolvimento do extrativismo da borracha no século XIX, o território foi motivo de disputa. A região foi finalmente dominada por Portugal, que ocupou a Guiana Francesa de 1809 a 1817. Dessa ocupação resultou a introdução em território brasileiro de espécies vegetais cultivadas em solo guianês, como a cana-de-açúcar – a cana-caiena ou caiana –, cultura que iria se mostrar fundamental para a colonização e o desenvolvimento do Brasil e que até os dias de hoje desempenha papel de destaque na economia do país, com a utilização de álcool como combustível. A diplomacia brasileira, por intermédio do barão do Rio Branco, conseguiu, com a anuência internacional, incorporar a região ao estado do Pará em 1900. No final do século XIX, a descoberta do ouro e a exploração da borracha colaboraram para o desenvolvimento do Território Federal do Amapá – nome tupi que se refere à árvore *amapá*, de uso medicinal pelos índios. Em 1988, o território foi transformado em mais um estado da Federação.

Um dos estados menos povoados do país, o Amapá, a exemplo dos demais estados da região, teve sua colonização marcada por lutas pela conquista de seu território por diferentes países, o que resultou na construção de um vasto sistema de edificações defensivas pelo governo português. No Amapá, a Fortaleza de São José de Macapá, construída 18 metros acima do mar, assinala a conquista definitiva do rio Amazonas, protegendo a entrada dos ingleses e holandeses. Construída em 1764, na margem esquerda do rio Amazonas, a fortaleza localizava-se na antiga *Província dos Tucujus*, hoje a capital, Macapá. A fortaleza, o único bem tombado pelo IPHAN em 1950, no Livro Histórico, funciona atualmente como Museu Territorial.



Figura 10.6: Fortaleza de São José de Macapá (1764), na margem esquerda do rio Amazonas, na capital Macapá, um dos mais belos monumentos militares do Brasil colonial.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:ForteS%C3%A3o_Jos%C3%A9_Macap%C3%A1_AP.jpg

Outro patrimônio histórico amapaense de destaque é a Igreja de São José, datada de 1761, considerada o monumento mais antigo de Macapá. Ligada à ordem jesuíta, seu estilo segue o classicismo despojado, característico da arquitetura maneirista. Na festa de São José, padroeiro da cidade, a igreja promove um arraial e uma procissão que já se tornaram atração na cidade.



Figura 10.7: Igreja de São José de Macapá, Amapá.

Fonte: <http://www.setur.ap.gov.br/publico/galeria/foto.php?cod=48>

Patrimônio natural do Amapá

O estado do Amapá é um dos mais preocupados com seu patrimônio natural na região amazônica, integrando uma rede de reservas ecológicas, parques nacionais e reservas indígenas. O *Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque* (PNMT), com

uma área de 3.880.000 hectares, é a maior unidade de conservação de floresta tropical do mundo, com ambiente de vegetação primária intocada. Os índios Wajãpi habitam a *Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru*, que se localiza dentro do parque. A região do parque ocupa a fronteira norte do Brasil, no Amapá, alcançando uma pequena área do estado do Pará, na margem direita do rio Jari, que é a principal via de entrada para penetrar nessa região.



Figura 10.8: Paisagem mostrando o alto rio Jari, no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque: maior unidade de conservação de floresta tropical do mundo.

Fonte: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/meio_ambiente_brasil/arpa/arpa_acoes2/acoes/index.cfm



A capital do Amapá, Macapá, é a única do Brasil que é atravessada pela linha do Equador, o marco que assinala a linha imaginária que divide a Terra em dois hemisférios. O Monumento Marco Zero

do Equador atrai a curiosidade dos visitantes, que podem colocar um pé no hemisfério norte e outro no hemisfério sul. O Marco Zero de Macapá fica no centro da cidade, num complexo turístico chamado Parque Meio do Mundo.

Fonte: <http://www.setur.ap.gov.br//includes/foto.php?cod=6>

Patrimônio imaterial do estado do Amapá

A *arte Kusiwa* é uma técnica de pintura feita sob a forma de grafismos, tendo como suporte o corpo humano, cestos, cuias e objetos de madeira, reproduzindo padrões que representam animais. Carregada de simbolismos, a arte Kusiwa forma um sistema de comunicação gráfica, própria da população indígena Wajãpi, usando tintas feitas a partir do urucum, do jenipapo e de resinas perfumadas. Em 2002, foi inscrita como Patrimônio Imaterial no Livro de Registro das Formas de Expressão.

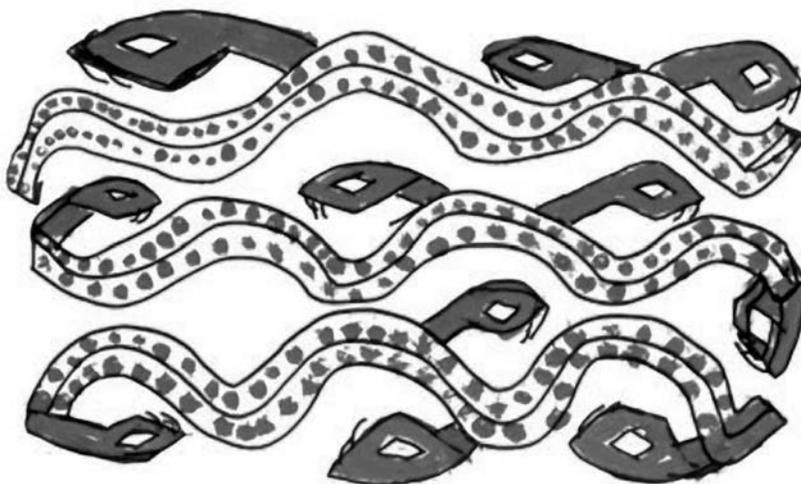


Figura 10.9: Arte Kusiwa: técnica de pintura dos índios Wajãpi, do Amapá. Patrimônio Imaterial inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão do IPHAN.

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=347>

O patrimônio cultural do Tocantins

TOCANTINS (TO)

Capital: Palmas
Região: Norte
Municípios: 139
Gentílico: tocantinense
Área: 277.620,914km²
População: 1.305.728 habitantes



O Tocantins é o mais novo estado brasileiro, criado em 1988 a partir da divisão do estado de Goiás, que perdeu para ele a parte norte de seu território original, ocupando atualmente 277.620km². Tocantins faz fronteira a nordeste com o Maranhão, a leste com o Piauí, a sudeste com a Bahia, ao sul com Goiás, a sudoeste com o Mato Grosso e a noroeste com o Pará. A capital do estado, Palmas – cujo nome homenageia a antiga comarca de São João de Palma –, foi totalmente planejada, sendo a menos populosa do país, com 178.386 habitantes.

O clima de Tocantins é tropical, e mais de 80% de seu território são cobertos por vegetação típica de cerrado, sendo o restante ocupado por florestas. O relevo do estado apresenta planaltos ao sul e planícies na região central – na serra Traíras, encontra-se o ponto mais elevado de Tocantins, com 1.340 metros de altitude. O estado abriga a maior ilha fluvial do mundo, a Ilha do Bananal, com 20.000km² de extensão, onde estão localizados o *Parque Nacional do Araguaia* e o *Parque Nacional Indígena*. Em Tocantins, fica a maior bacia hidrográfica totalmente em território brasileiro: a bacia Tocantins – Araguaia, cujo rio principal é o Tocantins, que nasce em Goiás.

Patrimônio Natural do Tocantins

O *Parque Indígena do Araguaia*, ao sul da Ilha do Bananal, está sob a administração da Fundação Nacional do Índio – Funai,

tendo sido criado para a proteção dos índios Javaé e Carajá originários da região. O *Parque Nacional do Araguaia*, ao norte da ilha, foi o primeiro parque nacional a ser criado no Brasil, em 1959, encontrando-se sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama. O parque ocupa 30% da ilha – o restante dela é propriedade dos índios Carajá e Javaé, que habitam cerca de quinze aldeias – e sua paisagem compõe-se por três biomas: cerrado, Pantanal e Floresta Amazônica.

Há, ainda, o Parque Estadual do Jalapão – localidade próxima à capital, Palmas, uma Área de Proteção Ambiental (APA) que vem se consolidando como uma das maiores atrações turísticas do estado.



Figura 10.10: Ilha do Bananal, uma das mais importantes reservas ecológicas do país, localizada numa zona de transição entre o cerrado e a Floresta Amazônica. Durante o período de cheia do rio Araguaia, entre janeiro e março, a ilha permanece inundada.

Fonte: http://wiki.polewka.pl/pt/wiki/Ilha_do_Bananal.html

Bens do Tocantins como Patrimônio Nacional

O estado do Tocantins não possui nenhum bem listado como Patrimônio da Humanidade e tem apenas um bem tombado em âmbito federal pelo IPHAN. O *Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natividade*, que é tombado pela União desde 1987, faz parte do Programa Monumenta (relembre os detalhes desse programa na Aula 3, sobre as Cidades Históricas Brasileiras). O conjunto arquitetônico de Natividade é composto por mais de trezentas obras barrocas que, com o apoio dos moradores, da Prefeitura de Natividade, do IPHAN e do Programa Monumenta, vem passando por um processo de



Figura 10.11: Ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída pelos escravos no século XVIII. Atualmente, funciona como espaço para apresentações de danças típicas, como a catira e a súcia.

Fonte: [http://www.natividade.to.gov.br/sites/8800/8856/ imagem300.jpg](http://www.natividade.to.gov.br/sites/8800/8856/imagem300.jpg)

recuperação e de valorização de sua memória. Entre esses monumentos, destacam-se, além do casario oitocentista, a Igreja de São Benedito, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Natividade e as ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Esta última sofreu, em 1992 e em 1996, duas intervenções, com apoio do IPHAN, quando foi estabilizado o grande arco de entrada, que ameaçava desabar, e seu entorno foi urbanizado, recebendo iluminação cenográfica.

Patrimônio imaterial do estado de Tocantins

O estado do Tocantins possui uma grande diversidade de manifestações culturais, que se originaram na grande miscigenação de culturas, com festas de cunho religioso mas de grande apelo popular, como as folias de Reis, as festas do Divino Espírito Santo, as cavalhadas e as danças, como a catira ou sússia – um legado cultural extraordinário, que se mantém preservado há séculos pela própria tradição do povo.



Saiba mais sobre as manifestações culturais imateriais do Tocantins na página virtual do Governo do Estado do Tocantins (<http://www.to.gov.br/Cultura>).



Súcia ou sússia é uma manifestação folclórica do Tocantins, dançada pelos negros nas senzalas e que depois passou a fazer parte das comemorações da festa do Divino e da festa da padroeira, Nossa Senhora da Natividade. Com músicas alegres, acompanhadas por tambores e cuícas, a dança é um bailado no qual participam homens e mulheres que evoluem em círculos.



Fonte: <http://to.gov.br/sussia-e-jiqitaia/48>

Sobre o artesanato tocantinense, merecem destaque os trabalhos feitos com o capim-dourado na região do Jalapão. Comunidades remanescentes de antigos quilombos desenvolveram a técnica indígena de cestaria, criando um rico artesanato, que trouxe notoriedade internacional ao município. As peças de formas variadas são comercializadas inclusive pela internet, respeitando, entretanto, as normas e a legislação que foram estabelecidas pelo estado para que essa atividade se torne sustentável e possa continuar a servir de sustento para as comunidades que as praticam. O capim utilizado na confecção das peças cresce entre os meses de abril e junho, só devendo ser colhido de setembro a novembro, o que limita sua capacidade de produção.

A Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Cultural do Estado do Tocantins ainda está em processo de levantamento das referências culturais do estado, respeitando as mesmas categorias definidas pelo Programa Nacional do Patrimônio Imaterial do IPHAN, visando a ações que protejam seu patrimônio imaterial.



Veja na página do Governo do Tocantins detalhes sobre o capim-dourado: <http://cultura.to.gov.br/conteudo.php?id=48>
Acesse também o *site* capim-dourado do Jalapão e conheça mais sobre esse tipo de artesanato e a importância que a atividade vem tomando na região: <http://www.capimdouradojalapao.com/>



Capim-dourado é um tipo de planta existente apenas na região do Jalapão, cujo brilho natural faz lembrar ouro. O artesanato feito com capim-dourado – que até recentemente era desconhecido fora da região do Jalapão – encanta no Brasil e no exterior.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Considerando a importância que o capim-dourado vem assumindo do ponto de vista cultural e turístico para o estado do Tocantins, identifique um modo de se preservar esse patrimônio regional, segundo a visão do IPHAN.

Resposta Comentada

Durante muito tempo, o artesanato feito com capim-dourado limitou-se à fabricação de poucas peças, não sendo conhecido fora da região. Sua descoberta, que encantou turistas brasileiros e estrangeiros, trouxe grande valorização comercial a esses produtos, que passaram a ser vendidos em lojas de renome no país e no exterior.

O artesanato com esse material singular poderia ser registrado no Livro dos Saberes como patrimônio imaterial. A matéria-prima do artesanato cresce entre os meses de abril e junho, podendo ser colhida apenas de setembro a novembro, o que limita a capacidade de produção das peças em capim-dourado. O grande desafio para as autoridades e pessoas ligadas a essa atividade é sistematizar a extração controlada do capim, conscientizando todos os envolvidos sobre o manejo correto para sua sustentabilidade. O Governo do Tocantins já estabeleceu normas para a produção, visando proteger não apenas um artesanato que serve como sustento de diversas famílias de Jalapão, como também preservar um patrimônio cultural imaterial que, ainda que recebendo notoriedade apenas recentemente, já se tornou uma marca do estado do Tocantins.

O patrimônio cultural do Amazonas

AMAZONAS (AM)

Capital: Manaus

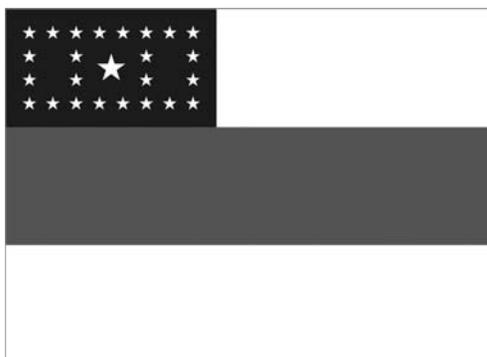
Região: Norte

Municípios: 62

Gentílico: amazonense

Área: 1.570.745,680km²

População: 3.221.940 habitantes



Considerando o que dizia o Tratado de Tordesilhas, todo o vale do rio Amazonas era domínio da Espanha, e muitas expedições espanholas estiveram na região. O dominicano frei Gaspar de Carvajal fez relatos sobre a viagem do navegador espanhol Francisco de Orelhana em meados do século XVI, descrevendo o encontro com mulheres guerreiras que viviam às margens do rio. O nome do rio Amazonas tem origem na palavra indígena *amassunu*, que significa *ruído de águas*.



Recentes estudos comprovaram que o comprimento do rio Amazonas é de cerca de 6.900km, superando o rio Nilo, no Egito, que com os seus 6.695km de exten-

são ocupava essa posição até então. O rio Amazonas, ao desembocar no oceano Atlântico, junto à ilha de Marajó, no Pará, lança na estação das chuvas uma imensa massa de água doce – cerca de 190.000m³ por segundo –, afetando a salinidade da água do Atlântico, que se mantém abaixo da que seria normal, a quilômetros da costa. Responsável por um quinto do volume de água doce que deságua nos oceanos do mundo, o Amazonas pode alcançar 40km de largura, aproximadamente, em seus períodos de cheia, permitindo a navegação de navios de porte médio. A influência das marés oceânicas no rio Amazonas produz o fenômeno natural conhecido como *pororoca*. Esse fenômeno ocorre a partir do encontro das águas do mar com as do rio Amazonas, provocando correntes contrárias ao curso natural do rio. As águas vindas do mar penetram o rio com grande força e velocidade, subindo o nível em até seis metros.

A região foi considerada estratégica no século XVIII tanto pelos espanhóis, por se constituir acesso ao vice-reino do Peru, quanto pelos portugueses, que viam os rios da Amazônia como modo mais rápido de escoar o ouro descoberto no interior dos atuais estados do Mato Grosso e de Goiás. O Tratado de Madri, em 1750, conferiu a Portugal a posse da região e, como projeto de colonização, foi criada a *Capitania Real de São José do Rio*, em 1755, como um desmembramento do estado do *Grão-Pará e Maranhão*. A capitania criada compreendia o estado de Roraima e parte do estado do Amazonas. Dessa forma, o estado do Grão-Pará e Maranhão passava a reunir quatro capitanias: São José do Rio Negro, Grão-Pará, Maranhão e Piauí. Em 1850, tornou-se província do Amazonas, tendo como capital a cidade de Manaus, antiga Vila da Barra do Rio Negro. A exploração dos seringais, no início do século XX, enriqueceu e trouxe grande desenvolvimento à região, momento em que migrantes vindos do Nordeste fugiam da seca e buscavam trabalho na extração do látex.

Um bem do estado como Patrimônio da Humanidade

A Floresta Amazônica abrange uma área de 5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais aproximadamente 85% localizam-se em território brasileiro, abrigando 30% da biodiversidade da Terra. Com mais de mil rios, a bacia hidrográfica amazônica contém cerca de 20% da água doce da superfície do planeta. Para tentar resolver o problema do crescente desmatamento da região amazônica, foi criado em 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, como um importante apoio para a conservação e preservação da biodiversidade. Algumas dessas gestões de manejo em áreas de proteção, visando a seu uso sustentável, têm apresentado bom resultado na região amazônica. O objetivo é conciliar a utilização dos recursos ambientais e suas **águas jurisdicionais** de forma racional – sem levá-los à extinção nem prejudicar o ambiente –, desenvolvendo junto à população local, que tradicionalmente usa esses recursos naturais, técnicas sustentáveis de manejo e preservação dessa biodiversidade.

A soberania do país estende-se muito além do seu território, o que inclui suas **águas jurisdicionais**, que cobrem 12 milhas náuticas, ou 22 quilômetros, a partir do litoral. Esse “mar territorial” é considerado parte do Estado soberano.



Como foi visto na Aula 5, o conceito de patrimônio natural engloba ambientes nativos que abrigam espécies de flora e fauna específicas de uma região, podendo estar ligados a testemunhos de atividade humana ou mantidos ainda em seu estado selvagem. O caráter agradável, grandioso, cênico ou o papel fundamental na manutenção de processos naturais e ecossistemas são requisitos que justificam a salvaguarda de áreas consideradas patrimônio natural.

O *Complexo de Conservação da Amazônia Central* constituiu-se na maior região de floresta tropical intacta sob proteção do mundo, tendo sido reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade em 2000/2003. Localizado na região do rio Negro, esse

impressionante ambiente natural reúne o Parque Nacional do Jaú, o Parque Nacional de Anavilhanas (chamada até 2005 de Estação Ecológica de Anavilhanas) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável de Amaná e de Mamirauá, abrangendo uma área total de seis milhões de hectares. O Parque Nacional do Jaú, cortado pela linha do equador, apresenta uma floresta tropical cerrada; na Reserva de Amaná, ocorre o fenômeno do encontro das águas escuras do rio Negro com as águas claras dos rios Japurá e Solimões; já o Parque de Anavilhanas abriga o maior arquipélago fluvial da terra, com cerca de 400 ilhas. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSDM) fica próxima à cidade de Tefé, na confluência dos rios Japurá e Solimões, sendo a maior reserva voltada exclusivamente à proteção da várzea amazônica. O pioneirismo desse projeto de preservação, que se dedica a conciliar a conservação da biodiversidade com a redução das condições da pobreza, recebeu o Prêmio Equador, instituído pela Unesco.

Bens amazonenses tombados pelo IPHAN

Existem atualmente quatro bens do Amazonas tombados como patrimônio nacional pelo IPHAN, todos na capital do estado, Manaus: o conjunto arquitetônico do Porto de Manaus (tombado em 1987, no Livro das Belas-Artes e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico); o Mercado Municipal (tombado em 1987, no Livro Histórico e no Livro das Belas-Artes); o Reservatório de Mocó (tombado em 1985, no Livro Histórico e no Livro das Belas-Artes) e o Teatro Amazonas (tombado em 1966, no Livro Histórico).

O Teatro Amazonas, inaugurado em 1896, foi considerado um luxo exagerado para uma cidade de apenas 100.000 habitantes. A rica atividade extrativista da borracha transformou Manaus em uma cidade muito próspera, trazendo aspirações européias à sociedade amazonense, para qual a construção de um teatro imponente seria uma forma de legitimá-la culturalmente. Com a arquitetura suntuosa característica do ecletismo do século XIX, sua cúpula é revestida por cerca de

36 mil peças de cerâmica esmaltada em cores vivas, conferindo ao teatro um aspecto característico. Com capacidade para 701 pessoas na platéia e em seus andares de camarotes, o teatro, símbolo máximo da época do refinamento cultural, foi restaurado em 1990 pelo Governo do Estado e hoje é um dos grandes atrativos turísticos da região amazônica.



Figura 10.12: Teatro Amazonas, em Manaus, construído em 1886 e tombado em 1966 no Livro Histórico do IPHAN.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Teatro_Amazonas.jpg

Bens amazonenses tombados pelo patrimônio estadual

O destaque do patrimônio tombado pelo estado do Amazonas é o Palácio Rio Negro, do final do século XIX, que foi moradia de um comerciante de borracha. Foi comprado em 1918 pelo estado do Amazonas para servir de residência oficial do governador. O prédio foi tombado em 1980 pelo Patrimônio Estadual, passando a funcionar como Centro Cultural Palácio Rio Negro. Junto ao Palácio Rio Negro, margeando o igarapé de Manaus, fica o *Espaço de Referência Cultural*, que mantém uma exposição sobre os Povos da Floresta Amazônica, suas atividades, usos e costumes.

Patrimônio imaterial do estado do Amazonas

Em 2006, o IPHAN aprovou a *Cachoeira do Iauaretê: lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri*, localizada em São Gabriel de Cachoeira, como patrimônio imaterial. A população desse município, formada por 85% de indígenas, considera a cachoeira um lugar sagrado. Outro bem, a manifestação folclórica do *Boi-Bumbá* – a partir da qual se desenvolveu o espetáculo de Parintins, no Amazonas –, recebeu o apoio de um abaixo-assinado com mais de 1.000 assinaturas, solicitando sua inscrição como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo IPHAN. Duas agremiações, o Boi Caprichoso, usando a cor azul, e o Boi Garantido, usando a cor vermelha, encenam – dançando e cantando durante três noites ao final de junho – lendas e rituais indígenas para cerca de 35 mil pessoas que lotam o Centro Cultural Amazonino Mendes, conhecido como *Bumbódromo*.



A Amazônia está localizada ao norte da América do Sul, ocupando uma área de mais de 6,5 milhões de quilômetros quadrados, incluindo parcialmente nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Cerca de 85% da Amazônia Legal, no entanto, ficam em território brasileiro, que abriga mais de 5 milhões de quilômetros quadrados, o que corresponde a aproximadamente 61% da área do Brasil, ainda que a população que habite a região não chegue a 10% do total de habitantes do país. A parte brasileira da Amazônia Legal – que é sete vezes maior do que a França – inclui nove estados que pertencem à bacia Amazônica: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, além de parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Em 1955, a Amazônia brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, resultado de mais de um conceito político visando a ações de planejamento e gerenciamento da região.

O patrimônio cultural do Pará

PARÁ (PA)

Capital: Belém

Região: Norte

Municípios: 143

Gentílico: paraense

Área: 1.247.689,515km²

População: 7.110.465 habitantes



Localizado na parte central da região Norte, o Pará é o segundo maior estado do país, fazendo limite ao norte com o Suriname e com o estado do Amapá, a nordeste com o oceano Atlântico, a leste com o estado do Maranhão, a sudeste com o Tocantins, ao sul com o Mato Grosso, a oeste com o Amazonas, tendo a noroeste a Guiana e o estado de Roraima. Com relevo baixo e plano, o estado tem mais da metade de seu território em altitudes inferiores a 200 metros do nível do mar, sendo que as serras de Carajás, do Caximbo e Acari apresentam terrenos com alturas superiores a 500 metros. O estado é cortado pela **bacia Amazônica**, tendo como rios principais o Jari, o Pará, o Tapajós, o Tocantins e o Amazonas, que recebe as águas de todos esses rios para desaguar no oceano Atlântico junto à ilha de Marajó, no estado do Pará.

Bens paraenses reconhecidos como Patrimônio Nacional

O estado do Pará possui, atualmente, 24 bens tombados pelo IPHAN em seus Livros de Tombo, alguns constando em mais de um. Constam do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico 4 bens; no Livro Histórico, 18 bens, e no Livro de Belas-Artes, 11 bens. A quase totalidade desses bens localiza-se na capital do estado, Belém, excetuando-se o Forte de Santo Antônio, que se localiza no município de Gurupá, e a Igreja da Madre de Deus, no município de Vigia.

A **bacia Amazônica** é cortada pela linha do Equador e possui afluentes nos dois hemisférios da Terra. Sendo a maior bacia hidrográfica do mundo, ela é formada pelo rio Amazonas, que nasce na cordilheira dos Andes, no lago Lauri ou Lauricocha, no Peru, desaguardo no oceano Atlântico, junto à ilha de Marajó, no estado do Pará. O rio Amazonas é responsável por 20% de toda a água doce que é despejada anualmente nos oceanos.

- Mercado Ver-o-Peso

Entre os bens tombados como patrimônio nacional, em Belém, está o Mercado Ver-o-Peso, localizado às margens da baía do Guajará, onde são comercializados produtos locais, como peixes de água doce, vegetais e frutas, comidas típicas, ervas aromáticas e plantas medicinais, reafirmando a importância do comércio das drogas do sertão, que desde o século XVII atraía o interesse estrangeiro para a região. A estrutura pré-fabricada de ferro e vidro



Figura 10.13: Mercado Ver-o-Peso, em Belém, tombado em 1977, em três livros do IPHAN: Livro Histórico, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Livro de Belas-Artes.

Fonte da imagem: <http://www.prodepa.gov.br/sbc2008/belem.html>

do mercado veio da Inglaterra em 1901, como ocorreu com diversos mercados públicos brasileiros, como o de Recife (1875), o mais antigo, e o do Rio de Janeiro (1908). A cobertura é com telhas de argila e as torres nos ângulos são revestidas com escamas de zinco.

- Teatro Nossa Senhora da Paz



Figura 10.14: Teatro Nossa Senhora da Paz, em Belém (aspecto da platéia).

Seguindo o estilo dos teatros clássicos italianos, o Teatro Nossa Senhora da Paz representa o luxo proporcionado pelo período áureo da extração e do comércio da borracha. O prédio majestoso em estilo neoclássico ficou pronto em 1874, após oito anos de construção, com recursos da iniciativa privada. Com capacidade para 1.100 pessoas e projeto

do arquiteto pernambucano José Tibúrcio de Magalhães, o teatro foi tombado pelo IPHAN, no Livro Histórico, em 1963.



Figura 10.15: À direita, fachada do mesmo teatro, inaugurado em 1874.

Fonte: http://www.cultura.pa.gov.br/teatros_paz.asp

- Igreja da Sé, Catedral Metropolitana de Belém

A construção da igreja, com influências do barroco da Península Ibérica, teve início em 1748, com o projeto tendo sido entregue, posteriormente, ao arquiteto italiano Antônio José Landi, responsável pelo aspecto neoclássico da parte superior da fachada, das torres e do frontão. A igreja foi tombada, no Livro Histórico, pelo IPHAN, em 1941.



O arquiteto italiano Antônio José Landi (*Giuseppe Antonio Landi* (1713-1791), foi professor de Arquitetura na Universidade de Bolonha e veio para o Brasil como desenhista da Expedição Demarcadora dos Territórios Portugueses no Norte do Brasil. O arquiteto italiano foi autor do plano urbanístico de Belém, do porto e de praças da cidade.



Figura 10.16: Catedral Metropolitana de Belém, Igreja da Sé, em Belém.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Belemcatedral.jpg>



Para conhecer os bens tombados pelo estado do Pará, acesse a página oficial da Secretaria de Estado de Cultura do Pará, criada em 1975, que disponibiliza a lista do patrimônio estadual: <http://www.secult.pa.gov.br/Tombamentos.asp>.

Patrimônio natural do Pará

Com a intenção de preservar o ambiente natural e os ecossistemas do estado e incentivar a educação ambiental, o Pará criou, em 2006, sete novas Unidades de Preservação, entre elas a Reserva Biológica Maicuru e a Estação Ecológica Grão-Pará (ambas classificadas na categoria de manejo de Proteção Integral), que passam a compor a maior área de florestas protegidas da Terra, alcançando, juntamente com as Unidades de Conservação do Amapá, do Amazonas e de reservas indígenas da região, cerca de 3 mil quilômetros de extensão, o maior corredor ecológico do mundo. As entidades que se dedicam à defesa do meio

ambiente, entretanto, mostram-se preocupadas com o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo paraense, baseado na exploração de madeira, na pecuária e no plantio da soja, que pode colocar em perigo os recursos naturais.

A Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Marajó abrange uma extensão de cerca de 50 mil quilômetros quadrados, maior do que a de alguns países europeus, como a Suíça, por exemplo. Localizada na foz do rio Amazonas, as terras da ilha ficam alagadas durante boa parte do ano, o que é muito favorável à criação de búfalos.



O gado bubalino foi introduzido na ilha do Marajó no final do século XIX. Trazido da Índia, da Itália e do Caribe, adaptou-se muito bem à ilha por preferir terrenos alagadiços ou pantanosos. Essa preferência se dá por conta do menor número de glândulas sudoríparas dos búfalos em relação ao gado bovino. O constante contato com a água ajuda a regular a temperatura dos corpos desses animais. As estimativas calculam o rebanho brasileiro atual em cerca de 3 milhões de cabeças, sendo que, recentemente, além da carne, o leite e o queijo de búfala passaram a ser apreciados.



Visite a página oficial da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Pará, <http://www.sectam.pa.gov.br/uc.htm>, onde se pode conhecer todas as Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais do estado, assim como suas classificações dentro dos tipos de manejo: Proteção Integral (PI) ou Uso Sustentável (US).

Patrimônio imaterial do Pará

O Círio de Nossa Senhora de Nazaré, há mais de 200 anos, envolve e emociona a população do Pará, constituindo-se numa festa de caráter tanto religioso quanto profano. A palavra *círio* significa *grande vela de cera*, em referência à luz das velas usadas durante a transladação da imagem de Nossa Senhora em procissão. Uma enorme corda de sisal, que passou a fazer parte da manifestação em 1868, é carregada por uma multidão anônima, que se une pela comunhão no culto à Virgem de Nazaré. A celebração do Círio de Nazaré foi inscrita no Livro das Celebrações em 2005.

A diversidade cultural paraense revela-se em sua culinária, com pratos regionais como o pato no tucupi, que é preparado com *tucupi*, sumo retirado da mandioca-brava, e com *jambu*, conhecido como agrião-do-pará, vegetal típico do estado, cujas propriedades anestésicas causam uma espécie de dormência na língua.

Conclusão

O patrimônio da região Norte, mesmo contando com exemplares destacados no que diz respeito a bens materiais – as fortalezas criadas no início da colonização da região; as construções de precoce inspiração neoclássica projetadas pelo arquiteto italiano Landi, em Belém do Pará; os grandes palácios, mercados e teatros em estilo eclético construídos na época áurea do ciclo extrativo da borracha, como o Teatro Amazonas, em Manaus –, tem como grande destaque suas riquezas naturais. Abrigando 30% da biodiversidade da Terra e ocupando uma região cortada por mais de mil rios, que são responsáveis por 20% de toda a água doce do mundo, o *Complexo de Conservação da Amazônia Central* foi reconhecido pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade.

O Ministério do Meio Ambiente tenta conciliar o desenvolvimento econômico da região com a conservação da biodiver-

sidade local, considerando que o potencial econômico e turístico da região, a melhoria de vida das populações locais, assim como a preservação de seus bens históricos e artísticos, dependem, fundamentalmente, da conscientização e da conservação desse imenso e extraordinário patrimônio natural.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) chama a atenção para a difícil situação das Unidades de Conservação, já que elas praticamente não possuem planos de manejo sustentável, sendo que a maioria não conta com fiscalização e outras estão sem gestores. Para tentar resolver essa situação, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Turismo estão propondo estruturar as atividades turísticas nos parques naturais. A visão do atual Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, é a de que um parque que recebe visitação freqüente fica menos exposto a invasões e ocupa es irregulares.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Quando pensamos na região Norte do Brasil, logo nos vem   mente a Floresta Amazônica e seu patrimônio natural extraordinário. Entretanto, mesmo que as características naturais coloquem-se claramente em destaque na região, justifique por que não devemos descuidar da preserva o e valoriza o dos patrimônios histórico e cultural.

Resposta Comentada

A ocupação do ambiente natural por grupos de populações contribui para modificar o entorno em que habitam, deixando testemunhos culturais de grande relevância para sua memória e identidade. Por meio de preservação e estudo do patrimônio material e imaterial – arquitetura, crenças, manifestações artísticas e populares etc. –, podemos reconstruir a memória histórica do local, assim como acompanhar o desenvolvimento cultural da região e de seus habitantes, o que enriquece a compreensão da importância dos bens naturais e do patrimônio integrado.

Resumo

Formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, a região Norte do Brasil abriga, em sua grande extensão territorial, uma baixa densidade populacional, decorrente do ecossistema de florestas tropicais com imensas bacias hidrográficas que causam alagamentos extensos em porções de seu território. A baixa densidade populacional, mescla de populações indígenas, colonizadores portugueses e exploradores de outras regiões da Europa, conferiu uma cultura rica e exótica que, com o grande desenvolvimento da exploração da borracha, assumiu características mais eruditas, acompanhando o gosto da burguesia européia. Dessa forma, o imenso patrimônio natural, representado pelas inúmeras áreas de preservação integral e pelas de desenvolvimento sustentável, reúne-se ao expressivo patrimônio histórico-arquitetônico.

Turismo e Patrimônio

Referências

Aula 1

ABREU, Regina & CHAGAS, Mario. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna: do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BANDEIRA, J.; XEXÉO, P. M. C.; CONDURU, R. *A missão francesa*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Rio de Janeiro. (DOFC 06 12 1937 024056 1)

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio cultural*. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2002. 102 p. (Coleção ABC do Turismo)

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS POLÍTICAS CULTURAIS / ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, México, 1985.

DEBRET, J. B. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Didot Firmin et Frères, 1824.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1994.

LEMOS, Carlos A.C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2006, 115 p. (Coleção Primeiros Passos; 51).

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VARINE-BOHAN, Hugues de. *La culture des autres*. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

Aula 2

AMARAL, Aracy. *Artes plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Perspectiva, 1970. p. 140.

ANDRADE, Mário de. *Cartas de trabalho*. Brasília: MEC/SPHAN/Pró-Memória: 1981.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AZEVEDO, F. *A Cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ / UNB, 1996.

BESSA, Altamiro; Mol, Sérgio (Coord.). *Preservação do patrimônio cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro!* Belo Horizonte: CREA-MG, 2004.

- BOITO, Camilo. *Os restauradores*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/legislacao_federal.doc>. Acesso em: 25 abr. 2008.
- BURKE, Peter. *Variiedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CAMPOFIORITO, Ítalo. O tombamento é um Santo Remédio. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 1, 1984.
- CANCLINI, N.G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 94-115, 1994.
- CAPANEMA, G. Depoimento sobre o Edifício x o Ministério da Educação [1968]. In: XAVIER, A.(Org.) *Depoimento de uma geração*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CHUVA, Márcia Regina Romero. *Os arquitetos da memória: a Construção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (anos 30 e 40)*. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972.
- CZAJKOWSKI, Jorge (Org.) *Guia da arquitetura colonial, neoclássica e a arte decô*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo/Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.
- _____. *Guia da arquitetura moderna*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo/Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.
- FERREZ, M. *O álbum da Avenida Central: um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco: 8 de março de 1903 – 15 de novembro de 1906*. Rio de Janeiro: F. Bevilacqua & Cia. / Ex Libris, 1983.
- INTERNACIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. *Status de l'ICOM*. Paris, 1987.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1994.
- LONDRES, Cecília. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

Aula 3

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BESSA, Altamiro; MOL, Sérgio (Coord.). *Preservação do Patrimônio Cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro!* Belo Horizonte: CREA-MG, 2004.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL MINISTÉRIO DA CULTURA / IPHAN. *Plano de preservação de sítio histórico urbano* (PPSH), Portaria nº 299 – IPHAN, 06 de julho de 2004. Publicado no Diário Oficial da União – Seção 1, de 03/08/2004. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=4435>>.

BRASIL. Senado Federal. Conselho editorial./IPHAN. *Cidades históricas inventário e pesquisa: inventário nacional de bens imóveis e sítios urbanos tombados*. Brasília: Senado Federal, 2007, 303 p. (Edições do Senado Federal, v. 82).

BURKE, Peter. *Varietades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANCLINI, N.G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 94-115, 1994.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

ICOMOS. *Carta de Washington: carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas*, Washington, 1987. (Preâmbulo e Definições em português). Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio24.asp>>.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1994.

MENESES, U. T. B. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, E. Abdo (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 29-64.

_____. Morfologia das cidades brasileiras. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP*, São Paulo, n.1, p.152-153, mar./maio 1989.

PEIXOTO, Paulo. *Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Aula 4

BARRETO, M. *Turismo e legado cultural*. Campinas: Papirus, 2000. (Série Turismo).

BISILLIAT, Maurren *Pavilhão da criatividade: memorial da América Latina, Brasil*. São Paulo: Empresa das Artes, 1999.

BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/legislacao_federal.doc>. Acesso em: 25 abr. 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura/IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN, 2000.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

LONDRES, Cecília (Org.). *Patrimônio imaterial: tempo brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 147, 2002. (Número temático).

VARINE-BOHAN, Hugues de. *La culture des autres*. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

Aula 5

ABREU, Maurício de Almeida (org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/DGDI, 1992.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BARROS, Wanderbilt Duarte. *Parques Nacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1952.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Primeiro Relatório Nacional para a Conservação sobre Diversidade Biológica*: Brasil. Brasília, 1998.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

FERREIRA, Leila da Costa. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1998.

GEERTZ, Clifford (1989). *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

HEYNEMANN, Cláudia. *Floresta da Tijuca: natureza e civilização – século XIX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/DGDI, 1995.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Edifurb, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1986.

PRESTES, Maria Alice. *A investigação da natureza no Brasil Colônia*. São Paulo: Annablume, 2000.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes, 1982.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.

RIEGL, Alois. Monumentos: valores atribuídos e sua evolução histórica. *Revista de Museologia*. ano 1, n. 1, São Paulo, jul / dez, 1989.

RONCAGLIO, Cynthia. *Emblema do Patrimônio Natural no Brasil: a natureza como Artefato Cultural*. Curitiba, 2007. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, 2007.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel / Fapesp, 1996.

TURNER, Frederick. *O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

URBAN, Teresa. *Saudade do matão: lembrando a história da conservação da natureza do Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação MacArthur, 1998.

VARINE-BOHAN, H. *A experiência internacional: notas de aula*. São Paulo: FAU-USP, 1974.

ZANIRATO, Silvia Helena, RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-0188200600100012&lng=e&nrm=iso&tlng=e, acesso em 06.03.2008.

Aula 6

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ASKEROUD, P.; CLÉMENT, E. *La prevención del tráfico ilícito de bienes culturales: un manual de la UNESCO para la implementación de la Convención de 1970*. México: UNESCO, 1997.

- BESSA, Altamiro; MOL, Sérgio (Coord.). *Preservação do patrimônio cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro!* Belo Horizonte: CREA-MG, 2004.
- BRASIL. Decreto nº 3.166, de 14 de setembro de 1999. *Promulga a Convenção da UNIDROIT sobre bens culturais furtados ou ilicitamente exportados, concluída em Roma, em 24 de junho de 1995.*
- BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. *Conceitua e organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.*
- CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais.* Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio.* São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- DES PORTES, E. *Cent objets disparues/one hundred missing objects in Latin America.* Paris: Icom, 1997.
- LONDRES, Cecília. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.* Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND ORGANIZATION, *O que é: a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.* Lisboa, 1992.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND ORGANIZATION. *Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage.* Paris, 1972.

Aula 7

- COSTA, Elmar Bones da (Coord.). *História ilustrada do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: RBS, 2004.
- CUTY, Jeniffer. Porto Alegre e seus patrimônios no século XX: evolução de conceitos, valores e feições na materialidade urbana. *Em Questão.* Porto Alegre, v. 13, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/search/results>>. Acesso em: 18 jul. 2008.
- DE CURTIS, Julio N. B. O espaço urbano e a arquitetura produzidos nos sete povos das missões. In: Günter Weimer (Org.). *Arquitetura no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1933.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. *Revolução Farroupilha.* Pelotas: EGUFPEL, 2002, 136 p. v. 1.
- GUTIERREZ, Ramón. *As Missões Jesuíticas dos Guaranis.* Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória/Unesco, 1987.
- HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional.* Porto Alegre: EDUNI-SUL, 1986.

- LANDO, Aldair Marli et al. *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- PRIMO, Judite. Carta de turismo cultural: icomos, 1976. *Revista Museu: cultura levada a sério*. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/turismo/tur_cultural.htm>. Acesso em: 17 jul. 2008.
- RIBEIRO, Darcy (Ed.). *Suma etnológica brasileira*. 2. ed. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1987.
- SOUZA, Celia Ferraz de; MULLER, Doris Maria. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. 2. ed. São Leopoldo: EdiUnisinos, 2002. v. 3.
- TREVISAN, Armindo. *A escultura dos sete povos*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

Aula 8

- ADAMS, Betina Maria. *O patrimônio de Florianópolis: trajetória da gestão para sua preservação*. Florianópolis, 2001. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- AGUIAR, Rodrigo L. S. *Arte indígena e pré-histórica no litoral de Santa Catarina*. Florianópolis: Bristot, 2000.
- BARRETO, Aníbal. *Fortificações no Brasil: resumo histórico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a história catarinense*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912.
- _____. *História de Santa Catarina: resumo didático*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1930.
- _____. *Pequena história catarinense*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1920.
- CABRAL, Oswaldo R. *As defesas da ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. 137 p.
- _____. *História de Santa Catarina*. 4. ed. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1994.
- CARNEIRO, David. A história da erva-mate. In: Rede Viação Paraná-Santa Catarina. Cinquentenário da Estrada de Ferro do Paraná (1885 - 5 de fevereiro - 1935). Curitiba: Imprensa Paranaense, 1935, p. 87-90
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Lisboa: Ed. 70, 1999.

CURITIBA, grande centro ervateiro. *Paraná econômico*: revista de expansão econômica, p. 30, 1941-1942.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 24 maio 2008.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. *Imagens do Meio Ambiente na História do Paraná*. Curitiba, 1992.

Markun, Paulo. *Anita Garibaldi: uma heroína brasileira*. 4. ed. São Paulo: Senac, 2000.

MOREIRA, Júlio Estrela. *Fontes para a história do Paraná: cronistas dos séculos XIX e XX*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná / Coordenadoria do Patrimônio Cultural, 1990.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural. *A igreja de São Francisco das Chagas*. Paranaguá: SEC, 1956.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. *Tombamento da Serra do Mar*. Curitiba: SECE, 1987.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. *Tropeirismo: um modo de vida*. Curitiba: SEEC, 1989.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. *Patrimônio cultural*. Curitiba, 2002.

PARQUE do Mate é viagem no tempo. *Gazeta do Povo*, Curitiba. Turismo. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/turismo/conteudo.phtml?tl=1&id=755177&tit=Parque-do-Mate-e-viagem-no-tempo>>. Acesso em: 19 set. 2008.

SOUZA, Alcídio Mafra de (Coord.) *Guia dos Bens Tombados*, Santa Catarina. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.

Aula 9

ARQUIVO Noronha Santos. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

ARTIAGA, Zoroastro. *História de Goiás: síntese dos acontecimentos da política e da administração pública de Goiás, de 1592 até 1935*. 2. ed. Goiânia: Edição do autor, 1959.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BATISTA, Ondimar. *Visões de Pirenópolis: o lugar e os moradores face ao turismo*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

BERTRAN, Paulo (Org.). *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: Solo Editores, 1996.

CHAIM, Marivone Mattos. *A sociedade colonial goiana*. Goiânia: Oriente, 1978.

COELHO, Felipe Nogueira. *Memórias cronológicas da capitania de Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT, 1976.

CORUMBÁ (Prefeitura) *Banco de imagens*. Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/modules/xcal/displayimage.php?pid=6369&album=1048&pos=0>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

FERRAZ, Antônio Leôncio Pereira. *Memória sobre as fortificações de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

FERREIRA, João Carlos Vicente; SILVA, José de Moura. *Cidades de Mato Grosso: origem e significado de seus nomes*. Cuiabá: Buriti, 1998.

GALLO, José Roberto. *Fortificações de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: 8. DR/IPHAN/FNPM/MinC Escritório Técnico/MS, 1986.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Cultura. *Bens tombados*. Disponível em: <http://www.cultura.mt.gov.br/patrimonio.php?pageNum_Gal=5&totalRows_Gal=59>. Acesso em: 12 jan. 2009.

MOURA, Antônio de Paiva. Turismo e festas folclóricas no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo A., PINSKY, Jaime (Org.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.

ORTÊNCIO, Bariani. *Cartilha do folclore brasileiro*. Goiânia: Editora UCG, 1996.

PALACÍN, Luís. *O século do ouro em Goiás: 1722 – 1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. 4. ed. Goiânia: Editora UCG, 1994.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Revivendo Mato Grosso*. Cuiabá: SEDUC, 1997. 156 p.

_____; COSTA, L. A.; CARVALHO, C. M. C. *O processo histórico de Mato Grosso*. 3. ed. Cuiabá: EdUFMT, 1990.

TEIXEIRA, José A. *Folclore goiano*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1979.

Aula 10

ACRE. (Estado). *Zoneamento ecológico econômico do estado do Acre*. Rio Branco: Sectma, 2000. v. 2.

AMAPÁ (Estado). Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado do Amapá. *Unidades de conservação: Amapá, o estado mais preservado do Brasil*. Macapá: SEMA, 2003. Folder.

ANDERSON, A. et. al. (Org.). *O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

- BECKER, B. K. *A especificidade do urbano na Amazônia: desafios para políticas públicas conseqüentes: estudo elaborado para a Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal – Ministério do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente, 1998.
- BELTRÃO, Jane Felipe; LOPES, Rita de Cássia Domingues. Índios *versus* madeireiros: conflitos sem trégua. In: FONTES, Edilza (Org.). *Contando a história do Pará*. Belém: E.Motion, 2003. 3.v.
- CHICO Mendes. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Chico_Mendes.jpg>. Acesso em: 26 maio 2009.
- CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Pará, 1973 (Amazônica. Série José Veríssimo).
- FURTADO, Lourdes G.; LEITÃO, Wilma Marques; MELLO, Alex Bolonha Fiúza de. *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves (Org.). *Amazônia: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida*. Belém: UFPA: NUMA, 1997. 165 p. (Universidade e Meio Ambiente; n. 9).
- GARAY, I; DIAS, B. (Org.). *Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de normas e metodologias de avaliação e monitoramento*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MAUÉS, Maria Angélica Motta; MAUÉS, Raymundo Heraldo. *O folclore de alimentação: tabus alimentares na Amazônia*. Belém: Falangola, 1980.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma outra invenção da Amazônia: religiões, histórias, identidades*. Belém: CEJUP, 1999. 283 p.
- PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Cultura. *Patrimônio cultural: tombamentos*. Disponível em: <<http://www.secult.pa.gov.br/Tombamentos.asp>>. Acesso em: 26 maio 2009.
- PATO no tucupi. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pato_no_tucupi>. Acesso em: 26 maio 2009.
- QUEIROZ, HELDER L. A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá: um modelo de alternativa viável para a proteção e conservação da biodiversidade na Amazônia. *Dossiê Amazônia II, Revista de Estudos Avançados, IEA/USP*, setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.mamiraua.org.br/arq/Queiroz-IEA.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2008.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- SOUSA, Antônio Ferreira de. *Noções de geografia e história de Roraima*. Manaus: Gráfica Palácio Real, 1959.

ISBN 978-85-7648-592-6



9 788576 485926



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

uff



UNIRIO



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério
da Educação



BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL